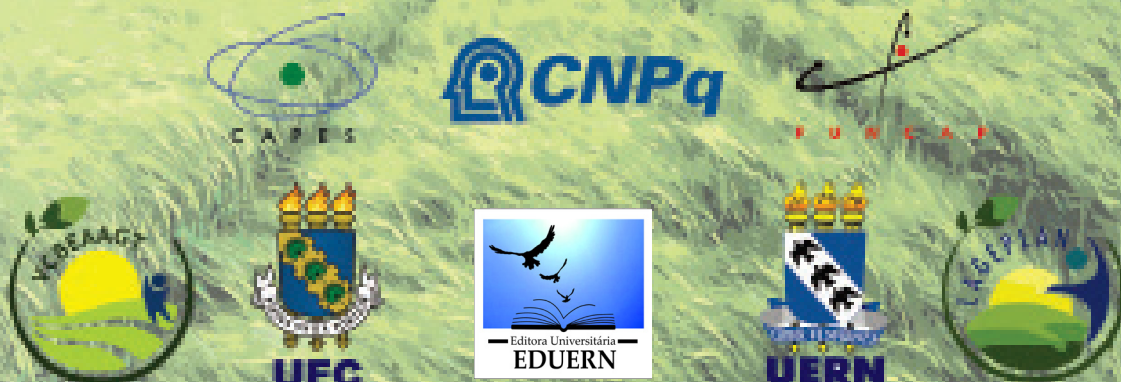


COLETÂNEA IV
**“EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS”**

Edson Vicente da Silva
Rodrigo Guimarães de Carvalho
(Coordenadores)

TOMO 5
**“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA AFRO-
BRASILEIRA E INDÍGENA”**

Carlos Senna Soares Farias
Leilane Oliveira Chaves
Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Edson Vicente da Silva
(Organizadores)



COLETÂNEA IV
**“EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS”**

EDSON VICENTE DA SILVA
RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO
(COORDENADORES)

TOMO 5
**“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA
AFROBRASILEIRA E INDÍGENA”**

CARLOS SENNA SOARES FARIAS
LEILANE OLIVEIRA CHAVES
CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA
EDSON VICENTE DA SILVA
(ORGANIZADORES)





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor

Fátima Raquel Rosado Moraes

Diretor de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva



Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunes

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho

Wellington Vieira Mendes

Projeto Gráfico:

Amanda Mendes de Amorim

Campus Universitário Central

BR 110, KM 48, Rua Prof. Antônio Campos,

Costa e Silva – 59610-090 - Mossoró-RN

Fone (84)3315-2181 – E-mail: edicoesuern@uern.br

Coordenação Editorial

Anderson da Silva Marinho

Andressa Mourão Miranda

Tacyele Ferrer Vieira

Projeto Gráfico

David Ribeiro Mourão

Diagramação

Anderson da Silva Marinho

Capa e Ilustração

Ana Larissa Ribeiro de Freitas

Revisão

Edson Vicente da Silva

Rodrigo Guimarães de Carvalho

Catálogo

UERN

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Educação patrimonial, cultura afro-brasileira e indígena/
Carlos Senna Soares Farias... et al (Orgs.) – Mossoró – RN: EDUERN, 2017.

110 p.

ISBN: 978-85-7621-188-4

1. Diversidade Cultural - Brasil. 2. Educação patrimonial. 3. Cultura afro-brasileira. 4. Cultura indígena. I. Chaves, Leilane Oliveira. II. Oliveira, Christian Dennys Monteiro de. III. Silva, Edson Vicente da. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Título.

UERN/BC

CDD 306.446

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783



PREFÁCIO

As universidades, institutos de educação e pesquisa e as escolas públicas devem, cada vez mais, permeabilizar seus muros, como uma rocha calcária, para permitir uma maior porosidade e infiltração social. Abrir nossas portas e janelas, para saída e entrada de pessoas cidadãs, estudiosos e pesquisadores, afinal a população brasileira é quem nos constrói e alimenta.

Nosso retorno socioambiental é construir um tecido junto com os atores sociais, líderes comunitários, jovens entusiastas, crianças curiosas e velhos sábios. A integração entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais é a base para um desenvolvimento sustentável e democrático.

Encontros como o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial têm sido realizados de forma integrada e aberta para a sociedade em geral. Como uma grande e imensa árvore que vai se desenvolvendo a partir de seus eventos, dispondo para todos os seus frutos de diletos e diversos sabores, como essas coletâneas e tomos, cultivados por diferentes pessoas desse nosso imenso terreiro chamado Brasil.

Coube a Universidade Federal do Ceará, através de seu Departamento de Geografia, a realização do evento e a organização final dos artigos que compõem os livros, e às Edições UERN, pertencente à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, a catalogação e publicação dos 31 livros pertencentes às 07 coletâneas. Essa parceria interinstitucional, que na verdade coaduna muitas outras instituições, demonstra as redes já estabelecidas de cooperação científica e ideológica que, em um cenário político-econômico de grande dificuldade para as instituições de ensino e para a ciência brasileira, se auto-organizam para o enfrentamento dos desafios de maneira generosa e solidária.

RODRIGO GUIMARÃES DE CARVALHO (UERN)
EDSON VICENTE DA SILVA – CACAU (UFC)

SUMÁRIO

“EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA” **TOMO 5**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA.	7
A BEIRADA DE ALCÂNTARA UM PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL A SER CONSERVADO.	10
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ANÁLISE FOTOGRÁFICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE PARNAÍBA, PIAUÍ.	22
A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E CULTURAIS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO LAJEDO DE SOLEDADE, APODI-RN.	40
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DA GESTÃO E DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E NATURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL.	56
COSTUMES E HÁBITOS ALIMENTARES DE ALUNOS ESTRANGEIROS DE ORIGEM AFRICANA NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.	72
EDUCADORES AMBIENTAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLA EM BUSCA DA ECOLOGIA DOS SABERES.	85
ENTRE BATUQUES E BADALOS: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FATOR DE DIVERSIDADE CULTURAL E TOLERÂNCIA RELIGIOSA.	100

CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA

LEILANE OLIVEIRA CHAVES

CHRISTIAN DENNYS MOTEIRO DE OLIVEIRA

EDSON VICENTE DA SILVA

ANDERSON DA SILVA MARINHO

1. Introdução

Existem muitos e diversos grupos sociais expressando em seu cotidiano suas formas particulares de organização social, manifestações artísticas, costumes, etc. Assegurar essas especificidades é legitimar que o Brasil é um país pluricultural. Reconhecer e valorizar essa diversidade implica em uma reeducação das relações étnico-raciais (NOGUEIRA, 2008).

As diferentes contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de africanos e europeus na formação da sociedade brasileira devem ser utilizadas como estratégias para a compreensão da produção do patrimônio cultural nacional. É importante perceber o patrimônio, como um processo permanente de construção de referenciais identitários de grupos e indivíduos. (NOGUEIRA, 2008; OTTO, 2016).

Assim, a educação patrimonial traz contribuições valiosas para a valorização da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, sendo um instrumento de alfabetização cultural, buscando envolver os diversos segmentos da sociedade na apropriação e valorização de suas heranças culturais. Trata-se de um processo permanente e sistemático que tem como foco o processo educativo centrado no patrimônio cultural (GONÇALVES; PERERIA, 2015). Nesse contexto, no V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial foram apresentados oito trabalhos científicos abordando a temática Educação Patrimonial, sendo desenvolvidos em diferentes localidades do Brasil.

A diversidade de enfoques dados nos trabalhos, sobre a educação patrimonial, podem contribuir para a incitação de novas discussões e novos olhares sobre a diversidade cultural brasileira.

2. Experiências de Educação Patrimonial, Cultura Afrobrasileira e Indígena

Iniciando as discussões sobre a diversidade patrimonial brasileira, tem-se no capítulo, *“A Beirada de Alcântara um patrimônio natural e cultural a ser conservado”*, discussões sobre o patrimônio cultural e natural, em especial sua Beirada, caracterizado pela presença do ecossistema de manguezal e de práticas tradicionais como a pesca. Para a compreensão dessa realidade, recorreu-se a abordagem qualitativa, interligando diferentes instrumentos para a coleta de dados, como entrevistas e trabalhos de campo com diferentes atores sociais. Constatou-se que na localidade ainda

há a presença de bens materiais e imateriais, em especial uma área de uso para a pesca artesanal e lazer para a população do lugar, possibilitando a construção de um croqui como proposta de trilha interpretativa com os pontos de maior interesse para a população local e também como veículo de sensibilização para a conservação da localidade.

Ao se discutir o estado de preservação e conservação de importantes pontos turísticos de Parnaíba se destacam os resultados obtidos no capítulo *“A educação patrimonial na análise fotográfica da preservação do patrimônio histórico-cultural de Parnaíba, Piauí”*, que através da análise dos conjuntos históricos e paisagísticos foi possível estabelecer comparativos do nível de conservação e preservação de algumas edificações históricas com o auxílio de imagens antigas e atuais. Observou-se que ainda ocorre uma desvalorização dos acervos histórico-culturais, tanto por parte da população local, principalmente pelo desconhecimento histórico da própria cidade, como pelo poder público, pela carência de medidas conservacionistas para o patrimônio edificado.

Abordando a importância das políticas públicas como medidas de preservação, o capítulo *“A implementação de políticas públicas ambientais e culturais no sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, Apodi-RN”*, buscou identificar as políticas públicas ambientais e culturais destinadas a preservação do Lajedo de Soledade, bem como compreender como elas podem influenciar numa maior participação do poder público e da população local. Para isso, o estudo recorreu à pesquisa bibliográfica e ao uso de diferentes instrumentos como, observação, aplicação de questionários e entrevistas com os moradores locais e visitantes. O estudo concluiu que existem políticas específicas para essa área e que a sua aplicabilidade e eficiência podem contribuir para um maior reconhecimento e valorização. Todavia, ainda é um desafio, garantir a sua preservação, tendo em vista a ausência do poder público, e a participação limitada dos moradores que vivem ao entorno do Lajedo de Soledade.

No estudo *“A importância do planejamento, da gestão e da valorização do patrimônio histórico-cultural e natural para o desenvolvimento do turismo sustentável”*, são discutidos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e turismo local. Os autores expõem a importância da valorização do patrimônio histórico-cultural e natural inserindo a participação das comunidades receptoras, como fundamental para se discutir o turismo local de base sustentável. O estudo considera que as práticas de turismo sustentável devem ser elaboradas a partir de uma gestão participativa e de valorização dos patrimônios histórico-cultural e natural como atrativos turísticos.

O capítulo do livro *“Costumes e hábitos alimentares de alunos estrangeiros de origem africana nos espaços de convivência da Universidade Federal do Ceará”*, envolve discussões a cerca da assiduidade e periodicidade na utilização do restaurante universitário pelos estudantes estrangeiros africanos. O estudo realizou um mapeamento das trilhas de convivência alimentar, buscando compreender os hábitos alimentares dos alunos, destacando em seu conteúdo, a necessidade de avançar em estudos e pesquisas que buscam melhorias nos produtos e serviços oferecidos. Ressalta a necessidade de se incluir no cardápio diário, refeições mais próximas do cotidiano alimentar dos frequentadores do restaurante, bem como uma maior aproximação com os espaços de convivência da universidade.

Em *“Educadores ambientais e comunidade quilombola em busca da ecologia de saberes”*, tem-se o debate a cerca do processo de formação da identidade cultural das comunidades afro-indígenas, abordando a configuração dessas comunidades na atualidade. Destaca a perda de referenciais identitários, o estado de invisibilidade que esses grupos estão expostos, e a necessidade de novos debates que promovam uma valorização de suas contribuições na formação da sociedade brasileira.

Ao discutir temas como diversidade cultural, educação patrimonial e tolerância religiosa o capítulo *“Entre batuques e badalos: a educação patrimonial como fator de diversidade cultural e*

tolerância religiosa”, retrata a partir da educação patrimonial, formas de valorização da diversidade cultural e religiosa nas instituições públicas de ensino. Os debates centraram-se no estabelecimento de relações entre educação patrimonial, tradições cristãs e religiões de matriz africana. Essa interligação permitiu compreender que a educação patrimonial é uma importante ferramenta de tolerância cultural e religiosa e ao mesmo tempo um fator de valorização da diversidade cultural.

Ao longo dos capítulos, percebe-se uma diversidade de estudos em torno da temática de educação patrimonial, que podem auxiliar na elaboração e aprofundamento de novas pesquisas. Essa pluralidade de estudos e instrumentos metodológicos contribuiu para trocas de experiências entre as diferentes instituições de ensino. A disposição desse material, por meio da coletânea objetiva socializar os conhecimentos e experiências desenvolvidas nas instituições de ensino estadual e federal do Brasil.

Referências

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; PEREIRA, Vinícius Oliveira. Educação e patrimônio: notas sobre o diálogo entre a escola e a capoeira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 74-90, dez. 2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

OTTO, Clarícia. Educação patrimonial: desafios formativos e perspectivas da história escolar para crianças. *Revista Intersaberes*, vol.11, n.22, p. 140 – 155, jan.- abr. 2016.

A BEIRADA DE ALCÂNTARA UM PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL A SER CONSERVADO

A. R. MARQUES

K. M. LOPES

E. S. SILVEIRA

Resumo

O município de Alcântara possui uma riqueza histórica e cultural, sendo o mesmo iniciado através de uma aldeia indígena e posteriormente com a invasão de franceses, portugueses e holandeses, se moldou como um grande centro comercial e hoje tem a memória da histórica da região em seu patrimônio artístico e cultural e uma grande riqueza natural. Sendo reconhecida como patrimônio cultural por meio do seu tombamento em 1948. Neste contexto nosso estudo vem ampliar os conhecimentos sobre esse território e sua população, visando a valorização das suas dimensões sociocultural e ambiental e a proteção deste patrimônio cultural e natural, em especial sua Beirada, caracterizado pelo ecossistema de manguezal, com uma rica biodiversidade. Utilizamos a pesquisa qualitativa como instrumento norteador das ações em campo, onde foram feitas entrevistas com os usuários da Beirada, pescadores e pescadoras artesanais, turistas e população em geral que usa para a subsistência, turismo, lazer. Identificamos a presença de muitas pessoas que vivem da pesca tradicional, o lazer e como forma de gerar uma renda adicional com a pesca de camarão. No local existe uma trilha que possui diversos atrativos, com destaque para uma área de lageiro que recebe inúmeras aves migratórias e residentes. Como resultados alcançados temos a elaboração de um croqui como proposta de trilha interpretativa com os pontos de maior interesse para a população local e também como veículo de sensibilização para a conservação da área da Beirada de Alcântara.

Palavras-chave: Biodiversidade, Manguezal, Trilha Interpretativa.

Abstract

The municipality of Alcântara has a rich history and culture, and it started through an Indian village and later with the invasion of French, Portuguese and Dutch, is shaped like a large shopping center and today has the historical memory of the region as a artistic and cultural heritage and a great natural wealth. It is recognized as cultural heritage through its overturning in 1948. In this context our study broadens the knowledge of this territory and its population, aimed at improvement of their socio-cultural and environmental dimensions and the protection of this cultural and natural heritage, especially its Beirada characterized by mangrove ecosystem with a rich biodiversity. We use qualitative research as a guiding tool for action in the field, where interviews were conducted with users of Beirada, artisanal fishermen and fisherwomen, tourists and the general population to use for subsistence, tourism and leisure. We identify the presence of many people living in traditional fishing, leisure and as a way to generate additional income with shrimp. On site there is a trail that has many attractions, especially for a lageiro area that receives many migratory and resident birds. As results we have achieved the development of a sketch as interpretive trail proposal with the points of greatest interest to the local as well as awareness-raising vehicle for the conservation of the area Alcântara Beirada population.

Keywords: Biodiversity, Mangrove, Interpretative Trail.

1. Introdução

O município de Alcântara está inserido na APA das Reentrâncias Maranhenses, uma unidade de conservação de uso sustentável, que permite o acesso aos recursos naturais (MMA/SBF/SNUC,2000), mas que requer uma gestão do território que contemple a conservação em todas as dimensões sejam elas ambientais, culturais ou sociais.

O tombamento da cidade Alcântara se deu ano de 1948 (BRASIL, 2005), tendo em vista o valor cultural, histórico e arqueológico do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade, então elevada a Monumento Nacional.

No ano de 1997 foi dividida em áreas de uso, que neste estudo compreende a Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) segundo a Lei municipal nº 224/1997 – aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da cidade, com predominância da arquitetura tradicional, que pelo valor histórico, artístico e arqueológico será preservada e tomada como referência principal para toda e qualquer intervenção física da área. Os bens materiais e imateriais compreendem todo o patrimônio cultural e ambiental da cidade de Alcântara, em especial a sua Beirada que é uma área de uso para a pesca artesanal e lazer para a população do lugar.

Um território de alto interesse cultural e ambiental, que abrange toda a Beirada da cidade de Alcântara, área que começa no Porto do Jacaré e se desenvolve até o Porto do Puca, com a predominância do ecossistema de Manguezal, cujo recursos naturais são utilizados pelos moradores do local, seja para a pesca artesanal, praticada de forma tradicional pelos pescadores artesanais, uma população tradicional que convive há milhares de anos nesta localidade, seja pela retirada de madeira para a construção de suas moradias.

Nesta área é que desenvolvemos uma proposta de uma trilha interpretativa com base nos conhecimentos tradicionais da população que usa o ambiente e vive em sintonia com esse contexto. Tendo o manguezal como meio de subsistência para várias famílias que dependem da pesca artesanal e também um lugar utilizado como lazer para a população. Além do interesse turístico, principalmente para o turismo comunitário.

Priorizamos a inserção da população local, para que os mesmos possam acompanhar e participar da elaboração de programas de desenvolvimento sustentável para esse território singular inserido na cidade de Alcântara.

Neste sentido, temos como objetivo geral deste trabalho conhecer a importância da Beirada de Alcântara em suas dimensões socioculturais e ambientais. Destacando a importância cultural, histórica e arqueológica, e como cenário temos o manguezal desta área que é berçário de espécies animais e vegetais e o modo de vida da comunidade tradicional local.

2. Procedimentos Metodológicos

Seguimos uma abordagem qualitativa onde o conhecimento não é separado em partes, está em constante movimento. Utilizamos como referencial teórico: Chizzotti (1995.1995,p.82) que nos orienta a “[...] captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes em seu contexto”.

Iniciamos com o levantamento bibliográfico sobre o tema em questão para um embasamento teórico. Além de visitas a campo para coletar informações e dados necessário para contemplar o objetivo almejado. Já foram realizadas três atividades de campo, que inclui a pesquisa com os usuários, reuniões com as lideranças de pescadores e envolvidos com o turismo na área e o mapa falado da trilha com os pontos de maior relevância para os usuários.

Foram elaborados croquis temáticos a partir de levantamento de campo, com as informa-

ções dos moradores e frequentadores do local, além do uso de GPS para coletar os pontos de uso do território e cada item que for interessante para a composição dos mapas.

3. A Beirada Alcântara um patrimônio natural e cultural a ser conservado.

O município de Alcântara está situado no litoral norte maranhense na microrregião da Baixada Ocidental (Figura 1), e possui um extenso litoral recoberto por manguezais.

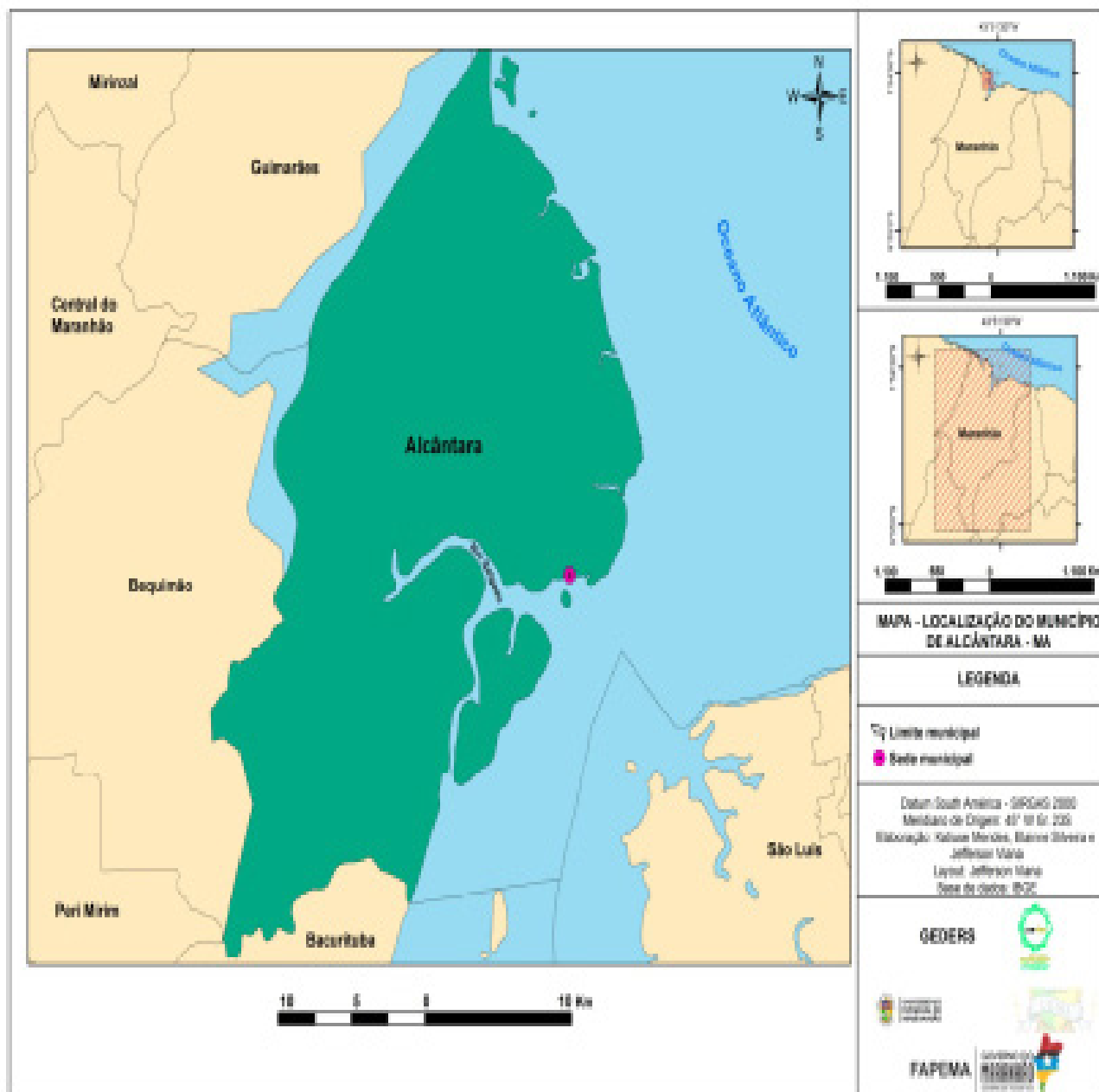


Figura 1 – Mapa de localização do município de Alcântara/MA.

Fonte - GEOMAP,2016.

Nesta área que estamos estudando, existe um potencial para o turismo ecológico, devido a uma diversidade muito grande de ambientes, entre manguezais e lagedos, praias, e falésias, entre

outras formações, esta diretamente ligada ao patrimônio cultural e histórico da cidade, e historicamente é considerado o ponto inicial de colonização de Alcântara.

Estamos inseridos em uma APA, regulamentada através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação como um dos mecanismos de proteção. É verificado assim o entendimento de uma APA – Área de Proteção Ambiental: área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Considerada uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e, portanto, com suas considerações abaixo:

ART 7 As unidades de conservação integrantes do SNUC

§ 2o O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

II - Unidades de Uso Sustentável.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental;

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Visto que o ecossistema de Manguezal compreende uma Área de Proteção Ambiental, registra-se a vasta dimensão desse ecossistema existente dentro do território maranhense. Segundo Souza (2009, p. 9 *apud* ROCHA FILHO, 2009), os manguezais do Maranhão englobam aproximadamente uma área de 500.000 hectares, representando quase a metade dos mangues do Brasil.

Souza (2009, p. 2 *apud* ROCHA FILHO, 2009), em estudos sobre a zona costeira maranhense, relata que a faixa litorânea do Estado é diferenciada em litoral ocidental, golfão maranhense e litoral oriental, sendo mais ampla nas áreas de reentrâncias, podendo ser identificadas unidades de paisagens como os apicuns, lagunas, falésias, marismas salinos, manguezais, praias, dunas e vasas. É válido mencionar que, especificamente no Maranhão, muitos desses ambientes costeiros se estabelecem segundo uma conjugação de fatores de ordem natural como clima, estrutura de terreno e condições físico-químicas como salinidade e influência das marés.

As Reentrâncias Maranhenses dentro de sua área ampla, contempla os manguezais, que segundo Mochel (1995, p. 10 *apud* ROCHA FILHO, 2009), são típicos de áreas subtropicais e tropicais, formando grupos arbustivos e arbóreos, com amplo desenvolvimento. “No Brasil, os manguezais estendem-se desde a foz do rio Oiapoque, no Amapá (4º N), até Laguna, em Santa Catarina (28º 30’ S)” (MOCHEL, 1995, p. 15 *apud* ROCHA FILHO, 2009).

4. O Ecossistema Manguezal e a sua importância como meio de vida para as populações costeiras

O manguezal é um ecossistema presente em grande extensão de área em nosso país e tem grande importância para área costeira. Os manguezais ocupam uma fração significativa do litoral brasileiro, cerca de 92% da linha de costa (± 6.800 km), estendendo-se do extremo norte no Oiapoque, Estado do Amapá (4º30’N), até seu limite sul na Praia do Sonho em Santa Catarina (28º53’S). Em nível mundial, o Brasil é o segundo país em extensão de áreas de manguezal (13.430 km²), ficando atrás apenas da Indonésia com 42.550 km² (SPALDING, et al 1997, *apud*, MENDES, 2003).

É no litoral do Estado do Maranhão que ainda se encontram as maiores áreas contínuas dos manguezais brasileiros. (CORREIA;SOVIERZOSKI, 2005).

A vegetação do tipo mangue é reconhecida pela legislação ambiental nacional como Área de Preservação Permanente pelo Art. 2º da lei 4771/65, que a considera como florestas e demais formas de vegetação natural. (MAIA *et al*, 2006)

As florestas de mangue formam um ecossistema costeiro intertropical, conhecido pelo seu importante papel ecológico e alta produtividade primária, sendo caracterizado pela ocorrência de espécies vegetais lenhosas, adaptadas aos ambientes salinos, periodicamente inundados pelas marés (VERMELHO-NOVENSE, 1995), Exercem funções primordiais como berçário, meio nutritivo, centro de multiplicação de numerosas espécies animais e fonte de recursos naturais para as comunidades costeiras (PROST e LOUBRY, 2000). Não por acaso, esse ecossistema faz parte das zonas úmidas de importância internacional definidas pela convenção de RAMSAR, em 1971. (FERNANDES, 2005, p. 14.)

As áreas de manguezais do litoral brasileiro estão protegidas pelo novo código florestal, Lei nº 12.651/02 como Área de Preservação Permanente (APP), porém, o aumento da urbanização e do uso dos recursos naturais desse ecossistema tem provocado diversos impactos ambientais em diversas áreas de ocorrência dessa vegetação.

Art. 3o Para os efeitos desta Lei, entende-se por

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

XIII - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluviomarinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os Estados do Amapá e de Santa Catarina;

O Manguezal ocorre entre ambientes terrestres e marinhos, apresentando a predominância, em sua composição, vasa e lama. Localizado em terrenos baixos na foz dos rios e estuários, com solo inundado pelas variações das marés e tendo grande variação de salinidade. (CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005)

[...]A composição do substrato possui predominantemente vasa e lama, formados por depósitos recentes, ricos em silte e argila, podendo apresentar diferentes concentrações de areia. A variação dos componentes do sedimento está diretamente relacionada com as diferentes origens, tanto marinhos quanto dos fluxos dos rios e estuários, que junto formam o substrato das áreas de manguezais. Estes também são formados por folhas, galhos e material vegetal e animal em diferentes etapas de decomposição, acarretando baixo teor de oxigênio no interior do solo. (CORREIA, SOVIERZOSKI, 2005, p. 25.)

O ecossistema manguezal possui grande importância para a manutenção e o sustento do equilíbrio ecológico da cadeia alimentar das regiões costeiras.(CORREIA; SOVIERZOSKI, 2005). Como é nesta área de estudo, onde possui uma importância fundamental para do equilíbrio do

ambiente e geradora de recursos pesqueiros para a população do local. (Figura 2).

O manguezal tem um papel importante para o homem desde a pré-história em razão da abundância de recursos alimentares que fornece (ALVES *et al*, 2001).



Figura 2- Área do manguezal da Beirada de Alcântara.

Fonte – SILVEIRA, 2016.

Este ecossistema apresenta desse modo uma flora e fauna diversificada fazendo parte de seu processo dinâmico. [...] As plantas encontradas neste ecossistema são popularmente conhecidas como mangues. (ALVES, *et al*, 2001).

Quanto a sua fauna segundo Alves *et al* (2001) verifica-se uma diversificação apresentando além das aves, animais característicos de ambiente com predominância de água, sedimento e vegetação.

No meio aquático encontram-se crustáceos (siris e camarões) e peixes (tainhas, robalos, manjubas etc.), enquanto no sedimento observam-se anelídeos (minhocas epoliquetas), moluscos (mariscos, ostras e caramujos) e crustáceos (caranguejos) e sobre o sedimento mamíferos (guaxinim ou mão-pelada). Por fim, na vegetação são avistados moluscos (caramujos, broca da madeira e ostras), crustáceos (caranguejos), insetos (moscas, mosquitos, borboletas, mariposas etc.) e aracnídeos (aranhas) (PEREIRA FILHO & ALVES, 1999, *apud* ALVES, *et al*, 2001, p.14).

4.1. O manguezal da Beirada de Alcântara e o seu potencial socioambiental e cultural

A nossa área de estudo vem sofrendo com diversos impactos, como foi constatado por observações diretas e com os resultados de entrevistas com a população do local.

Krug *et al* (2007) enfatizam que esse ecossistema é impactado por vários motivos como o

aumento populacional na costa, que provoca o aumento do desmatamento e modificações no mangue para expansão urbana, bem como instalações industriais e portuárias, além do lançamento de esgotos e lixo.

Outro impacto significativo refere-se ao corte da vegetação, que além de destruir a flora, expõe o sedimento ao sol provocando ressecamento e a salinização do substrato resultando na morte de caranguejos e mariscos, como também afetando a produtividade e a pesca de caranguejos, camarões e peixes (ALMEIDA, *et al*, 2001).

Todos esses impactos foram observados na Beirada de Alcântara, que necessita de uma atenção especial para que seja mais protegida, pois é uma área de grande interesse turístico, e já dispõem de roteiros espontâneos como é o caso da trilha ecológica em questão. Durante as entrevistas com os pescadores (Figura 3) foi constatado a importância do lugar para a sobrevivência dos mesmos, que dependem dessa pesca, que é praticada de forma artesanal, com uso de técnicas tradicionais de pesca como o Curral. (Figura 4).



Figura 3 – Entrevistas com os pescadores artesanais da Beirada de Alcântara

Fonte- SILVEIRA, 2016



Figura 4- Curral Artesanal tradicional na Beirada de Alcântara.
Fonte- MARQUES, 2015.

Com a análise dos dados das entrevistas, ampliamos nossa percepção ambiental sobre essa área seguindo a linha de Tuan (2012), que tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, nas quais certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. Os órgãos dos sentidos são pouco eficazes quando não são ativamente usados. Sem a autocompreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos. E os problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

A partir da percepção ambiental da população alcantarenses sobre a sua visão de mundo e motivação para a conservação do Manguezal da Beirada de Alcântara, percebemos que é um lugar de interação com o ambiente e a ligação que essas populações possuem com o lugar é muito singular, pois vivem em contato direto com o manguezal, de onde tiram o seu sustento, mas também se relacionam cotidianamente e compõem um mosaico paisagístico que envolve o ecossistema de manguezal, as praias, os apetrechos de pesca tradicional, os barcos tradicionais a vela, que caracterizam a Beirada de Alcântara como um lugar singular e que possui muitas memórias coletivas com um potencial natural e cultural de valor inestimável.

A importância do Manguezal da Beirada, em que os comunitários demonstram um pertencimento e retiram seu alimento, com a pesca de subsistência com os instrumentos ilustrados como o curral, a embarcação, o puçá, a catação de marisco, o uso de sementes da flora da restinga. Tem-se o uso de lazer, e a oportunidade do trilhar usual dos moradores como um pensar de uma Trilha

Educativa/Ecológica para a localidade que promova a sensibilização e recursos para a comunidade local.

O Manguezal da Beirada de Alcântara tem sua importância e precisa de cuidados para manter-se em equilíbrio diante das ações antrópicas existentes que desequilibram o mesmo. Pelo uso de instrumentos inadequados de pesca, pela queimada e lixo no local.

Com todo esses conhecimentos já levantados, foi elaborado um croqui para uma trilha interpretativa (Figura 5), levando em consideração esse potencial e dando novos significados para esse cotidiano.

Esses pontos foram discutidos em reunião participativa com pessoas da comunidade, e agora serão transformados em pontos de interpretação ambiental e cultural, esperando assim ampliar o valor dessa área para os moradores e também para a geração de renda por meio do turismo ecológico e comunitário.



Figura 5 – Trilha interpretativa da Beirada de Alcântara.

Fonte – SILVEIRA, 2016.

Sendo observado nas visitas a campo, também a grande importância do Sítio Escola Praia do Barco, um núcleo de experiências sustentáveis que é o ponto de encontro para o início da trilha, que tem utilizado dos recursos do mangue de forma sustentável destacando a importância da valorização e preservação do mangue junto aos moradores.

Com a formatação desta trilha esperamos contribuir para uma maior valorização desta área, e na medida que a mesma for sinalizada e o fluxo de turismo aumentar no local, almejamos que haja uma maior sensibilização para o valor e a conservação ambiental no local.

Como pontos de maior relevância para a formatação da trilha, destacamos o ponto da pesca artesanal, o lajedo (que é uma área de laje rochosa), as praias com lamas negras (que é utilizada para o banho de lama), a falésia da Baronesa (Figura 6), e o manguezal que está por toda a parte.



Figura 6 – Falésia da praia da Baronesa.

Fonte – SILVEIRA,2016.

5. Considerações finais

O município de Alcântara possui uma riqueza histórica, cultural e ambiental, que fazem do município um lugar fascinante. Sua riqueza histórica e cultural está presente desde a sede do município marcado pelos casarões, igrejas, festas populares e religiosas, que atraem turistas em determinados períodos do ano. Sua riqueza natural tem-se uma extensa área de manguezal, presente na sede do município, que torna o local exuberante.

O manguezal é um ecossistema riquíssimo e que tem que ser cuidado e preservado, para sua manutenção e de todas as espécies que dele precisam para manter sua existência, além das pessoas que dele fazem uso. São várias as espécies animais que do mangue fazem uso para reprodução de sua espécie. Além da flora típica existente no local.

É notório o grande impacto sofrido pelos mangues ao longo dos tempos pela ação humana, que desmatam, poluem e destroem este ecossistema. Os mangues além do avanço das cidades em sua direção sendo aterrados para permitir construções, sofrem constantemente pelo desmatamento para utilização de sua madeira e também pelo esgoto lançado diretamente em suas águas.

Na Beirada de Alcântara foi observado o potencial natural riquíssimo com a presença de espécies de mangue que mantém aquele ecossistema vivo naquele local, mas que vem sofrendo pelos impactos gerados pela ação humana. Neste contexto é muito importante a sensibilização visando a conscientização necessária para preservar e cuidar deste ambiente, mantendo esta riqueza natural presente na Beirada de Alcântara.

Com a efetivação da nossa proposta da trilha interpretativa esperamos contribuir com mais um ponto de atrativo turístico para o local, possibilitando a ampliação e geração de renda para os moradores e também a valorização desta área que tem um valor cultural e natural inestimável.

Referências

- ALMEIDA, B. M. de, *et al.* **Questões Socioambientais**. In: ALVES, Jorge Rogério Pereira. **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf> Acesso: 20/ ago/2015.
- ALVES, Jorge Rogério Pereira; PEREIRA FILHO, Osny; PERES, Rhoneds Aldora Rodrigues. **Aspectos geográficos, históricos e socioambientais dos mangues**. In: ALVES, Jorge Rogério Pereira. **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. P. 9-18. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf> Acesso: 20 ago 2015.
- BRASIL, Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: 19 de agosto de 2015. _____, **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Ministério da Cultura / Programa Monumenta. Brasília, 2005.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais** 2ª ed., Cortez, São Paulo, 1995.
- CORREIA, M. D.; SOVIERZOSKI, H. H. **Ecosistemas marinhos : recifes, praias e manguezais**. Maceió : EDUFAL, 2005. (Disponível em <http://www.ufal.edu.br/usinaciencia/multimidia/livros-digitais/cadernostematicos/Ecosistemas_Marinhos_recifes_praias_e_manguezais.pdf> Acesso: 10 set 2015.
- FERNANDES, M. E. B. (Org). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. vol III. Fundação Rio Bacanga, 2005. Disponível em <<http://www.ufpa.br/lama/pub/livros/livro2.pdf>> Acesso: 15 set 2015.
- KRUG, L. A.; LEÃO, C.; AMARAL, S.. **Dinâmica espaço-temporal de manguezais no Complexo Estuarino de Paranaguá e relação entre decréscimo de áreas de manguezal e dados socioeconômicos da região urbana do município de Paranaguá – Paraná**. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XIII, 2007, Florianópolis, Anais. Florianópolis: INPE, 2007.. Disponível em <<http://martesid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.14.20.50/doc/2753-2760.pdf>> Acesso: 10 set 2015.
- LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato20112014/2012/lei/l12651.htm> Acesso: 10 set 2015.
- MAIA, L. P., *et al.* **Atlas dos Manguezais do Nordeste do Brasil**. Avaliação das áreas de manguezais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. 2006. Disponível em <http://www.institutomilenioestuarios.com.br/pdfs/Produtos/011/11_AtlasdosManguezais-doNordestedoBrasil.pdf> Acesso: 20 set 2015.
- MENDES, A. C. **Geomorfologia e Sedimentologia**. In: FERNANDES, Marcus, E. B. (Org). **Os manguezais da Costa Norte Brasileira**. Vol. II. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003. P. 13-31. Disponível em <<http://www.ufpa.br/lama/pub/livros/livro2.pdf>> Acesso: 12 set 2015.
- MMA/SBF - SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso: 15 de out 2015.
- CORREIA, M. D. **Ecosistemas marinhos: recifes, praias e manguezais**/ Mônica Corigo Correia,

Hilda Helena Sovierzoski. - Maceió: EDUFAL, 2005. 55p.; il.- (Conversando sobre ciências em Alagoas).

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia- um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

ROCHA FILHO, A. C. R. **Avaliação estrutural da vegetação de bosques de mangues potencialmente vulneráveis ao derrame de óleo na baía de São Marcos - Maranhão, Brasil** / Augusto Cesar Ribeiro Rocha Filho. - São Luís, 2009.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ANÁLISE FOTOGRÁFICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE PARNAÍBA, PIAUÍ

*DENIA ELICE MATIAS DE OLIVEIRA
MARIA VALDIRENE ARAÚJO ROCHA MORAES
ANDREA LOURDES MELO SCABELLO*

Resumo

A pesquisa teve por objetivo analisar aspectos relativos a preservação e conservação dos Conjuntos Históricos e Paisagísticos do município de Parnaíba, Piauí tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN através da análise comparativa de imagens antigas e atuais. As fotografias recentes, efetuadas durante a realização de trabalho de campo, corroboraram com algo que já se configura no território parnaibano, o forte apelo às atividades turísticas, em virtude da existência de um acervo histórico-cultural. Porém, verificou-se que este acervo, muitas vezes, não é valorizado pelos habitantes. A desvalorização pode ser explicada pelo desconhecimento da história da própria cidade, o não reconhecimento do patrimônio cultural como heranças das gerações anteriores e a ausência de laço afetivo para com esse acervo. Através de pesquisa de campo notou-se que parte do patrimônio histórico, especialmente, relacionado com o patrimônio edificado carece de conservação por parte dos órgãos competentes. Além disso, outro ponto observado foi a pouca conscientização da população em relação a importância de se preservar a história dos lugares.

Palavras-chaves: Fotografia, Cultura, Conjuntos Históricos, Conscientização.

Abstract

The research aimed to analyze aspects of the preservation and conservation of historic and scenic sets of the municipality of Parnaíba, Piauí listed by the Heritage Institute for National Artistic - IPHAN through comparative analysis of images past and current images. The recent photographs, made while conducting fieldwork corroborate with something that if was set up in parnaibano territory, the strong appeal to tourist activities, due to the existence of a historical-cultural heritage. However, it was found that this collection often is not valued by the inhabitants. Devaluation may be explained by ignorance of the history of the city itself, not recognizing the cultural heritage as a legacy of previous generations and absence of emotional bond to with this collection. Through field research it was noted that part of the historical heritage, especially related to the built environment lacks conservation by the relevant bodies. Also, another point noted was little public awareness regarding the importance of preserving the history of the places.

Keywords: Photography, Culture, Historic Sets, Awareness.

1. Introdução

A expressão “espaço geográfico” segundo Corrêa (2000, p. 15) “aparece como um conceito vago, ora estando associada a uma porção específica da Terra, seja pelos ambientes naturais ou seja pelas expressões que o homem imprimiu as suas marcas”. A partir dos anos de 1970, os debates incluíam ao conceito de espaço, o termo paisagem, assim como, paisagem natural e cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. Para Corrêa (2000, p. 30) “A paisagem torna-se um conceito revalorizado, [...] enquanto que o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser um conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, [...] o significado de espaço vivido”.

O espaço geográfico, como afirma o autor, é a morada do homem, sendo esta multidimensional, cabendo ao geógrafo decifrá-lo:

“Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.” (CORRÊA, 2000, p. 44).

Por esta multidimensionalidade o homem seguiu modificando/adaptando o meio no qual está inserido, agregando significados ao longo de sua trajetória. Entendo a paisagem como resultado da cultura e da relação entre homem e meio natural, busca-se a compreensão da materialidade e subjetividade dos objetos denominados patrimônios.

Para Nardir, Leticia e Castells (2010, p. 2) “O caráter dinâmico das representações culturais deve ser considerado a partir das visões sobre patrimônio entre os agentes públicos e a sociedade, que deveriam ter mais possibilidades de participação, nos novos instrumentos de gestão e formas de intervenção”. Contudo, a sociedade é alijada do processo de participação o que resulta numa atitude de indiferença em relação ao patrimônio cultural local.

O Patrimônio Cultural consiste nas diversas manifestações, expressões e criações de uma sociedade ao longo dos anos, que perpassaram de geração em geração. Para Grunberg (2007, p. 5) Patrimônio Cultural se definiu como:

“[...] todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso ‘Patrimônio Vivo.’”

Dentro desse contexto, a Educação Patrimonial tornar-se-á presente quando houver trabalho sistemático e educativo de forma permanente visando a manutenção e preservação do Patrimônio Cultural em todas as suas manifestações. A Educação Patrimonial tem por objetivo levar os indivíduos a refletir e utilizar de forma consciente a ‘herança cultural’ do lugar tornando-o protagonista na criação de sua cultura, como afirma, Grunberg (2010, p. 36):

“[...] É o ensino centrado nos bens culturais (evidências e manifestações de cultura), que propõe desenvolver com crianças e adultos, através da experiência e do contato direto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças. Este

processo tem por objetivo capacitar os cidadãos para o usufruto da sua herança cultural e propiciar sua participação na cultura, que é um fazer contínuo da sociedade.”

Segundo Grunberg (2007) a metodologia da Educação Patrimonial é constituída por quatro etapas que auxiliam no desenvolvimento das atividades pedagógicas em prol do patrimônio - Observação, Registro, Exploração e Apropriação¹ – conduzindo os indivíduos à reflexão e as ações acerca da preservação e valorização do patrimônio cultural.

Baseando-se nas ideias relacionadas à Educação Patrimonial como elemento de sensibilização dos indivíduos para com suas riquezas histórico-culturais, a presente pesquisa visou analisar alguns bens culturais, identificados como pontos turísticos da cidade Parnaíba, Piauí, tombados pelo Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional - IPHAN. O objetivo foi realizar um levantamento da situação de preservação e valorização de alguns pontos turísticos, que agregam valores na identidade histórico-cultural da cidade de Parnaíba. Utilizou-se para esta análise fotografias antigas de acervos digitais e fotografias atuais de lugares e edifícios tombados, bem como, visita de campo afim de observar e levantar informações junto aos órgãos públicos e através de conversas informais com alguns moradores da cidade.

1.1 Breve Histórico do município de Parnaíba

Relatos de alguns historiadores contam que a região era ocupada por índios Tremembé. No período de 1571 a 1614 a região passou a ser explorada mais intensamente, por navegadores, aventureiro, jesuítas e viajantes, atraídos pelas notícias da grandiosidade do rio Parnaíba que cortava a região. De acordo com Brito e Moraes (2007):

“A origem da cidade está diretamente ligada à localidade do Porto das Barcas, situado às margens do Rio Igarçu, um dos afluentes do Rio Parnaíba, foi palco de intensas atividades agrícolas e comerciais na região que logo após ser desbravada em 1669 pela companhia de Leonardo de Sá, se tornou em 1758 local da charqueada de Domingos Dias da Silva que com seus navios importavam e exportavam mercadorias para outros estados do Brasil e outros países da Europa, especificamente, com Portugal e Espanha.”

Após a fase de inicial de povoamento, com destaque ao comércio local, o então governador da Província do Piauí João Pereira Caldas fundou, em 20 de setembro de 1759, a vila de São João da Parnaíba que ganhando destaque, cresceu e transformou-se em um centro de difusão de culturas. Nesse contexto Simplício Dias da Silva, um rico fazendeiro e homem de prestígio na região, proclamou a adesão da Vila de São João da Parnaíba a independência da colônia.

São João de Parnaíba foi elevada à categoria de município e distrito, com a denominação de Parnaíba, em 19/06/1761. Em 14 de agosto de 1844, a vila é elevada à categoria de cidade pela Lei nº 166 promulgada pelo presidente da Província do Piauí, José Ildefonso de Sousa Ramos (IBGE, 2016).

¹ GRUNBERG, Evelina (2007, p. 6): “Observação: nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos, etc. [...] de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado; Registro: com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, [...] busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo; Exploração: análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, jornais, [...]) desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados; Apropriação: recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, fotografias, etc.) [...] provocando nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.”

1.2 Caracterização ambiental e socioeconômica de Parnaíba, Piauí

O município de Parnaíba (Figura 1) está localizado na microrregião do Litoral Piauiense, abrange uma área irregular de 431km² e possui como limites: ao norte o município de Ilha Grande e o oceano Atlântico, ao sul os municípios de Buriti dos Lopes e Cocal, a leste o município de Luís Correia, e a oeste o estado do Maranhão. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 02° 54'17" de latitude sul e 41° 46'36" de longitude oeste, possui cerca de 318 km de distância da capital do estado, Teresina (Figura1).

Parnaíba apresenta temperaturas mínimas de 20° e máximas de 32°, caracterizada pelo clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual (com registro de 1.200 mm, na sede do município) é definida no Regime Equatorial Marítimo, com isoietas anuais em entre 800 a 1.600 mm, com cerca de 5 meses chuvosos, concentrados nos meses de janeiro a maio, e um longo período de estiagem. (CEPRO, 2013)

A geologia da área apresenta unidades pertencentes às coberturas sedimentares: dentre as unidades mais recentes encontram-se as dunas inativas, que ocorrem sob forma de grandes depósitos de areia; os depósitos litorâneos que aparecem com turfa, areia e argila; os depósitos de pântanos e mangues englobam areia e argila e também fazem parte dos sedimentos recentes; a Formação Barreiras agrupa arenito, conglomerado, intercalações de siltito e argilito. Na porção basal do pacote encontram-se os sedimentos do Grupo Serra Grande constituído de conglomerado, arenito e intercalações de siltito e folhelho, e com 6% encontra-se o embasamento cristalino estando representado pelo Complexo Granja, composto de gnaiss. (BRASIL, 2004).



Figura 1 - Localização do município de Parnaíba dentro do estado do Piauí.

Fonte: Imagens Landsat de 01/04/2015. Organizado por Valdirene Moraes (2016).

A geomorfologia da área, apresenta-se, principalmente, como superfícies tabulares reelaboradas, relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros. (BRASIL, 2004)

Os solos do município de Parnaíba caracterizam-se em areias quartzosas distróficas, solos aluviais eutróficos e laterita hidromórfica, associados a latossolos vermelho-amarelo distróficos. Apresenta, principalmente, vegetação de mangue, restingas e caatinga arbustiva. Os principais recursos hídricos da área são constituídos pelos rios Paraíba, Igaraçu e Portinho, e pelas lagoas do Portinho, do Prado e da Prata (CEPRO, 2013).

A população total em 1991 era de 127.929 de habitantes, em 1996 a população total passou a 131.392 de habitantes, em 2000 a população teve um pequeno crescimento, totalizando 132.282 de habitantes, em 2010 a população passou a 145.705, apresentando uma densidade demográfica de 334,51 de hab./km², possui uma população estimada para 2015 de 149.803 habitantes. A maior concentração da população é na zona urbana (95%) com cerca de 137.507 habitantes. A zona rural é constituída por cerca de 8.222 habitantes, correspondendo a 5% da população do município (IBGE, 2016).

Com relação à economia destacam-se as atividades ligadas ao setor terciário, caracterizada pelos serviços. O setor primário (atividades agropecuárias) apresenta a menor proporção na economia local e está representada pelas culturas de subsistência (feijão, milho, arroz, melancia e mandioca) e pela pecuária e criação de aves.

2. Materiais e Métodos

O objeto de estudo, desta pesquisa, é constituído por parte do patrimônio cultural, especialmente relacionado com os bens culturais edificados que são identificados como pontos turísticos considerados importantes para a compreensão da origem, da trajetória e desenvolvimento da cidade de Parnaíba. Durante a pesquisa de campo, especialmente, nas visitas aos órgãos públicos da cidade observou-se os pontos turísticos de valor histórico-culturais estão inseridos dentro do perímetro de proteção da área de tombamento federal formando o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (Figura 2). É importante ressaltar que Parnaíba integra a política de implantação da rede de patrimônio fazendo parte do conjunto de cidades do Piauí testemunhas da ocupação interior do Brasil durante o século XVIII – XIX².

2 O Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. IPHAN (2008, p. 9)

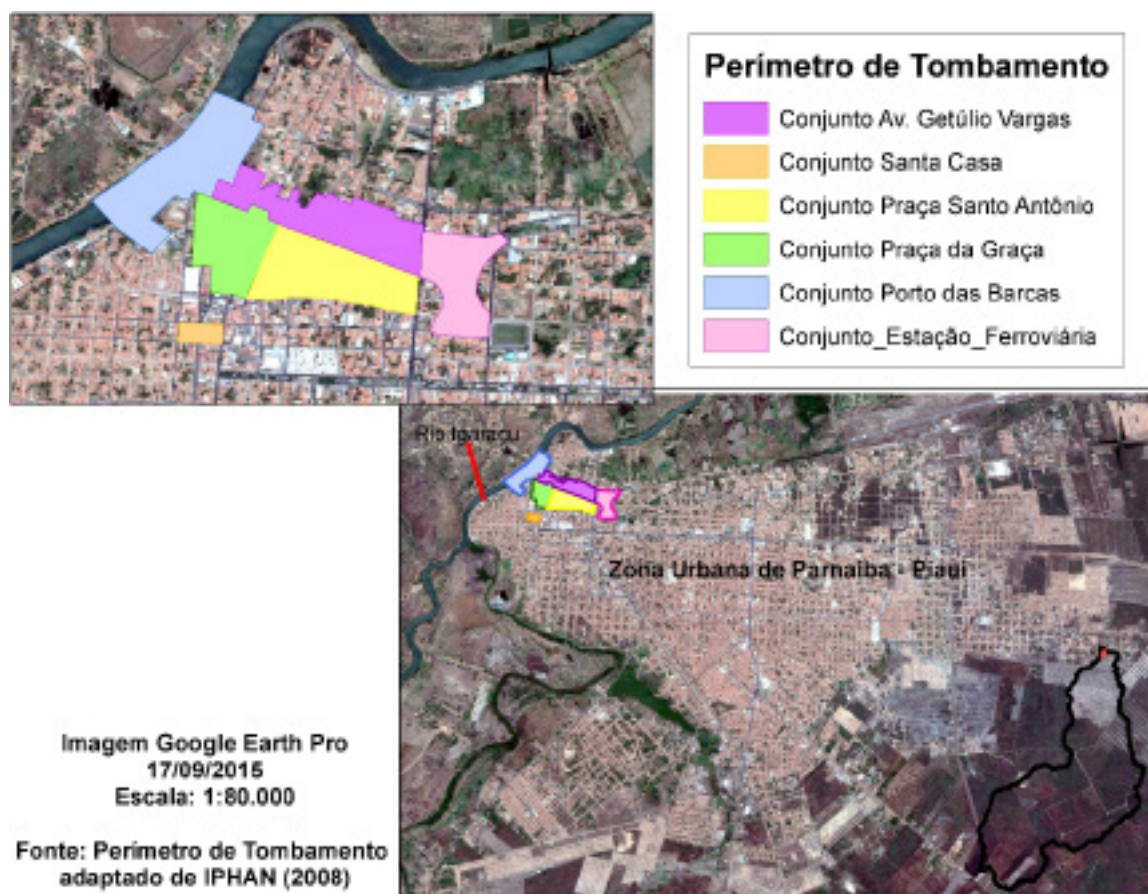


Figura 2 – Localização do Perímetro de Tombamento de Parnaíba, Piauí.

Fonte: Org. por Moraes (2016).

A Figura 3 destaca a localização dos pontos turísticos identificados como histórico-culturais (IPHAN), localizados dentro da área do Perímetro de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba³. Entre eles destacam-se: o Conjunto Porto das Barcas (Porto das Barcas e Porto Salgado); Conjunto Avenida Getúlio Vargas (Casa Inglesa, Escritório da Booth & Company (London) Limited e Consulado Britânico); Conjunto Praça Santo Antônio (Casarões no entorno da Praça Santo Antônio e Igreja de Santo Antônio); Conjunto Praça da Graça (Cine Teatro Eden); Conjunto Estação Ferroviária (Maria-Fumaça e Museu do Trem) e Conjunto Santa Casa (Praça da Santa Casa de Misericórdia e Hospital da Santa Casa).

³ O conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba - tombado pelo Iphan, em 2011 - contém cerca de 830 imóveis divididos em seis setores: Porto das Barcas, Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária, Avenida Getúlio Vargas e Santa Casa. Essa fragmentação foi definida de acordo com as características arquitetônicas e urbanísticas de cada monumento. Embora a localização da igreja matriz, da casa de câmara e do pelourinho no entorno da praça projetassem o urbanismo português, sua natureza portuária com saída costeira do município lhe propiciou a adoção de modelos arquitetônicos do litoral. (BRASIL, IPHAN, 2016).



Figura 3 - Localização dos Pontos histórico-culturais, objetos de estudo, da cidade de Parnaíba.
Fonte: Imagens do Google Earth Pro de 17/09/2015. Organizado por Valdirene Moraes (2016).

A pesquisa propôs analisar a situação de preservação e valorização de alguns de pontos turísticos, que agregam valores na identidade histórico-cultural da cidade de Parnaíba. Para tanto utilizou a metodologia da Educação Patrimonial⁴. Procedeu-se, inicialmente, ao levantamento de documentação fotográfica, de alguns dos pontos turísticos, em períodos passados e contemporâneos. Os documentos fotográficos fazem parte de acervos institucionais, de órgãos municipais e empresas privadas, tais como, Superintendência Municipal de Turismo de Parnaíba (SUPTUR); MB Turismo & Viagens, Portal Meio Norte (Reportagem “Conheça a história dos 171 anos de Parnaíba”); BRASIL (2015). E, também de acervos pessoais, a exemplo de Brito (2016); Casa Inglesa (2016); Rodrigues (2012); Junior (2014), Oliveira (2016).

Em uma segunda etapa da pesquisa houve a visita aos pontos turísticos (Figura 3) com a finalidade de observar e descrever o estado de conservação, assim como, avaliar a relação do parnaibano com o bem cultural em questão. A pesquisa de campo foi de fundamental importância, especialmente no que diz respeito a coleta de informações *in locu*. Através de conversas informais com os moradores do entorno do bem tombado percebeu-se a necessidade de elaboração de projeto de intervenção em Educação Patrimonial afim de sensibilizar a população para a questão do patrimônio histórico.

3. Resultados e discussão

A partir da análise das imagens coletadas nos acervos digitais procedeu-se as atividades de

4 GRUNBERG, Evelina (2010): Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial.

campo, como mencionadas anteriormente, com vista a observar questões relativas a preservação e conservação dos pontos monitorados na Figura 3.

Neste momento, foi efetuado registro fotográfico com a intenção de produzir imagens dos bens, em ângulos similares aos dos documentos fotográficos procedentes dos acervos citados. Contudo, enfrentou-se dificuldades para fotografar os pontos devido aos obstáculos presentes no local.

A seguir serão descritas as peculiaridades de alguns pontos turísticos que foram selecionados para a realização da pesquisa.

3.1.1 Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários

O Porto das Barcas (Figura 4) está localizado na região central da cidade de Parnaíba, às margens do rio Igaráu (afluente do rio Parnaíba), sendo um dos principais pontos turísticos da cidade. Foi palco do desenvolvimento econômico da cidade com o surgimento das charqueadas da família Dias da Silva, que com seus navios iniciaram na região atividades comerciais de importação e exportação. Em seu apogeu houve a construção de grandes armazéns que estocavam as mercadorias, como a cera de carnaúba, o babaçu, o tucum e amêndoas. A partir dessas atividades econômicas a cidade de Parnaíba foi se desenvolvendo a partir do Porto das Barcas (marco da fundação da cidade) que desempenhou um papel importante na comercialização das mercadorias citadas (Figura 4 A).

Ressalta-se que Porto das Barcas, durante período do ciclo das charqueadas. Recebeu a denominação popular, de Porto Salgado (Figura 4 B) por estar associado a comercialização do sal. Segundo relato histórico do período, produzido pela Casa Inglesa (2013), pode-se observar que:

“Pelo Porto Salgado chegavam as barcaças cobertas de folhas secas de babaçu trazendo para a Parnaíba os variados produtos. Notável era o azafama dos trabalhadores. O estivador era sempre presente no embarque e desembarque de mercadorias que iam sendo removidas para os porões das embarcações, destinadas para longe, Liverpool, Itamburgo, Amsterdam e outros.”

Atualmente, o Porto das Barcas perdeu sua característica de polo exportador e importador da região devido ao declínio e a crise do mercado internacional da época. O intenso fluxo de embarcações desapareceu motivado pelo surgimento das rodovias e pela construção de uma ponte que interliga a cidade de Parnaíba a Ilha Grande de Santa Isabel, que tornaram obsoleta a navegabilidade.



Figura 4 – A) Porto das Barcas às margens do rio Igarapé, início do século XX; B) Ruínas do Porto das Barcas, no ano de 2015; C) Porto das Barcas em meados de 1956; D) Porto das Barcas em 2015.

Fonte: A) MB Turismo e Viagens (2016); B) SUPTUR (2016) por Mauro Ataíde, 2015; C) MB Turismo e Viagens (2016); D) IBGE (2015). Organizado Por Oliveira (2016).

Hoje encontra-se no local um complexo turístico formado por uma rede de lojas com produtos artesanais de artistas da região, além de atividades culturais (apresentações musicais de artistas regionais), assim como, de restaurantes que servem comidas típicas da região. É considerado porta de entrada para o Delta do Rio Parnaíba, contendo nesse complexo as agências de turismo que vendem diversos roteiros turísticos (Figura 4 C).

Na parte oposta ao então atual complexo turístico do Porto das Barcas, à esquerda da Ponte Simplício Dias da Silva, encontra-se as estruturas dos antigos armazéns do denominado Porto Salgado. Em ruínas e abandonados os armazéns são utilizados, atualmente, por usuários de entorpecentes e para a prática de atividades ilícitas.

Há especulações a respeito de um projeto de revitalização com a construção de um centro cultural. Santana (2014) afirma que a população parnaibana espera que as ruínas do Porto Salgado possam ter um novo uso através da construção de Centro Cultural Porto Salgado através do financiamento do Banco do Nordeste (Figura 4 D).

3.1.2 Conjunto Avenida Getúlio Vargas

O escritório inglês Booth & Company (London) Limited e a Casa Inglesa estão localizados no centro de Parnaíba, na Avenida Presidente Getúlio Vargas. A companhia de navegação de origem inglesa (Booth & Company (London) Limited), mais precisamente da cidade de Liverpool, instalou-se na cidade de Parnaíba em 1º de julho de 1913. Exerceu papel importante no desenvolvimento econômico da cidade. Seus navios movimentavam o mercado no Piauí interligando Parnaíba à Europa, Estados Unidos e outros países (Figura 5A). Além de influenciar na economia local, a com-

panhia, genuinamente de origem e inglesa, influenciou nos costumes da elite parnaibana.

A companhia de navegação, em função da origem inglesa, funcionava no mesmo local que o Consulado Britânico em Parnaíba. Os gerentes da companhia receberam, oficialmente, o título de vice-cônsul britânicos. Com relação a estrutura do prédio, em que funcionava a Booth & Company (London) Limited e o Consulado Britânico, foi totalmente modificada. A forma original foi descaracterizada dando lugar a vitrines e mostruários de roupas de uma famosa loja de confecções da região. Os traços arquitetônicos singulares de sua época e suas histórias ficaram apenas na memória da população mais antiga da cidade (Figura 5B).

Outro monumento que exerceu forte influência na cultura parnaibana, foi a Casa Inglesa. Fundada em 1849, ela sediou a residência e as empresas de Paul Robert Singlehurst (conhecido pelo apelido de “Paulo Inglês”). Ele foi um dos pioneiros na importação de maquinários e motores, além de, automóveis (modelo tipo Jeep). Posteriormente, o também inglês, James Clarck tornou-se o proprietário da Casa Inglesa. Nos tempos áureos essa edificação ficou famosa pelas suas elegantes festas organizadas em seus terraços (Figura 5C).



Figura 5 - A) Escritório da Booth & Company (London) Limited e Consulado Britânico e Casa Inglesa; B) Atual Loja de confecções onde funcionou o escritório da Booth & Company (London) Limited e Consulado Britânico ao lado Casa Inglesa; C) Casa Inglesa fundada em 1849 na rua Grande (Avenida Getúlio Vargas) - Foto doada por Luiz Guilherme Bacellar Chaves; D): Casa Inglesa à venda (30/03/2016).

Fonte - (A): Brito (2016); (B): Oliveira (2016); (C): Acervo Casa Inglesa (2013); (D) e (E) Organizado por Oliveira (2016).

A Casa Inglesa se destaca por ser um dos poucos imóveis que mantém os traços arquitetônicos peculiares aos da época, conservados por parentes da família de seu fundador. Ela foi transformada em uma espécie de museu, onde os visitantes podiam observar as características da construção e do mobiliário pagando uma pequena taxa. Hoje as atividades de visitas estão encerradas e o prédio está à venda (Figura 5D).

3.1.3 Conjunto Praça Santo Antônio

A Praça Santo Antônio (Figura 6A e 6B), segundo Parnaíba (2016, p. [s/n]) é uma das mais antigas praças da cidade. É um logradouro público que chama a atenção por ser bastante arborizada, abrigando ainda importantes marcos históricos como o Monumento do Centenário da Cidade (1844-1944) e o Centro Cívico, onde acontecem desfiles e outras solenidades cívicas. O conjunto da praça apresenta ainda um tradicional colégio e igreja (Figura 6C).

No entorno da praça identificam-se edificações de grande imponência apresentando características refinadas em suas ornamentações, jardins arborizados diferenciando-as das demais existentes na cidade (Figura 6B).



Figura 6 - A) Modificação e construção de torre sineira da igreja de Santo Antônio, em meados do século passado; B) Casas entorno no da praça Santo Antônio, início do século XX; C) Igreja Santo Antônio, ao lado colégio Nossa Senhora das Graças (CNSG), também conhecido por colégio das irmãs, em dez de 2011; D) Casas no entorno da praça Santo Antônio que sofreram poucas alterações em suas faixadas, em dez 2011. Fonte: (A e B): Brito, Moraes (2016); C) Acervo – Colégio Nossa Senhora das Graças; D) Imagens do Google Maps de dez. 2011. Org. por Oliveira (2016).

Atualmente, as praças ainda se mantem arborizada, sendo o ponto de encontro de diversos grupos, estudantes, familiares e trabalhadores que a aproveitam nos momentos de descanso e descontração. Porém, notou-se que o monumento em homenagem ao centenário da cidade, localizado no centro da praça, está depredado destituído da placa de identificação. Contudo, a praça recebe considerável cuidado com relação a limpeza.



Figura 7 – Casa no entorno da praça Santo Antônio em estado de abandono.

Fonte: imagens do Google Maps de dez. 2011. Org. por Oliveira (2016).

O entorno, por encontrar-se na área de tombamento, permaneceu preservado. A arquitetura das casas manteve os traços característicos da sua época de fundação. Algumas delas são habitadas por familiares/parentes de seus fundadores e outras estão à venda (Figura 6C e 6D). Contudo, notou-se a falta de zelo com relação a um desses imóveis que se encontra abandonado, com a estrutura comprometida (Figura 7).

3.1.4 Conjunto Praça da Graça

O Cine Teatro Éden (Figura 8A) exerceu papel importante na cinematografia dentro da cidade de Parnaíba, pois foi o primeiro cinema da cidade, fundado por uma família de origem libanesa. Em 15 de novembro de 1924, de imponentes traços arquitetônicos. Ele foi palco de diversas atrações que entretinham o público da época, desde exposições de projeções até a apresentações musicais de artistas nacionais, a exemplo de Nelson Gonçalves.



Figura 8 – A) Cine Teatro Éden e rua Marechal Deodoro (1924); B) Atual Cine Teatro Éden com o calçadão da Marechal popularmente conhecido como calçadão dos camelôs; C) Localização do Cine Teatro Éden e a rua Marechal Deodoro.

Fonte - (A): Brito, Moraes (2014); (B): Oliveira, em 30 de mar de 2016; (C): Imagens do Google Maps de dez. 2011. Organizado por Moraes e Oliveira (2016).

Relata o Prof. Me. Moacyr Ferraz do Lago (Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas, membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Econômicos da UFPI) que o patriarca da família, o sr. Zacarias, projetava filmes em lençóis colocados no centro da Praça da Graça. Mais tarde os seus descendentes, criaram a firma “Ferreira e Irmão” e tornaram-se os precursores das grandes salas de projeção. O autor afirma, ainda, que o Cine Teatro Éden foi inaugurado no dia 15 de novembro de 1924. E, durante, aproximadamente, seis décadas exibiu produções do cinema mundial e nacional.

Hoje o Cine Teatro Éden (Figura 8B) encontra-se parcialmente modificado. A fachada superior permanece com as características antigas, porém mal conservada. E, a parte inferior do prédio apresenta-se, foi transformada afim de abrigar o comércio de gêneros alimentícios e algumas confecções. A Figura 8C mostra a localização do Cine Teatro Éden e da antiga Rua 2 de julho, atual Rua Marechal Deodoro. Esta rua coincide com a lateral do prédio, na qual não há mais circulação de tráfego veicular, pois foi tomada pelo comércio de ambulantes e pedestres.

3.1.5 Conjunto Estação Ferroviária

O trem da empresa Estrada de Ferro Central do Piauí - EFPC, conhecido popularmente como Maria Fumaça, fabricado nos Estados Unidos, em 1920, desempenhou um papel importante nos serviços viários da cidade de Parnaíba. Esta ferrovia integrava-se ao sistema de transportes ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA. Os trilhos passavam por diversas localidades dos municípios do norte piauiense, a exemplo do antigo porto de Amarração, município de Luís Correia, indo até a capital do estado, Teresina, PI (1966). Os trens de passageiros serviram à estrada até o ano de 1979.

Em meados do século XX a Maria Fumaça trafegava até o Porto das Barcas, localizado em Parnaíba, para abastecer-se de mercadorias e matérias-primas oriundas da Europa. Entre os fornecedores estava a Inglaterra (Figura 9A). As mercadorias eram então distribuídas através da via férrea a outras cidades.

A estação da linha férrea, por nome Estação Floriópolis, inaugurada em 1920⁵, era constituída por um conjunto de prédios que abrigavam escritos, almoxarifado incluindo terminal na qual se descarregavam as mercadorias, embarcavam-se os passageiros com destino ao litoral piauiense e para outras cidades vizinhas a Parnaíba (Figura 9C). Com os impasses na construção do porto de Amarração, no município de Luís Correia, as atividades da Estação Ferroviária ficaram comprometidas. A pouca movimentação e o abaixo do fluxo dificultaram a manutenção das atividades provocando a desativação da estação em meados de 1990.



Figura 9 - A) Maria Fumaça trafegando pela Rua Grande, atual Avenida Getúlio Vargas; B) Parte inicial do Trem em exposição na Praça da Esplanada da Estação; C) Inauguração da Estação Ferroviária de Parnaíba; D) Atual Museu do Trem localizado na Praça Esplanada da Estação.

Fonte: A) Arquivo pessoal de Carlos José Candeira, publicada por Helder Fontenele no Facebook “Parnaíba das Antigas” em 15 de mar. de 2016; B) OLIVEIRA (2016); C) Estações Ferroviárias do Brasil: Acervo Fundação Dr. Raul Furtado Bacelar (2013); D) Elly Roberto de Oliveira (2003). Organizado por. Oliveira (2016).

5 GIESBRECHT, Rapha M. (2003, p. [s/n])

Atualmente da Estação Ferroviária e da Maria Fumaça restaram apenas lembranças de um passado próspero. No momento presente ambas fazem parte do conjunto histórico paisagístico da cidade que foi tombado pelo IPHAN. A antiga Estação Ferroviária abriga o Museu do Trem (Figura 9D) expondo aos visitantes algumas peças, móveis e outros exemplares da cultura material da época. A Maria Fumaça, localizada no mesmo conjunto histórico, num passado recente encontrava-se mal conservada. Contudo por meio dos órgãos administrativos municipais a mesma foi reformada e está em exposição na Praça Esplanada, próximo ao Museu do Trem.

3.1.6 Conjunto Santa Casa

Fundada em 26 de abril de 1896 a Santa Casa de Misericórdia (Figura 9A) foi o primeiro hospital da região que oferecia a população o setor de pronto atendimento. Surgiu durante um cenário de calamidade na saúde pública. Segundo Hélio (2014) a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 26/04/1896, começou o atendimento ao público com apenas dois funcionários (um homem e uma mulher). Esse hospital foi construído devido o surto de gripe na cidade. Até aquele momento não havia Parnaíba nenhum tipo de serviço de pronto socorro e, muito menos, um hospital público. A criação da Santa Casa da Misericórdia foi ideia da princesa Dona Eleonora, de Portugal e do Frade espanhol, Frei Michel. Cada pavilhão foi construído com doação de recursos da população parnaibana.

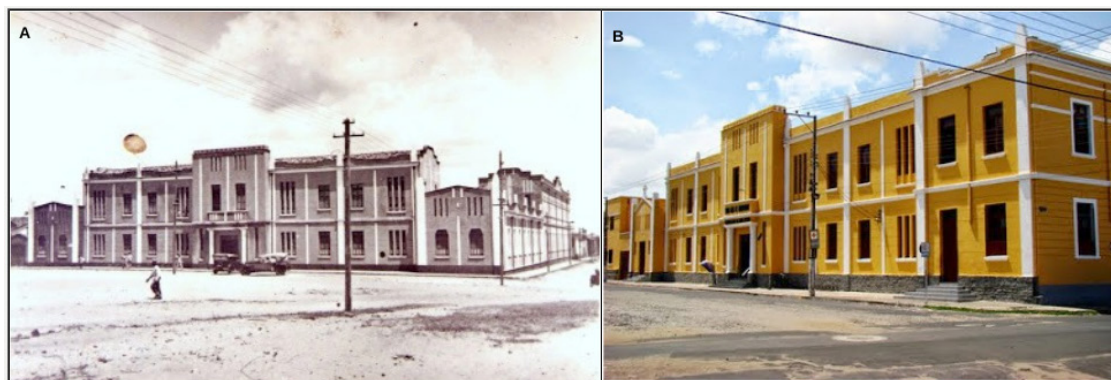


Figura 9 - A) Santa Casa de Misericórdia em meados dos anos de 1930; B) Hospital da Santa Casa de Misericórdia atualmente.

Fonte: Moraes Brito, 2011. Org. Oliveira (2016).

A estrutura original foi alterada. No início do século XX houve o acréscimo do pavilhão superior e da capela. Trata-se de um hospital de caráter filantrópico, que atende os cidadãos do município de Parnaíba e adjacências. Atualmente, passa por dificuldades financeiras e, sendo prédio histórico tombado, necessita de investimentos para a conservação.

4. Considerações finais

A presente pesquisa permitiu verificar algumas transformações na paisagem parnaibana ao longo da evolução histórica da cidade. Observou-se que Parnaíba outrora usufruiu de um momento de apogeu aliado às atividades econômicas relacionadas ao rio homônimo. Com o passar dos tempos Parnaíba tornou-se lugar de memórias. Os residentes mais antigos, apresentam uma visão saudosista, de um tempo que não mais existe. Ao olhar para alguns lugares a memória evoca as vivências que marcaram, de alguma forma, as suas vidas e as atividades que exerciam naquele

meio. O que se percebeu é que, hoje em dia, há uma riqueza de manifestações culturais, contudo uma população tímida quanto a expressão de suas histórias.

Em conversa com alguns moradores percebeu-se que todos traziam consigo memórias relativas a algum lugar. Imagens, por exemplo, de uma praça ornamentada e bela que serviam para os encontros de jovens casais e para o passeio familiar após a missa. Muitos demonstraram o desgosto com a aparência atual do referido lugar. A imagem da bela praça desapareceu e surgiu uma outra com a qual não se identificam, especialmente, porque foram feitas alterações transformando pequenos detalhes que lhes eram caros. Entre essas lembranças aparecem os relatos acerca dos espetáculos culturais que eram prestigiados e frequentados pelas diversas famílias e grupos de amigos. A recordação do frondoso Teatro que proporcionava muitas atrações e que com o passar do tempo foi sendo esquecido e abandonado. Os passeios se fazem presentes na memória, especialmente, aqueles que utilizavam a ferrovia como meio de transporte e deslocamento para a praia. Recordam-se do medo que sentiam quando o trem atravessava a ponte sobre o rio. Rezavam para que chegassem em segurança a outra margem. Medo de morrer afogado.

As recordações, de alguma foram, contribuíram para o consenso de que a preservação e conservação dos bens culturais é de fundamental importância para a história local. Todavia, os mais jovens mostram-se apáticos com relação a questão, não se percebendo como protagonistas desse processo.

É válido destacar que, atualmente, algumas intervenções estão ocorrendo na cidade com a intenção de estimular a cultura dentro dos bairros. Porém, estas ações restringem-se a atrações festivas que se utilizam dos pontos turístico que foram tombados.

Quanto aos órgãos competentes que administram a cidade, observou-se a movimentação, quanto ao desenvolvimento e execuções de projetos focados na recuperação dos monumentos e lugares antes esquecidos e descaracterizados pela ação do tempo e por intervenções antrópicas.

Contudo, se não houver uma ação educativa que possa servir como instrumento de interligação entre a história da cidade, as políticas de preservação e conservação, os projetos urbanísticos elaborados pelos gestores e os anseios da população, de nada adiantará esforços relacionados aos projetos de revitalização. Tendo em vista que é através da participação de todos os indivíduos inseridos no meio, isto é, na cidade em que vivem, que a história se concretiza.

A Educação Patrimonial se insere neste meio de maneira oportuna, sendo uma ferramenta indispensável para o fortalecimento das culturas e da preservação das histórias, que não devem ficar esquecidas.

Trabalhos futuros devem ser elaborados na intenção de desenvolver um projeto comunitário de educação patrimonial na cidade de Parnaíba. Esta pesquisa através da utilização de metodologia analítica revelou a necessidade de continuidade no processo de investigação e proposição de um projeto colaborativo com a comunidade.

Referências

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Desenvolvimento Energético/ Secretaria de Minas e Metalúrgica. Programa Luz para Todos. Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM). Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Piauí: diagnóstico do município de Parnaíba. Fortaleza: CPRM, mar. de 2004. Disponível em: < http://www.cprm.gov.br/publique/media/Hidrologia/mapas_publicacoes/Atlas_Digital_RHS/piaui/relatorios/150.pdf >. Acesso em: 27 de mar. de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE Cidades: Piauí, Parnaíba. IBGE,

2016. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220770&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> >. Acesso em: 27 de mar. de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). #Tenn: Aniversário de Parnaíba (PI), 14 de ago. de 2015. Disponível em: < <http://teen.ibge.gov.br/en/calendario-teen-7a12/event/1665-aniversario-de-parnaiba-pi.html> >. Acesso em: 25 de mar de 2016.

_____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Parnaíba(PI). IPHAN, 2016. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/354/> >. Acesso em: 25 de mar. de 2016.

_____. Ministério da Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Teresina, IPHAN, 2008. p. 9.

BRITO, Moraes. Parnaíba. Disponível em: <<http://www.deltadorioparnaiba.com.br/parnaiba.htm>>. Acesso em: 25 de março. de 2016.

_____. Parnaíba. Porto das Barcas. Parnaíba, 2007. Disponível em: <<http://www.deltadorioparnaiba.com.br/parnaiba.htm>>. Acesso em: 25 de mar. de 2016.

CASA INGLESA. História. Parnaíba, 2013. Disponível em: <<http://casainglesaparnaiba.com.br/historia/> >. Acesso em: 27 de mar. de 2016.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de (org.) ; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.) ; CORREA, Roberto Lobato (org.) Geografia: conceitos e temas. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. cap. 1 , p. 15, 30, 44.

COSTA, Jocelio; FARIAS, Renato. Imperdível - Vídeo de 1956 mostra imagens antigas de Parnaíba do tempo do “Já teve”: Parnaíba no tempo das grandes navegações – BOOTH LINE: Uma história para ser lembrada [26 jan. 2015]. Portal Parnaíba em Nota, Parnaíba, janeiro 2015. Reportagem. Disponível em: < <http://www.phbemnota.com/2015/01/imperdivel-video-de-1956-mostra-imagens.html> >. Acesso em: 25 de mar de 2016.

DELTA DO PARNAIBA: Conheça o Delta do Parnaíba - Moraes Brito - Piauí - Brasil [03 fev 2007]. Moraes Brito, Parnaíba, fevereiro 2007. Vídeo Demonstrativo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Qg5ZU7v3TQk>>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

FERRAZ, Moacyr. Cine Teatro Éden [outubro 2013]. Portal Costa Norte, Parnaíba, 8 out. 2013. Reportagem. Disponível em :<<http://portalcostanorte.meionorte.com/cine-teatro-eden/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2016.

GRUNBERG, Evelina. Manual de Atividades de Práticas de Educação Patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Brasília- DF: IPHAN, 2007. p. 5 - 6. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf>. Acesso em: 27 de abr. de 2016.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: trajetórias. In: BARRETO, Euder Arrais (ORG.); ZARATIM, Joel R. (ORG.); FREIRE, Lídia dos R. (ORG.); BEZERRA, Marcia (ORG.); CAIXETA, Maria J. C. (ORG.); D’OSVUALDO, Vera L. A. (ORG.). Patrimônio Cultural & Educação: Artigos e Resultados. Goiânia: Talento, 2010. p. 36

HELIO, F. Estação de Floriópolis [16 dez. 2014]. Notícias de Patrimônio Histórico de Parnaíba Piauí.

Parnaíba, dezembro 2014. Disponível em: < http://patrimoniohistoricophb2014.blogspot.com.br/2014_12_01_archive.html>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MB TURISMO & VIAGENS. Fotos Antigas de Parnaíba-PI. Disponível em: <http://www.deltadorio-parnaiba.com.br/galeria_antiga.htm>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

NARDI, Leticia; CASTELLS, Alicia N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: Reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá - PR. In: Colóquio Ibero – Americano. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e perspectivas, 1º., 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4911969-Contexto-urbano-como-paisagem-cultural-reflexoes-a-partir-do-centro-historico-de-paranagua-pr.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

OLIVEIRA, Denia Elice Matias de. 4 fotografias color. digitais, Parnaíba, 2016.

PARNAÍBA. Conheça a história dos 171 anos de Parnaíba [14 de ago. de 2015]. Portal Meio Norte, Parnaíba, agosto 2015. Reportagem. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z9hA6f1s0fo>>. Acesso em: 25 de mar. de 2016.

PARNAIBA. Pontos Turísticos: Praça Santo Antônio. Porta da Prefeitura de Parnaíba. Parnaíba, 2016. Disponível em: < <http://parnaiba.pi.gov.br/phb/pontos-turisticos/>>. Acesso em: 27 de abr. de 2016.

_____. Superintendência Municipal de Turismo – SUPTUR -. Banco de Imagens. SUPTUR, 23 mar. 2016. Disponível em: <<https://supturparnaiba.wordpress.com/banco-de-imagens/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2016.

PIAUI, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO. Diagnóstico Socioeconômico: Município Parnaíba. CEPRO, 2013. Disponível em:<http://www.cepro.pi.gov.br/download/201309/CEPRO27_61e146ba45.pdf>. Acesso em: 27 de mar. de 2016.

SANTANA, Bruno. Ruínas na beira rio escondem tesouros [21 jun. 2014]. Tribuna de Parnaíba. Parnaíba, junho 2014. Disponível em: < <http://www.phbemnota.com/2014/06/ruinas-na-beira-rio-escondem-tesouros.html>>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

BRITO, Moraes. Cine Teatro Éden de Parnaíba [01 fev. 2014]. Jornal da Parnaíba. Parnaíba, fevereiro 2014. Disponível em: < <http://deltavox.blogspot.com.br/2014/02/cine-teatro-eden-de-parnaiba.html>>. Acesso em: 25 de mar de 2016.

WILSON, José. Maria Fumaça fazendo o percurso para o atracadouro do Porto das Barcas. Jornal da Parnaíba. Parnaíba, agosto 2013. Disponível em: <<http://cotidianodeparnaiba.blogspot.com.br/2013/08/maria-fumaca-fazendo-o-percurso-para-o.html>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GIESBRECHT, Ralph. M. E. F. Central do Piauí (1922-1975) RFFSA (1975-1997): PARNAÍBA - Município de Parnaíba, PI. Estações Ferroviárias do Brasil. 04 mar. 2013. Disponível em: < <http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/parnaiba.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E CULTURAIS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO LAJEDO DE SOLEDADE, APODI-RN

**PAULA SABRINE OLIVEIRA TARGINO,
MELISSA RAFAELA COSTA PIMENTA,
MÁRCIA REGINA FARIAS DA SILVA,
RAIMUNDA MARIA MARQUES DE AZEVEDO**

Resumo

Políticas públicas é a forma do governo de tratar dos problemas públicos, estes devem ser resolvidos com a participação de todos os atores sociais. Os Sítios arqueológicos são patrimônios que precisam de cuidados especiais, por se tratarem de um recurso frágil. Dessa forma, o trabalho desenvolvido tem como objetivo principal identificar a existência de políticas públicas ambientais e culturais voltadas à preservação do Lajedo de Soledade, bem como sua aplicabilidade e eficácia. Foram realizadas observações in loco, assim como pesquisas bibliográficas e aplicação de entrevistas e formulários, estes aplicados aos visitantes e as famílias do Distrito de Soledade. Com isso, verificou-se que a adoção de políticas públicas ambientais e culturais no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade compreende um valor inestimável, já que por meio destas ocorre o reconhecimento e uma maior valorização do local, acarretando assim maiores benefícios para o mesmo. Diante disso foi possível evidenciar que a preservação do Lajedo de Soledade é um desafio para a FALS e para a própria comunidade, considerando a dificuldade da falta de apoio do Poder Público assim como a falta de iniciativa da própria comunidade no que concerne a ações de integração e conscientização no próprio Distrito de Soledade. Sendo assim, é extremamente importante uma integração entre poder público, a Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), e a população a fim de solucionar os problemas existentes.

Palavras-chave: Sítio Arqueológico, Preservação, Políticas Públicas.

Abstract

Public policies is the government's way of dealing with public problems, they must be solved with the participation of all social actors. The archaeological sites are heritages that need special care, because they are a fragile resource. In this way, the work aims to identify the existence of environmental and cultural public policies aimed at preserving the Lajedo de Soledade, as well as its applicability and effectiveness. On-site observations were made, as well as literature searches and interviews and application forms, they apply to visitors and families from Soledad District. As a result, it was found that the adoption of environmental and cultural policies in the Archaeological Site Lajedo de Soledade comprises invaluable, since through these is recognition and a greater appreciation of the place, besides bringing greater benefits for the same. Thus it became clear that the preservation of Lajedo de Soledade is a challenge for FALS and the community itself, considering the difficulty of the lack of support from the Government as well as the lack of proper community initiative regarding the integration of actions and awareness on own District of Soledad. Therefore, integration is extremely important among the government, the Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), and the population in order to solve existing problems.

Keywords: Archaeological Site, Preservation, Public policy.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é avaliar a implementação de políticas públicas ambientais no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, localizado no município de Apodi-RN, tendo em vista que a preservação do mesmo é uma forma de garantir a identidade socioambiental do distrito.

O Sítio arqueológico do Lajedo de Soledade, é dirigido pela Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1990, com o intuito de proteger seu patrimônio histórico e cultural (PORPINO; SANTOS JÚNIOR; SANTOS, 2005). O Sítio recebe diariamente visitantes dos mais diversos lugares e quando ocorre a atividade turística do patrimônio torna-se, cada vez mais, necessária a preservação e conscientização para que haja uma melhor conservação da área.

Nesse sentido, a referida pesquisa pretende analisar a seguinte questão: Quais as principais ações, projetos e programas resultantes da implementação de políticas públicas ambientais e culturais voltadas para o Lajedo de Soledade? Com isso, a hipótese da referida pesquisa é a de que existem políticas públicas voltadas ao Lajedo de Soledade, mas estas não são aplicadas de maneira eficaz, não contribuindo assim, para a resolução da problemática local. Verificou-se a existência de políticas públicas em prol do Lajedo de Soledade, Apodi (RN), desde a sua criação em 1990, bem como sua aplicabilidade e eficácia. E a percepção ambiental dos moradores do Distrito de Soledade em relação ao Lajedo, sendo a região onde se localiza o Sítio.

2. Políticas públicas ambientais e culturais

As políticas públicas não representam algo que vai transformar realidades instantaneamente, estas se desencadeiam por uma série de fatores que exigem a participação de muitos atores, tanto no Poder Público como as demais esferas da sociedade, para que possam suprir as necessidades sociais de maneira efetiva. Assim, Souza (2006) afirma que existem inúmeras definições para políticas públicas, abordando entre tais a definição de Lynn (1980 apud, SOUZA, 2006, p. 24), que determina política pública como um “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”.

As questões ambientais surgiram no final do século XIX acarretando mudanças em todo o mundo. Com a difusão dos problemas ambientais a sociedade passou a exigir uma nova postura das autoridades, percebendo que os recursos são finitos e que o uso inadequado dos mesmos poderia torná-los inexistentes (BERNARDES; FERREIRA, 2007). Diante desse contexto, começaram a surgir conferências e encontros internacionais voltados aos problemas ambientais, onde os mesmos ganharam repercussão e tratamento diferente, passando a ser preocupação mundial.

Para Barbieri (2007, p. 71), políticas públicas ambientais são o “conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente”, ou seja, são políticas públicas elaboradas para tratar de problemas ambientais, com concepções formadas na prevenção e precaução de eventos que possam causar danos tanto a sociedade como ao meio ambiente.

Segundo Cunha e Coelho (2007), existem três tipos de políticas ambientais, que são: as regulatórias, que se referem à elaboração de legislação específica sobre o uso e o acesso ao meio ambiente; as estruturadoras, que sugerem a intervenção direta de organismos governamentais e não-governamentais na defesa do meio natural; e as indutoras, que buscam influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais. O tipo de política pública ambiental inicialmente aplicada ao Lajedo foi a política regulatória, uma vez que foi criada uma Lei de proteção para o mesmo na década de 90 com o intuito de proteger e manter o Sítio, assim como de estruturas que

dessem apoio a questão.

A interação existente entre meio ambiente e cultura incentiva a criação tanto de políticas públicas ambientais como de políticas culturais, que instigam a comunidade a reconhecer a importância de manter e preservar o local em que vivem, fisicamente e historicamente (PELEGRINI, 2006).

Dessa forma, Coelho (1997) conceitua as políticas culturais como uma ciência da organização das estruturas culturais. O mesmo autor afirma que, as políticas culturais são entendidas como um:

Programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 292).

Existem dois tipos de política cultural que dependem do seu objeto: um tipo denominado cracionista, que é a política que promove a difusão de valores e obras culturais; e uma patrimonialista, voltada a preservação de tradições culturais antigas e voltadas à origem do país, como patrimônio histórico e artístico (COELHO, 1997). Esse último caso aplica-se diretamente ao Lajedo, contudo, pode-se ressaltar que ambos os tipos de política envolvem a participação de vários atores na tomada de decisões, buscando assim a efetiva realização dos objetivos estipulados.

3. Patrimônio Cultural: o papel do poder público e os desafios na proteção do patrimônio arqueológico

O patrimônio cultural é compreendido como um legado, de diferentes formas de registro, das múltiplas memórias sociais. Forma a identidade e a diversidade cultural dos povos (CALI, 2005).

A CF de 1988, em seu Artigo 216, conceitua patrimônio cultural como:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A referida Constituição, em seu artigo 23 enfatiza ainda que

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural [...] (BRASIL, 1988).

Os sítios arqueológicos são lugares muito importantes, por isso foram criadas leis para que fossem protegidos, preservando-os do desaparecimento, já que são considerados bens da União. A Carta de Lausanne (1990, p. 2), em seu Art. 1º, define patrimônio arqueológico como:

a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Cali (2005, p. 11) faz uma crítica muito importante, afirmando que:

Embora a Constituição Federal conceba o patrimônio cultural brasileiro de forma abrangente, as atuações governamentais têm privilegiado alguns setores, particularmente o patrimônio edificado, com inventários e restaurações, principalmente nos centros históricos mais conhecidos. [...] Na maioria das vezes, a ausência de uma proposta adequada de uso do bem restaurado e de um programa educacional voltado para o patrimônio, faz com que não se estabeleçam vínculos históricos e culturais da comunidade com aquele patrimônio.

Com isso, ainda segundo Cali (2005) o patrimônio arqueológico acaba sendo visto de maneira errônea e sendo desvalorizado tanto pelos governos locais como pela sociedade, uma vez que há a ideia de proteger, mas não há ações efetivas para mostrar o valor real do patrimônio, a sua importância para o meio, ocasionando assim a destruição e a falta de conservação dos sítios, bem como dos vestígios deixados neste.

Existem muitos desafios na preservação do patrimônio arqueológico, inclusive a falta de conhecimento do mesmo, apesar do Brasil possuir um rico patrimônio, diverso e expandido em várias regiões. Isto ocorre seja por falta de investimentos em pesquisas ou por descuido, já que a crescente urbanização, indústrias e diversas construções danificam ou até mesmo destroem os sítios arqueológicos (FUNARI, 2001).

Mesmo os sítios já identificados e cadastrados pelo IPHAN, sofrem com o descaso, visto que não há pessoal qualificado, verba e estrutura adequada por parte dos órgãos responsáveis para exercer a proteção desses locais (CALI, 2005).

Sobre a deficiência existente na fiscalização e nos órgãos responsáveis pela proteção dos sítios arqueológicos, Cali (2005) afirma que esta ocorre pela falta da aplicabilidade das leis, bem como pela falta de uma política eficaz que busque envolver todos os atores interessados, inclusive a população. O ideal é que os governos municipais criem leis para a efetiva proteção desses patrimônios que se constituem de pontes entre o passado e o futuro.

Sendo assim, torna-se essencial que o poder público municipal dê assistência e promova a participação social na tomada de decisões referente ao patrimônio arqueológico, uma vez que este é de interesse de todos.

4. Metodologia

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre às políticas públicas ambientais e culturais, ao patrimônio arqueológico e sítios arqueológicos. Também foi realizada uma pesquisa documental na ONG que administra diretamente o Sítio.

Houve também a aplicação de 42 formulários aos visitantes do Sítio Arqueológico de Lajedo de Soledade; e de 64 formulários com as famílias moradoras do Distrito de Soledade; bem como três entrevistas: 1) com o diretor da FALS, 2) com a pioneira do Projeto Lajedo de Soledade e 3) com o representante do Poder Público, o secretário de turismo do município de Apodi, com o intuito de obter informações sobre ações, projetos ou programas que estão sendo desenvolvidos no Sítio.

Foram realizadas visitas para observação in loco, do próprio Distrito e no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, onde ocorreram registros fotográficos.

5. Caracterização do município de Apodi, do Distrito de Soledade e do Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade

O município de Apodi localiza-se na microrregião da Chapada do Apodi, na mesorregião oeste do estado do Rio Grande do Norte. Seguindo a estimativa do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, possui população de 34.763, sendo que 17.531 são habitantes da zona urbana e 17.232 residem na zona rural (IBGE, 2010).

Pacheco e Baumann (2006) destacam a existência da atividade turística no município de Apodi devido a riqueza de seu patrimônio. Dentre as atrações turísticas do município, além de suas atrações, históricas, culturais e religiosas, destacam-se a Lagoa do Apodi, a Barragem de Santa Cruz e o Lajedo de Soledade, objeto de estudo da pesquisa.

O Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade é localizado no Distrito de Soledade, ao extremo sul da Chapada do Apodi (FIGURA 1) e passou a ser Distrito no ano de 1997, pela Lei nº 284/97 (MAIA, 2003).



Figura 1 – Localização do Distrito de Soledade, 2014

Este se encontra na porção sudoeste da Bacia Potiguar, no Distrito de Soledade, município de Apodi, região oeste do estado do Rio Grande do Norte e encontra-se sob um afloramento de rochas calcárias de formação jandaíra que corresponde a uma área de aproximadamente 3Km² (PORPINO; SANTOS JÚNIOR; SANTOS, 2005, p. 03). De acordo com Maia (2003), o Sítio situa-se no coração da Chapada do Apodi, possuindo 10 hectares de sua área protegida, que são: Araras, Urubu e Olho D'Água (FIGURA 2).

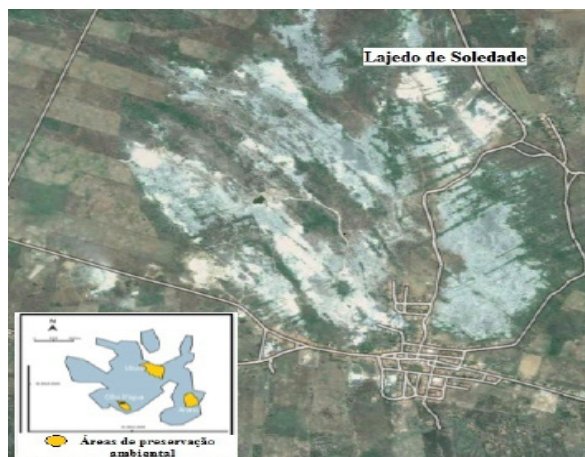


Figura 2 – Localização do Sítio Arqueológico Lajedo de Soledade, Apodi-RN, 2014

Para Pacheco e Baumann (2006), o Lajedo de Soledade é considerado a maior exposição de rocha calcária da Bacia Potiguar, sendo um dos mais importantes sítios arqueológicos do estado.

6. O projeto lajedo

O Projeto Lajedo foi criado na década de 1990 para impedir que esse patrimônio arqueológico fosse destruído. Com o aumento da depredação em áreas próximas ao Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, o que ameaçava os registros históricos existentes no Sítio, havia a necessidade de amparo legal. Para isso áreas de preservação foram demarcadas, e vários jovens do Distrito de Soledade receberam um treinamento específico para tornarem-se guias turísticos do sítio arqueológico (MAIA, 2003).

No ano de 1990 criou-se a Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), “entidade jurídica de direito privado que cuida do patrimônio histórico do Lajedo de Soledade” (MAIA, 2003, p. 54).

Um fato marcante do Projeto Lajedo foi a construção do Museu do Lajedo de Soledade (FIGURA 3). O mesmo teve seu projeto elaborado pelo arquiteto Adler Fontenelle e possui a forma de uma caieira, repassando assim a ideia de que a preservação do Sítio e a exploração racional poderiam ocorrer de forma harmoniosa (BAGNOLI, 1994).



Figura 3 – Museu de Soledade, Distrito de Soledade, 2014

O Museu foi inaugurado em 1993, e desde então expõe aos visitantes as peças recuperadas no Lajedo e monitora as visitas turísticas locais. Além disso, em seu interior há uma pequena loja contendo materiais criados pelos próprios guias e uma série de painéis que contam toda a história do Sítio (FIGURA 4).



Figura 4 – Interior do Museu de Soledade, 2014

Posteriormente, foi construído o Centro de Atividades do Lajedo (CAL). No local são ofertados cursos para a população para fabricação de materiais como peças de cerâmica e papel reciclado, pinturas com temas locais em camisas, pedras, chaveiros entre outros, para serem vendidos aos visitantes do Sítio e auxiliar na renda das famílias do Distrito (FIGURA 5).



Figura 5 – Centro de Atividades do Lajedo, Distrito de Soledade, 2014

A atividade turística tornou-se comum no local crescendo de forma acentuada no decorrer dos anos e contribuindo de forma significativa para a preservação local, já que a prioridade era manter o ambiente apropriado para visitas turísticas. A exuberância natural de suas formas despertou assim, o interesse de toda a sociedade pela história local e consequentemente um maior interesse em manter o local intacto. Com isso a divulgação desse patrimônio tornou-se relevante para que houvesse maior conscientização da sociedade como um todo e responsabilidade em preservar toda a estrutura patrimonial (SILVA, 2008).

7. O Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, a Comunidade Local e o Poder Público Local

A caracterização socioeconômica da população do Distrito de Soledade apresenta-se com um perfil em relação aos moradores entrevistados, de 72% das famílias formadas por um total de 1 a 4 pessoas; enquanto 28% do total refere-se a famílias formadas de 4 a 7 pessoas. No que concerne a idade dos entrevistados, 50% do total de moradores têm entre 25 a 55 anos; 45%, com idade que varia entre 18 a 25 anos; e 5% com mais de 60 anos de idade. Sobre o tempo de moradia dos entrevistados no Distrito de Soledade, 53% residem há mais de 20 anos; 23% residem entre 10 a 15 anos; outros 19% fixaram suas residências de 5 a 10 anos; e 5% residem de 1 a 5 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, 42% possui o ensino médio completo. Outros 22% com ensino superior incompleto, 15% possuem ensino médio incompleto, e 14% dos entrevistados têm ensino superior completo. As demais categorias correspondem a 4% e 3%, referindo-se a não alfabetizado e fundamental completo, respectivamente.

Com a atividade turística, o Distrito se expandiu economicamente, havendo crescimento do comércio para atender a demanda turística, lojas de confecções e variedades, churrascarias, lanchonetes, panificadora entre outros. Dos entrevistados 22% destacam a agricultura como principal fonte de renda da família, enquanto que 9% afirmam obter renda do comércio, salientando que o turismo facilitou o desenvolvimento do mesmo, 39% referem-se a outras atividades na própria comunidade. No entanto, uma das principais fontes de renda das famílias do Distrito, o equivalente a 30%, refere-se às caieiras, indústrias da cal (FIGURA 6).



Figura 6 – Caeira, Distrito de Soledade, 2015

A renda familiar dos entrevistados distribui-se com 67% recebendo de 1 a 2 salários mínimos, estes são em sua maioria os que têm como principal fonte de renda a indústria da Cal e a agricultura. Outros 25% dos entrevistados afirmam receber de 2 a 4 salários mínimos, são os que exercem outros tipos de atividades. Já o restante, correspondente a 8% dos entrevistados, tem renda superior a 4 salários mínimos.

Sobre os benefícios sociais do governo, 48% dos entrevistados afirmam não receber nenhum tipo de benefício, enquanto que 31% recebem Bolsa Família. Outros 11% correspondem a aposentados por idade. Outros 5% pertencem à classe de aposentadoria por tempo de serviço, já os últimos 3% e 2%, respectivamente afirmaram receber amparo social e bolsa estiagem.

Os sítios arqueológicos devem ser reconhecidos e valorizados primeiramente dentro da comunidade que os acolhe, todos devem vivenciá-lo e se sentir como parte da história do local. Em

relação a percepção dos moradores do Distrito com relação ao Lajedo de Soledade identificou-se que, dos moradores entrevistados, 42% responderam que o Lajedo é uma fonte de desenvolvimento econômico para o Distrito, uma vez que a atividade turística traz lucros para o comércio local, ao mesmo tempo em que é um subsídio para FALS. Outros 19% afirmam que o Lajedo traz reconhecimento mundial tanto para o Distrito de Soledade, como para o município de Apodi, enquanto que 20% consideram o Lajedo um patrimônio histórico importante, que deve ser mantido e preservado, tanto pelos turistas como por toda a população, 19% asseguram que o Lajedo é somente mais um ponto turístico entre muitos outros (GRÁFICO 1).

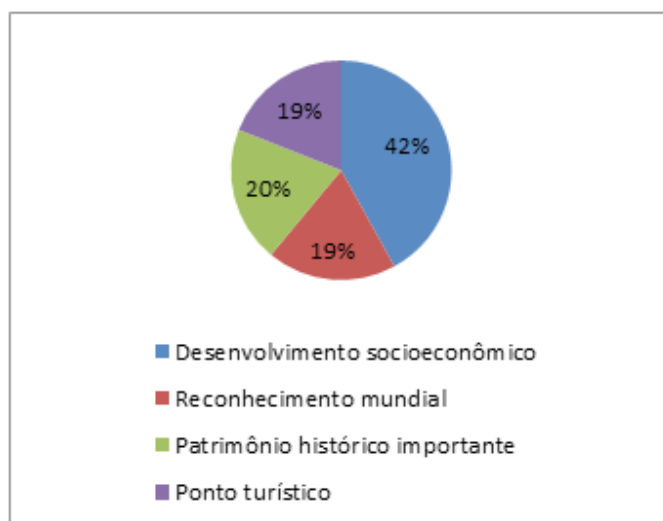


Gráfico 1 – Importância do Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade para a população do Distrito de Soledade, 2014

Quando questionados sobre serem ou não conscientes da importância do Lajedo para o Distrito de Soledade, 87% dos entrevistados responderam que tem consciência, enquanto que 13% afirmaram não ter consciência (GRÁFICO 2).

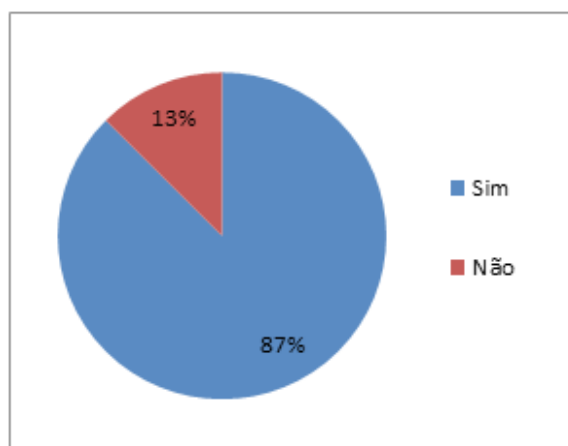


Gráfico 2 – Consciência da população sobre o valor do Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade para o Distrito de Soledade, 2014

Dentre os problemas socioambientais mais citados pelos moradores entrevistados destacam-se a poluição com 22%; carência de investimento do Poder Público, considerando 15%; 12%

citaram a falta de consciência da população e a extração do calcário, visto que a mesma ocorre no entorno do Lajedo e aproxima-se de áreas preservadas. Atribuiu-se 10% do total a ausência de programas e/ou projetos de conscientização; 9% referem-se a infraestrutura inadequada e o vandalismo; 6% falha na divulgação; 3% referem-se a insegurança; e 2% afirmam não haver problemas relacionados ao Lajedo (GRÁFICO 3).

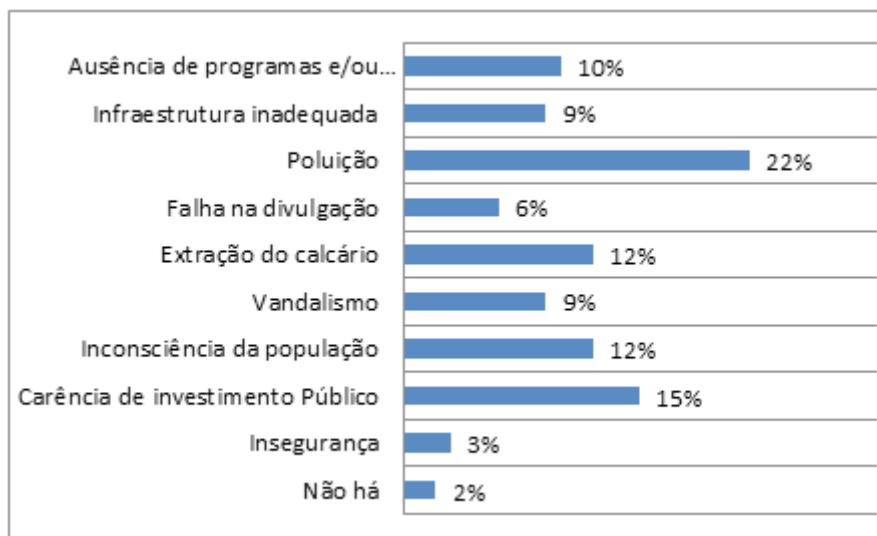


Gráfico 3 – Identificação de problemas socioambientais observados pela população no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, 2014

Danos e ameaças ao patrimônio cultural devem ser punidos, na forma da lei (BRASIL, 1988). Com isso, vale destacar que qualquer ação danosa deve ser relatada ao órgão superior responsável, tais como ações de vandalismo e poluição, bem como a extração do calcário em áreas preservadas.

Verificou-se in loco que a poluição é visível no entorno do Sítio. A estrada de acesso não é pavimentada. As placas informativas existentes no Lajedo de Soledade não mais atendem a necessidade de repassar informações aos turistas, visto que se encontram deterioradas tanto pela exposição a temperaturas elevadas como pelo tempo em que estão dispostas no local. As antigas trilhas encontram-se malconservadas (FIGURA 7).



Figura 7 – Problemas observados no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, 2014

No Gráfico 4 mostramos as contribuições da comunidade na preservação do Lajedo: 55% afirmaram que a população contribui não degradando áreas preservadas, 27% contribuindo com a FALS e outras 18%, afirmaram tentar conscientizar outras pessoas.

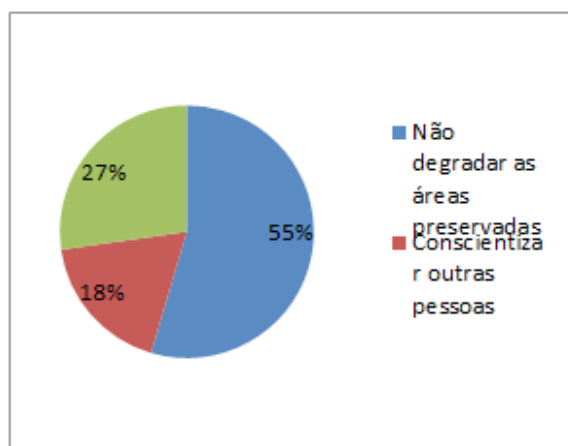


Gráfico 4 – Contribuição da população do Distrito de Soledade na preservação do Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, 2014

O Gráfico 5 enfatiza as principais contribuições do Poder Público, citadas pelos entrevistados, no que concerne a ocorrência de melhorias no Lajedo de Soledade e no próprio Distrito. A maioria, correspondente a 29%, propõe maior investimento por parte do Poder Público, exemplificando a restauração de painéis, trilhas e placas informativas, pavimentação da estrada que liga o Museu ao Lajedo entre outros. Outros 25% dos entrevistados citaram a criação de programas, ações ou projetos de conscientização, que buscassem maior interação da comunidade com o Lajedo, como havia no início do Projeto. Fiscalização das áreas do Lajedo e a criação de atividades remuneradas constituem 13% do valor total, respectivamente.

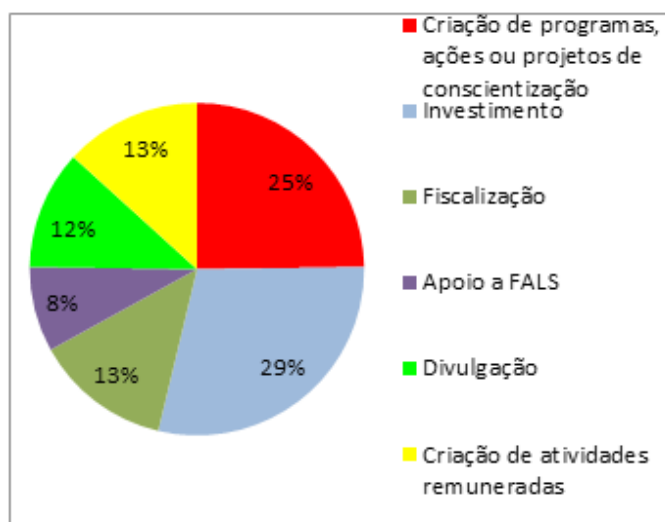


Gráfico 5 – Contribuições do Poder Público, identificadas pelos moradores, para a ocorrência de melhorias no Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade e no próprio Distrito de Soledade, 2014

Os moradores foram questionados quanto à existência de impactos relacionados às visitas dos turistas no Lajedo ou na própria comunidade, ressaltando a existência de impactos positivos

e negativos. Dentre os positivos deram ênfase no reconhecimento proporcionado pelas visitas, bem como na renda para o Distrito, uma vez que os turistas consomem produtos do comércio local. Quanto aos negativos citaram a poluição acarretada por alguns turistas no próprio Lajedo e os danos as pinturas, provocados, muitas vezes pela curiosidade dos turistas.

Quanto a atuação da FALS, os entrevistados afirmaram ser de fundamental importância para a preservação do Lajedo, enfatizando que sem a mesma o Lajedo, talvez nem existisse mais, por causa da extração do calcário. Outros salientaram a necessidade de melhorias em sua atuação, considerando a inexistência de interação com a comunidade e de ações de conscientização.

Foram realizadas três entrevistas relacionadas a gestão do Lajedo de Soledade.

O entrevistado A¹ participa ativamente das questões relacionadas ao Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade desde a criação do Projeto Lajedo na década de 90, sendo guia turístico local e também diretor da FALS, contribuindo com o gerenciamento local.

O entrevistado B², pioneira do Projeto Lajedo, possui amplo conhecimento sobre o Sítio Arqueológico e sobre a problemática que o envolve.

Ambos ressaltaram que a atuação da Petrobrás junto ao Lajedo e a comunidade foi de extrema importância, uma vez que auxiliou de diversas formas, inclusive financeiramente, na implantação de ações e planos que deram suporte e incentivo para que o Projeto continuasse e se firmasse na comunidade, enfatizando ainda a ajuda no processo de divulgação do Lajedo de Soledade.

A respeito do processo de conscientização da comunidade, os entrevistados A e B citam algumas palestras, audiências convidando a comunidade a participar e informando acerca da importância do projeto, assim como o treinamento de guias mirins, ação que até os dias atuais é realizada na comunidade.

No tocante a contribuição da população do Distrito para com o Lajedo de Soledade, o entrevistado A afirma que o maior apoio que a comunidade pode abonar para o Lajedo e para o próprio Projeto é auxiliar na manutenção do que já foi concebido.

Quando questionados sobre o desenvolvimento do Distrito de Soledade proporcionado pelo Lajedo, ambos os entrevistados A e B, afirmaram apenas resultados positivos tanto no aspecto estrutural como no reconhecimento local.

Referente a possíveis auxílios do Poder Público junto ao Distrito de Soledade e ao próprio Lajedo ambos afirmaram que há omissão por parte do Poder Público municipal, afirmando ainda que sem essa força maior o Lajedo enfrenta, atualmente, dificuldades. A FALS gerencia o local, mas infelizmente não possui as condições necessárias para a resolução de todos os problemas observados no Sítio. Citaram algumas contribuições que poderiam ser realizadas pelo Poder Público como uma maior ênfase na divulgação e manutenção da estrutura, assim como projetos de conscientização junto a população local.

Pode-se perceber ainda a falta de iniciativa de parte da população do Distrito, no que concerne a ações de interação com a própria FALS, de conservação do Sítio. Ocorre uma deficiência nesse aspecto pelo fato dessa parcela da comunidade esperar sempre a iniciativa do Poder Público Municipal, e cobrar do mesmo, ações que poderiam se iniciar dentro da própria comunidade.

O entrevistado C³ foi o responsável pela atividade turística no município de Apodi, no qual o Lajedo de Soledade se inclui. Declara que o Lajedo de Soledade tem extrema importância para o município de Apodi, com isso explana sobre a possibilidade de novos projetos que promovam benefícios para o mesmo.

Nas entrevistas pode-se identificar que há do poder público local uma falta de prioridade de

1 Entrevista realizada com o integrante da FALS e diretor do Museu, Cláudio José Alves de Sena, no dia 26/08/2014.

2 Entrevista realizada com a integrante da FALS e pioneira do projeto da criação do Sítio Arqueológico do Lajedo de Soledade, Maria Auxiliadora Maia, no dia 01/10/2014.

3 Entrevista realizada com o Secretário de Turismo do município de Apodi, José Osmar da Costa Júnior, no dia 12/01/2015.

ações. Conforme Spencer (2005) não basta uma legislação protetora que atue punitivamente. Ademais ela já existe embora raramente imposta. Ou seja, os sítios arqueológicos inclusos entre os bens da União, são protegidos *ex vi leges*, pelo fato de sua simples existência, independentemente de processo administrativo. Fazem-se necessárias políticas de preservação e conhecimento valorativo da sociedade do patrimônio cultural.

8. Perfil social dos visitantes do Lajedo de Soledade

A maioria dos visitantes é do público feminino. No que concerne a idade dos visitantes pode-se observar que 55% do total de respondentes possuem entre 18 e 25 anos. Estes por sua vez são em sua maioria estudantes do ensino médio, bem como universitários, ressaltando que a maioria dos visitantes possui superior completo e incompleto. Naqueles com idade entre 25 a 55 anos se encaixam os professores e professoras de universidades, bem como profissionais de várias áreas.

Dos respondentes 57% procuram conhecer e visitar o Lajedo em busca de aprofundamento em pesquisas e estudos 43% vêm a lazer que correspondem a famílias, grupos de amigos, entre outros.

Quanto à forma de divulgação do local, 29% afirmaram conhecê-lo por meio de comentários de amigos ou parentes; outros 29 % afirmaram ter conhecimento prévio do local, são os que já visitaram o Sítio anteriormente; 21% e 7% respectivamente, afirmaram ter sido através da mídia (publicidade e propaganda) e internet; e 14% afirmaram ter obtido conhecimento do local na escola ou universidade.

Questionados sobre como descreveriam o local 38% afirmaram ser um lugar de exuberância, que chama atenção por sua beleza natural; 36% ressaltaram ser uma importante fonte de conhecimentos, que auxilia de forma significativa na efetivação de pesquisas e estudos voltados para o passado; e 26% revelaram ser importante historicamente para a sociedade, já que revela sobre o passado e os povos antigos, bem como um pouco dos seus costumes e tradições.

Sobre os pontos positivos observados pelos visitantes destacam-se que o Lajedo é fonte de conhecimentos, citaram também a facilidade de acesso ao Distrito e ao próprio Lajedo. Outro fator destacado foi a receptividade com que são bem recebidos na comunidade e pelos guias que os acompanham. Houve ênfase também na beleza do local e no desenvolvimento proporcionado na comunidade.

Acerca dos aspectos negativos citaram a estrutura (placas, passarelas, falta de lixeiras); outros afirmaram ter observado alguns locais poluídos, mais precisamente nos arredores do Lajedo; carência de estrutura de acesso para idosos e deficientes; a extração do calcário em áreas próximas ao Sítio; o desinteresse público; pouca área preservada diante de tamanha área; e a temperatura do clima do local.

Segundo Matias et al (2010) a Educação Patrimonial é uma forma de interação entre o as ações do poder público e a comunidade, visando pelo processo educativo-participativo, estimular a valorização e a re-significação do patrimônio cultural. Objetivando o envolvimento da comunidade com seu patrimônio, acredita-se que os públicos a serem contemplados em atividades educativas são: os moradores adultos e crianças; e os turistas. Sendo assim, entende-se que as atividades de Educação Patrimonial deverão ser diferenciadas para cada público, porém todas com uma linguagem e uma dinâmica pedagógica simples e clara. Esse tipo de ação poderá conseguir resultados esperados da efetivação de políticas ambientais e culturais que promovam a qualidade na preservação e valorização do patrimônio.

9. Considerações finais

Diante da pesquisa realizada foi possível entender que, embora as políticas públicas ambientais estejam presentes em diversos âmbitos da sociedade, alguns sítios arqueológicos sofrem com a carência de investimento e de políticas públicas efetivas voltadas a sua preservação.

Buscou-se durante o estudo, identificar os problemas socioambientais existentes no sítio como o nível de poluição no entorno do Sítio, uma vez que pode acarretar prejuízos tanto para aqueles que residem próximos como para o meio ambiente, assim como a carência de investimento público, seja na infraestrutura básica local, que almeja melhorias emergenciais, ou mesmo na ausência de programas, ações ou projetos que possam dar oportunidade de renda, bem como incentivar a população a cuidar do Sítio, para que assim possam notar a importância do mesmo para o local, uma vez que foram constatados também problemas relacionados a falta de consciência e reconhecimento, que consequentemente geram falta de iniciativa e participação de parte da população no que concerne a busca por melhorias para o Sítio.

Sobre as possíveis contribuições do poder público para o Lajedo e para o Distrito, houve destaque para a criação de programas, ações ou projetos para conscientizar a população da importância do Lajedo, assim como a criação de atividades que pudessem gerar renda para os moradores, como ocorria no início do Projeto Lajedo. Dessa forma, seria possível criar uma maior interação entre a população e a FALS na luta pela preservação do Sítio e mesmo buscar recursos necessários para o melhor funcionamento do local.

No tocante a percepção ambiental dos moradores com relação ao Lajedo, alguns se mostraram conscientes com relação a importância do Sítio que o veem como um patrimônio que deve ser protegido por contar a história da comunidade ao mesmo tempo em que compreendem a problemática existente, ressaltando até reconhecer que muitos não dão o valor que o Sítio merece e consequentemente acabam agravando os problemas já verificados.

Contudo, atualmente há pouco envolvimento da população local com as questões relacionadas ao mesmo e que a ausência dessa relação promove cada vez mais uma maior fragilidade, uma vez que há muita dificuldade por parte da FALS em conseguir meios para manter o funcionamento do local de forma adequada.

Diante disso, pode-se ressaltar o quão essencial é a participação da administração municipal nas atividades relacionadas ao Lajedo, visto que o mesmo acarretou para o município somente benefícios como o reconhecimento da cidade e também auxílio na economia local, entre outros. O Poder Público poderia investir na infra-estrutura e ao mesmo tempo criar políticas públicas de preservação do Sítio Arqueológico.

É fundamental haver uma integração entre poder público e a FALS, juntamente com a população a fim de solucionar os problemas existentes. Isto poderia ocorrer na forma de oficinas artesanais, onde seriam expostas as peças produzidas pelos membros; palestras relacionadas a temas diversos, inclusive educação ambiental ressaltando sempre a importância de se preservar este legado.

Referências

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva. 2007

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: dife-**

rentes abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico**, 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-27102006-151913/pt-br.php>> Acesso em: 23 dez. 2014.

CÂMARA, Híara Ruth da Silva. **Gestão ambiental e políticas públicas: uma análise da cidade de Mossoró/RN**, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0B-jSdIMsr5FdVy1VenFrMjdXRkU&usp=sharing&tid=0B-jSdIMsr5FdeXE-2VnM0RDhteXc>> Acesso em: 23 dez. 2014.

CARTA DE LAUSANNE, **Carta para proteção e gestão do patrimônio arqueológico**. ICOMOS/ ICHAN, 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em: 03 Mai. 2014.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo, Iluminuras, 1997. Disponível em: <<http://www.skoob.com.br/livro/pdf/dicionario-critico-de-politica-cultural/79871/edicao:329676/>> Acesso em: 23 dez. 2014.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240100&search=rio-grande-do-norte|apodi>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

MAIA, Maria Auxiliadora da Silva. **Lajedo de Soledade (história de) um poema de pedras**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque: Fundação Vingt-Um Rosado, 2003. Coleção Mossoroense. Série C, vol.1340.

MATIAS, Carlos Paulo de Passos; SANTOS, Josias dos Santos; RONCON, Richard Vieira; SANTOS, Marcos César Pereira; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Patrimônio arqueológico: o papel da comunidade na preservação do sambaqui do Geraldo. **Revista Iniciação Científica**, v. 8, n. 1, 2010, Criciúma, Santa Catarina. p.125-135. Disponível em: <<http://www.periodicos.unesc.net/iniciacao-cientifica/article/download/1585/1497>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

PACHECO, Claudia Bezerra; BAUMANN, J. Carlos. **Apodi: Um olhar em sua diversidade**. Natal: Copyright, 2006.

PELEGRINI, Sandra. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 07 nov. 2015.

PORPINO, Kleber de Oliveira; SANTOS JÚNIOR, Valdecir dos; SANTOS, M. F. C. F. **Lajedo de So-**

ledade, Apodi, RN – Ocorrência peculiar de megafauna fóssil quartenária no Nordeste do Brasil. SIGEP 127, p. 403-412, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, A. S. N. F. da. **Musealização da Arqueologia**: diagnóstico do patrimônio arqueológico presente em museus potiguares. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde.../tde-Abraham.pdf> Acesso em: 22 out. 2014.

SOUZA, Celina **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

SPENCER, Walner Barros. **O patrimônio cultural desconsiderado**: o Lajedo de Soledade. Revista de Humanidades Mneme, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v. 6, n. 13, dez. 2004/jan. 2005. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/283/251>> Acesso em: 22 out. 2014.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO, DA GESTÃO E DA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E NATURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

EDVANIA GOMES DE ASSIS
LIUÉSJHON, A. S. M.
BRITO, A. S.
BRITO, I. C.
ALVES, S. A. G.

Resumo

O presente artigo tem por finalidade compreender a importância da valorização do Patrimônio Histórico-Cultural e Natural sobre uma perspectiva em que as comunidades receptoras se tornam destinações-alvo para o desenvolvimento do turismo, sob uma óptica que este fenômeno envolve história, cultura, economia, turismo e sustentabilidade. Para realizar esta pesquisa foram necessários dados de pesquisa bibliográfica para melhor entendimento da questão, a partir de uma abordagem qualitativa. Diante dos resultados, acredita-se que a pesquisa foi fundamental para a identificação e reflexão sobre como as comunidades receptoras e os gestores poderão planejar um bom modelo de gestão sustentável do turismo, a partir da valorização dos bens patrimoniais. Nas considerações finais, apresenta-se uma análise geral dos benefícios que o turismo sustentável poderá ser trabalhado, sob a forma de três pilares essenciais para uma gestão da atividade turística baseado na conscientização da pluralidade cultural das comunidades por meio da valorização dos bens patrimoniais.

Palavras-chave: Salvaguarda, Bens Patrimoniais, Trade Turístico, Sustentabilidade.

Abstract

This article aims to understand the importance of the appreciation of the Historical-Cultural and Natural heritage on a perspective in which receiving communities become target destinations for tourism development, under an optic that this phenomenon involves history, culture, economy, tourism and sustainability. To perform this research data were needed bibliographical research for better understanding of the issue, from a qualitative approach. Before the results, it is believed that the research was instrumental in the identification and reflection on how the receiving communities and managers can plan a good sustainable tourism management model, from the valuation of assets. In the final considerations, presents a general analysis of the benefits that sustainable tourism can be worked, in the form of three essential pillars for a tourist activity management based on awareness of the cultural plurality of communities through the valuation of assets.

Keywords: Safeguard, Assets, Tourist Trade, Sustainability.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo compreender a importância da valorização do Patrimônio Histórico-Cultural e Natural sobre uma perspectiva em que as comunidades receptoras se tornam destinações-alvo para o desenvolvimento do turismo, sob uma óptica que este fenômeno envolve história, cultura, economia, turismo e sustentabilidade.

Esta abordagem permitirá refletir sobre as bases sustentáveis que envolvem o desenvolvimento do turismo na atualidade, o que implica conciliar os bens patrimoniais existentes nas comunidades, seja histórico-cultural e natural com o desenvolvimento econômico das comunidades receptoras através do turismo, mas sem agredir o meio ambiente nestas localidades, que acabam por tornarem-se os principais agentes que interligam a atividade turística.

Com base metodológica, o tipo de pesquisa utilizado no desenvolvimento desse artigo foi utilizado à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1991) torna-se uma “pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos”. Dessa forma, a principal vantagem deste tipo de pesquisa, ainda de acordo com o autor, é o fato de permitir ao pesquisador uma cobertura de inúmeros fenômenos muito mais ampla, no caso desta pesquisa, do que a pesquisa poderia ser realizada diretamente.

Para efetivação desse trabalho a abordagem utilizada foi a qualitativa, pois se visou obter as informações necessárias a partir de uma análise reflexiva mediante artigos e livros, onde se puderam obter as informações necessárias para a efetivação desta temática em questão, como explica Lüdke e André (1986, p. 11) “a pesquisa qualitativa tem como ambiente natural sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, ou seja, o autor quer retratar nesta pesquisa que a fonte direta torna-se o próprio ambiente, na qual refere às pesquisas realizadas de maneira bibliográfica.

Partindo-se do pressuposto, este artigo, permitirá refletir sobre a seguinte questão:

- Como a atividade turística poderá trabalhar o desenvolvimento econômico de uma localidade sem interferir negativamente nos patrimônios (histórico-cultural e natural), tendo como foco um turismo de base sustentável?

Uma vez que serão discutidos os conceitos de sustentabilidade, a partir de estudos diversos; desde a abordagem interdisciplinar do economista Enrique Leff, passando pela discussão sobre os princípios e controvérsias do desenvolvimento sustentável, até a exposição dos mais recentes debates que trazem um convite a reflexão sobre a necessidade da construção de novos paradigmas sobre o tema da sustentabilidade, o qual permeará toda a discussão ao decorrer do texto.

A partir de então, serão apresentados possíveis conceitos e/ou definições a respeito de patrimônios: histórico-cultural e natural para melhor entendimento; a importância da valorização dos patrimônios para o desenvolvimento do turismo sustentável, a partir da preservação destes bens.

Na sequência serão abordadas conceituações sobre turismo, como esse fenômeno interfere positivamente nas comunidades receptoras, pautados na valorização dos bens patrimoniais, sob uma óptica de atividade turística de base sustentável.

Posteriormente, será necessário enfatizar os possíveis desafios dos gestores públicos e privados no sentido de planejarem os referidos patrimônios como atrativos turísticos, sem causar grandes impactos ao meio ambiente.

Por fim, nas considerações finais, será realizada uma análise geral dos benefícios que o turismo sustentável acarreta para uma comunidade, a partir de uma gestão planejada que envolve a valorização dos patrimônios histórico-cultural e natural como atrativos turísticos.

2. Apresentação e Discussão Teórica Sobre Sustentabilidade

Sustentabilidade é um dos termos mais em voga atualmente em áreas tão diversas quanto: Administração, Engenharia, Direito, Ciências Sociais, etc. A chave de entendimento deste conceito é reconhecê-lo como sistêmico, haja vista a integração organizada de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais da sociedade.

A “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CMMAD) definiu em declaração universal no Relatório de Brundtland o conceito de sustentabilidade como sendo um “processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às aspirações humanas” (CMMAD, 1991, *apud* AFONSO, 2006).

É prerrogativa, para este processo de transformação, uma série de mudanças nos parâmetros sociais e econômicos na vida das pessoas, o que significa prezar por um padrão básico de “qualidade de vida”, uma noção a mercê de certo relativismo cultural, que, no entanto, poderia ser analisada segundo critérios objetivos que fogem da pura percepção subjetiva. Rafael Orsi, ao analisar a relação entre sustentabilidade, qualidade de vida e desenvolvimento urbano, acredita ser “imprescindível uma natureza equilibrada e respeitada em seus limites para que exista uma boa qualidade de vida. Isto não nos remete apenas à natureza percebida, mas à manutenção dos serviços que ela nos proporciona (ORSI, 2012a, p. 75)”.

A concepção de desenvolvimento sustentável se forja, portanto, a partir da noção de qualidade de vida, tendo o desenvolvimento do ser humano integral como objetivo central deste processo. (ORSI, 2012b, p. 83). Ainda que esta definição de desenvolvimento não seja reducionista, ela ainda mantém a imagem dicotomizante natureza-cultura – uma construção da racionalidade ocidental – o que se torna problemático para um conceito que se pretende universal.

Este dualismo é alvo de desconstrução pelo campo heterogêneo das mais diversas epistemologias ecológicas que tem em comum a Ecologia – e com ela o *holismo* – como sendo uma referência-chave que propicia um deslocamento do sujeito cartesiano e, com ele, da série de oposições que inclui aquela entre natureza e cultura (VELHO, 2001, p. 135) e de onde derivam outras dualidades, como mente-corpo, indivíduo-sociedade, sujeito-objeto, interioridade-exterioridade.

Na epistemologia ambiental proposta pelo economista Enrique Leff, é traçada uma busca por um método capaz de reintegrar conhecimentos dispersos num campo unificado do saber. Desta forma, a análise da questão ambiental exigiria uma visão sistêmica e um pensamento holístico para reconstituição de uma realidade “total” (LEFF, 2006a, p. 60). Não se trata, segundo ele, de constituir uma “teoria geral dos sistemas” ou uma “ciência das ciências”: ao invés de um referencial teórico/ metodologia geral das ciências os “princípios” se apresentam como postos de vigilância epistemológica entre as tendências idealistas quanto à dissolução das ciências num campo unitário do conhecimento e contra a redução da organização do real em princípios gerais.

Assim, diante da conhecida crise ambiental, agudizada pelo crescimento econômico desmedido, buscou-se um paradigma produtivo alternativo fundado na produtividade ecotecnológica que emergiria da articulação dos níveis de produtividade ecológica, tecnológica e cultural na manipulação integrada dos recursos produtivos (LEFF, 2006b). Para isso acontecer, seria necessário passar de uma “racionalidade produtiva” a uma “racionalidade ambiental”, um sistema de valores capaz de levar ao caminho do desenvolvimento sustentável.

O conceito de racionalidade ambiental sustenta-se sobre intercâmbios transdisciplinares que permitem dar conta da articulação de processos que confluem na dinâmica de sistemas socioambientais complexos (LEFF, 2006c, p. 110).

A fim de construir esta nova racionalidade, algumas estratégias epistemológicas para combater o reducionismo ecologista seriam necessárias: combater o determinismo genético praticado ainda por áreas das ciências exatas; não reduzir os conhecimentos sobre a organização dos processos ecológicos e econômicos a cálculos de fluxo de matéria e energia; combater o estabelecimento de isomorfismos e analogias estruturais em diferentes ordens de materialidade, que deixa de fora o valor da diferença e do potencial do heterogêneo (LEFF, 2006d, p. 63-64).

A concepção de “racionalidade” desenvolvida por Leff é inspirada no conceito de racionalidade weberiana. Para o sociólogo Max Weber, a racionalidade é muito mais do que a capacidade de compreensão do mundo. Racionalidade, em Weber, está mais para uma visão de mundo e é capaz de orientar a ação social do indivíduo. O sociólogo distingue alguns tipos diferentes de racionalidade, quais sejam: racionalidade formal e teórica, que pode se traduzir numa teorização do “real”, encontrada, por exemplo, na teorização de regras abstratas do Direito; racionalidade instrumental, que implica a consecução metódica de determinado fim prático por um cálculo preciso; e racionalidade substantiva, a qual ordena as ações sociais baseada em postulados de valor. (LEFF, 2006e, p. 122)

Apesar de o autor criticar veementemente a lógica capitalista da produtividade mercadológica como causa principal do esgotamento dos recursos naturais, não deixa claro em seu texto como a nova racionalidade vai se relacionar com a lógica onde o mercado regula a produção. Leff contrapõe a racionalidade da sociedade capitalista (formal e instrumental), à racionalidade ambiental (teórica e substantiva), a qual inclui os valores da diversidade étnica e cultural e de equidade social do ambientalismo (LEFF, 2006f, p. 124).

Embora a proposta dessa nova racionalidade substantiva pretenda ser agregadora das diferenças e heterogeneidades humanas, ao focar na “produtividade” – mesmo que alternativa – como saída teórico-prática para a crise ambiental, esta solução deixa de fora todos aqueles numerosos coletivos-sujeito que permanecem outros. O “outro” que – ante ao horror e incompreensão das classes dominantes – pode escolher “desacelerar”, pode desejar “voltar a ser indígena” (por que só seria possível/desejável a um indivíduo ou comunidade deixar de ser índio?). (VIVEIROS DE CASTRO, DANOWSKI, 2014). São perspectivas outras de o que é qualidade de vida, que ficam marginalizadas diante da lógica desenvolvimentista.

Perante tamanha diversidade de tudo o que existe, a garantia de salvaguarda do patrimônio cultural e do patrimônio natural cumpre um importantíssimo papel no processo sensibilização para essa alteridade humana e não humana, cuja aproximação da compreensão de seus modos de vida pode se dar através de diversas ferramentas, das quais o planejamento turístico toma parte.

3. Breves Conceituações De Patrimônios E Sua Relação Com O Desenvolvimento Do Turismo

A noção de patrimônio difundida no ocidente vem do latim *Patrimonium*, termo que “designava, no direito romano, o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos” (DESVALLÉES, 2013a, p. 74). O termo na atualidade está associado à herança, e quando refere-se à cultura designa bens culturais cuja expressão latina é *beni culturali*. Refere-se a bens de raiz, portanto possui referência identitária.

Muito associado à ideia de perda o termo Patrimônio Cultural sugere proteção e preservação de uma herança transmitida através de gerações. E por ser herdado deve ser administrado por seus herdeiros (VARINE, 2013a, p. 37).

Por tratar-se de algo cultural diz respeito a uma coletividade que historicamente construiu um conjunto de testemunhos de seus saberes, fazeres e modos de ser, assim “pode ser considerado como patrimônio todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e valorizado” (ARPIN, apud, DESVALLÉES, 2013b, p. 75). Pois é através do patrimônio cultural que grupos e comunidades adquirem o sentimento de identidade e continuidade.

O patrimônio é um capital real, sustentável, renovável, enraizado no território e na comunidade, e pode funcionar como um fator de consciência coletiva (VARINE, 2013b, p. 38). Constitui-se em um capital real, pois compreende um espaço rural ou urbano, as mais diversas paisagens, os saberes e fazeres, os modos de vida e a própria natureza. Possui caráter de continuidade à medida que as populações o legitimam e valorizam buscando mantê-lo.

E, além disso, o patrimônio não é algo fixo, porém constantemente enriquecido de novos elementos, visto que acompanha os ritmos da vida. Constitui-se como fator de consciência coletiva por fundamentar um lugar, referencia-lo e promover a forma das identidades locais, regionais ou nacionais formatando um censo de pertencimento.

Pensar o patrimônio cultural de uma sociedade é pensar a própria sociedade e problematizar sua existência e sua forma de participação na vida (MENESES 2006, p.49). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013a), a preservação do patrimônio cultural visa, antes de tudo, a promover o exercício da cidadania e melhor qualidade de vida das pessoas. Por definição da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2013, p.4).

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

E a legislação brasileira, no art. 216 da Constituição Federal estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, (...); V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Segundo orientações do IPHAN (2013b), para preservação de um bem cultural é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipo de problema a afetam como essa tradição vem sendo transmitida de geração para a outra, que transformações têm ocorrido quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre os vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural. Isso tudo com vistas a propor um pro-

grama de administração dessas heranças, bens culturais, que compõem a base da formação social das populações garantindo sua permanência, sustentabilidade e renovação.

Um aspecto importante da promoção dessas continuidades que as populações podem dar ao patrimônio está na sua relação com o turismo, visto que a produção de bens culturais encontra além do consumo comunitário o consumo dado por meio do turismo. O chamado turismo cultural que “implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos” (RODRIGUES, 2012a, p. 15).

Pela história podemos perceber que a relação entre a “indústria turística e o patrimônio foi anterior à aproximação deste com a memória” (Rodrigues, 2012b, p. 17). Inclusive na década de 60 os governos recomendavam que “os projetos de valorização do patrimônio fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico” (Rodrigues, 2012c, p. 17). Atualmente ainda discute-se essa relação que historicamente se estabeleceu entre patrimônio e turismo, onde um era entendido como “solução” para as necessidades do outro.

Algo que no sistema capitalista muitas vezes reduz-se a questões econômicas, fazendo com que, de modo geral, o intenso uso turístico do patrimônio receba oposições. Por outro lado existem correntes que buscam as parcerias entre os dois fatores de modo que ambos possam se beneficiar à medida que potencializam suas características e necessidades.

Rodrigues (2012d, p. 24) sugere a busca por um ponto de equilíbrio entre o respeito com as pessoas e seus patrimônios na exploração econômica dos mesmos e as potencialidades que ambos os fatores possuem para dar sustentabilidade às ações e gerir o desenvolvimento em diálogo com a base identitária das populações, tendo cuidado com a fetichização da cultura diante das possibilidades econômicas.

Outro aspecto importante é preservação do patrimônio natural e sua importância é discutida mundialmente como tema recorrente em várias esferas da nossa sociedade. O tombamento de áreas naturais vem ao encontro com essa nova visão preservacionista.

O patrimônio natural compreende áreas de importância preservacionista e histórica, beleza cênica, enfim, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural para que nos lembremos de quem somos o que fazemos de onde viemos e, por consequência, como seremos. Quem não tem na lembrança histórias que envolvam a paisagem? Todas estas lembranças fazem parte da nossa história. Perdê-las é, além de dano ambiental irreversível, uma agressão à memória e, acima de tudo, a perda da qualidade de vida.

Num mundo globalizado, individualista e, portanto efêmero a necessidade de preservarmos os bens naturais e culturais é fundamental para a perpetuação dos saberes fazer, das técnicas, tal caras ao homem como a sua relação com a natureza. Algumas circunstâncias contribuem para uma relação homem/natureza favorável ao desenvolvimento do turismo como o aumento da percepção da necessidade de Preservação dos recursos naturais, a necessidade psicológica de alternativas de lazer para aquelas praticadas nos centros urbanos, aproximação de formas simples de vida em contraposição às complexidades da vida em cidades e a busca de melhor qualidade de vida, traduzida por interação com a natureza.

O Brasil não tem legislação específica que corresponda aos critérios da UNESCO de preservação dos patrimônios naturais. Diversos autores ressaltam que, enquanto patrimônio, a “natureza” ou os patrimônios naturais não receberiam a mesma atenção que outras formas de patrimônio.

Talvez por que a natureza não era vista como patrimônio já que ao longo dos séculos XVIII e XIX, o seu desaparecimento é visto como sinal de desenvolvimento do homem e no século XX, a natureza começa a ser vista como objeto de preservação, cujo desaparecimento significaria o desaparecimento do próprio homem. Não era percebida como um fato social, como um objeto

de intervenção humana e quando passa a ser qualificada como patrimônio, não é por seu “valor intrínseco”, mas por seu valor “cultural”.

As primeiras leis de proteção ao patrimônio cultural surgem na década de 1930. Neste mesmo período surgiram os códigos de proteção à natureza onde destacamos o código de proteção às águas, de minas, proteção dos animais e código florestal em 1934, o primeiro a pensar a natureza não apenas por seu valor utilitário ou econômico.

São criados os parques nacionais do Iguaçu, da Serra dos Órgãos e de Itatiaia, inspirados no modelo de *Yellowstone* perceberam a opção pela preservação da beleza cênica e paisagística, mas as políticas mais específicas para o patrimônio natural no Brasil surgem em 1978, vale destacar que as instituições de proteção ao patrimônio cultural (SPHAN) e ao patrimônio natural (Serviço Florestal/IBDF) surgem em um mesmo momento e sofrem contínuas transformações as suas reestruturações correspondem às mudanças na percepção dos seus respectivos objetos principais. Será somente a partir da primeira década do século XXI que se propõe a conversar mais proximamente sobre o objeto que lhes seria comum.

Diante do exposto são fundamentais as discussões acerca do patrimônio natural sendo este um objeto científico e um atrativo turístico, que através de políticas públicas adequadas, contribui para o desenvolvimento de uma economia sustentável em várias regiões do nosso país. Sendo assim, percebe-se que o turismo poderá mudar a economia de um país, pois as atividades econômicas desenvolvidas a partir do turismo se tornam fonte geradora de emprego e renda entre as nações, pois:

A economia foi a primeira disciplina a estudar o turismo, porque, nas primeiras décadas deste século, percebeu-se, na Europa, que o turismo era fonte de divisas. A importância teórica do turismo (que superam amplamente a quantidade de estudos sobre o turismo feitos por outras ciências) fizeram com que, inclusive no Brasil, na década de 1980, no auge das discussões sobre a regulamentação da profissão de “turismólogo”, os economistas se opusessem, dizendo que o turismo devia ser um ramo desta última ciência. (CUNHA, 2002b, p. 01, apud, Barreto, et. al, 2001).

Mas, Lickoris e Jenkins (2000, p. 09) afirmam que “o turismo é uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia. Ele requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental”. Nesse contexto, o turismo é apresentado como uma atividade em que envolve um composto e diversificado campo em que envolve os mais diversos segmentos em produtos e serviços e que envolvem as mais diversas áreas do conhecimento.

Quando as comunidades tomarem consciência de que todo esse processo irá beneficiá-los ao desenvolvimento de um turismo de base sustentável, a atividade turística contribuirá não só economicamente, mas irá trazer grandes benefícios como estimular a qualidade de vida dos receptores e demais que ali visitam; valorizará o legado histórico-cultural por meio do estímulo a mudanças culturais, entre outros.

[...] sustentabilidade da atividade turística e da vida com plenitude será resultado de processos mediados e ensinamentos sistemáticos e assistemáticos pautados em princípios de uma educação crítica, que trabalha a categoria da conscientização do valor da história, da cultura e do meio ambiente. (Pinheiro, 2013d, p. 18).

Dessa forma, pensar na possibilidade do desenvolvimento turístico como vetor econômico e sustentável, a partir da valorização dos bens patrimoniais, requer antes um planejamento ade-

quado, responsável e sustentável do turismo nas comunidades, onde os recursos referentes ao patrimônio seja ele histórico, cultural, arquitetônico e natural possam ser respeitados e preservados, de maneira consciente através dos principais atores sociais, nos quais podemos citar: as comunidades, os gestores públicos e privados (trade turístico) e demais sujeitos que fazem parte ou não desta área, mas que contribuem para o desenvolvimento das suas comunidades.

Por sua vez, Rodrigues (2012e, p. 19), menciona que o turismo possibilita “plenas condições de aproveitamento do patrimônio”, isso somente é possível quando essa indústria promove a imagem das comunidades de maneira planejada, cujo foco não é somente o valor econômico, mas a conservação e preservação dos monumentos históricos, das festividades locais e das belezas naturais, pois o turismo somente se desenvolve se as comunidades ressaltarem suas potencialidades, valorizando sua história, memória e cultura local.

Assim, em parcerias tanto as comunidades, o *trade* turístico quanto os que nela visitam poderão usufruir de um ambiente, cujos bens patrimoniais foram excepcionalmente planejados e preservados, de acordo com os critérios de sustentabilidade, a partir de uma estrutura que ofereça a atividade turística sustentável e com um pessoal de apoio especializado na área do turismo e áreas afins.

4. Como Trabalhar O Turismo Sustentável, Sob Uma Óptica Dos Gestores Do Trade Turístico?

Este capítulo tratará inicialmente do planejamento e da gestão do turismo, procurando mostrar a importância destes no desenvolvimento sustentável de tal atividade; destacando-se também a necessidade da participação da comunidade no processo, bem como a conscientização desta, em relação a sua importância e de seus patrimônios em tal no planejamento e de gestão.

Em seguida tratar-se-á sobre as políticas públicas, conceituando-as e ressaltando a importâncias dessas, bem como o papel dos setores público e privado no processo de planejamento da atividade turística, para que ela contemple as demandas culturais, sociais, econômicas e ambientais da comunidade, de modo a alcançar os objetivos referentes ao desenvolvimento sustentável do turismo na região.

E posteriormente se abordarão os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, para se compreender a aplicação dos mesmos no desenvolvimento da atividade turística, para então se apresentar algumas propostas para uma gestão sustentável do turismo.

4.1 Planejamento e gestão do turismo

Carvalho (2010a) coloca que o planejamento do turismo existe como atividade econômica desde a Revolução Industrial, mas só recentemente se sujeita a normas e padronização de procedimentos, com destaque para a gestão ambiental que possui diversas ligações com a gestão do turismo.

A autora afirma que apenas nas últimas duas décadas, tem se definido uma regulamentação efetiva, por parte do setor público, com o objetivo de ordenar as atividades, tanto ligadas ao meio ambiente quanto ao turismo; e em decorrência disso, ultimamente tem se verificado um surgimento crescente de cursos para a colocação no mercado de profissionais capacitados a atuarem nessas áreas, refletindo no grande número de cursos recém criados de bacharelado e pós-graduação em turismo e gestão ambiental, algo que até início da década de 1980, não existia.

Além disso, ela coloca que é de grande relevância lembrar que os insumos para o desenvolvimento da atividade turística são o meio ambiente e a cultura regional, impossibilitando, portanto,

qualquer tipo de planejamento do turismo, sem que sejam levados em consideração, a priori, os instrumentos da gestão socioambiental.

De acordo com a autora, o planejamento é fundamental para garantir a sustentabilidade, não só da atividade turística, como do ambiente em que ela se desenvolve. E, portanto, contribui para que a atividade turística continue a ser desenvolvida, sem prejudicar suas próprias fontes de existência; sendo importante lembrar que, segundo o conceito atual, a condição socioeconômica local está englobada no termo “meio ambiente”, assim como os atributos bióticos e abióticos locais.

Ainda no que diz respeito ao planejamento do turismo, Hall (2004) que tal planejamento pode ser baseado em diferentes escalas (nacional, estadual, regional e local) e que esta deve estar bem definida para o desenvolvimento das análises, propostas e ações necessárias. Sendo de extrema relevância, independente da abrangência da escala escolhida, que o trabalho esteja integrado e em constante articulação com os demais níveis de planejamento, em escalas maiores e menores, através de projetos ou ações que ocorram nos demais níveis, para que não haja ineficácia do processo, com lapsos de ações que sejam necessárias e ainda não foram previstas em nenhuma das instâncias, e com duplicidade, que implicaria desperdício de recursos.

Seguindo este viés, Carvalho (2010b) afirma que outro aspecto de suma importância no planejamento é o ponto de vista do participante do processo de planejamento turístico. Ou seja, de todos os atores envolvidos no processo de planejamento, que deve ser um planejamento interativo, realizado em um contexto social.

Ainda neste contexto, Carvalho (2010c) considera que o processo de planejamento deve ser dinâmico, em movimento contínuo de adaptação às variantes locais, que se modificam constantemente, bem como participativo, desde o início de seu diagnóstico, até a proposição de ações que se proponham a beneficiar a atividade, continuando com o monitoramento dos resultados alcançados, assim como a elaboração de novas propostas.

A autora destaca que tal processo não pode, em nenhuma das etapas, se distanciar da comunidade diretamente afetada pelo desenvolvimento do turismo em uma determinada região, e dos gestores locais; e que esta participação é necessária, tanto por trazer conhecimentos, inerentes aos atores sociais locais, para o processo, quanto para que os envolvidos colaborem de fato com as ações desenvolvidas, como consequência de seu envolvimento.

Nesta mesma perspectiva, Varine (2013c) ressalta a importância da valorização do patrimônio cultural de uma comunidade nesse processo de planejamento, pois remete ao reconhecimento, por parte da comunidade, dos bens materiais ou intangíveis como manifestação de sua cultura e de seu entendimento de mundo. Isto quer dizer que a ideia de patrimônio implica não apenas a concepção de posse, mas também os sentidos e valores constituídos pelas relações e experiências coletivas.

Não cabe ao intelectual decidir, a princípio, o que importa preservar para determinado grupo, mas entender o que é patrimônio para seus membros, quem são os sujeitos que partilham seus saberes e fazeres; e como se confeccionam a circulação, a apropriação e o acesso das pessoas àquilo que elas mesmas produziram.

Seguindo esta ideia, Pereira (2013) destaca a importância do planejamento urbano, bem como a necessidade de um Plano Diretor, exigido pela Lei Nº 10 257/2001, o chamado Estatuto da Cidade, para municípios com mais de 20 000 habitantes, para o desenvolvimento sustentável destes; o autor ressalta ainda que a participação social é tida como fundamental para a elaboração do plano diretor, e que não é possível afirmar que isso esteja sendo cumprido no Estatuto da cidade.

Para ele, a participação deve ocorrer na etapa de levantamento, de definição de prioridades, na delimitação de áreas especiais para moradia e nos demais instrumentos contidos no Estatuto, e os planos deverão ser submetidos a audiências públicas pelo Executivo e Legislativo antes de

serem transformados em lei. Ele ainda destaca que uma lei específica, chamada de (Estudo de impacto de Vizinhança) deverá definir também quando deve haver participação e consulta em empreendimentos que alteram a vida cotidiana e coletiva.

Morais (2012) corrobora a ideia dos autores já mencionados, quanto à importância da participação da comunidade, ao destacar a sensibilização desta, como um dos pontos principais para se dar os primeiros passos na formulação do planejamento e das políticas públicas voltadas para o turismo, e para determinar seu sucesso ou fracasso; e que a comunidade deverá estar convencida e suficientemente envolvida no processo inicial de tomada de decisões, pois o pleno comprometimento de seus diversos segmentos estimulará posturas de preservação, valorização e divulgação do patrimônio como fator de atração turística.

O autor ressalta ainda que o turismo, quando entendido como opção de desenvolvimento socioeconômico, só poderá acontecer sob o respaldo do planejamento previsto nas políticas públicas criadas pela União, pelos estados e pelos municípios.

Observando-se o que os autores acima colocam, fica evidente a importância da participação da comunidade na elaboração de projetos de desenvolvimento do turismo em suas localidades, desde a criação, na tomada de decisões, para que se contemple o que a comunidade realmente quer e necessita, até a efetiva implantação dos planos de desenvolvimento; e também a necessidade da implantação de políticas públicas, por parte das esferas federal, estaduais e municipais.

4.2 Políticas públicas de turismo

Para se compreender a necessidade das políticas públicas no planejamento do turismo de uma região, se faz conveniente compreender primeiro o conceito de tal política. Neste sentido, Filho (2005, p. 01) coloca que as políticas públicas “devem ser a expressão pura e genuína do interesse geral da sociedade, o que, num processo legítimo, pressupõe seja a demanda social investigada em instâncias democráticas, enfrentada de forma realística pela instituição formuladora e solucionada à luz do possível consenso entre os atores sociais a partir de eficaz fluxo de informações”.

Conforme Ribeiro e Gomes (2007a), políticas públicas são constituídas por um conjunto de ações do estado, direcionadas para atender às necessidades da sociedade, com o intuito do bem comum; e o turismo é uma atividade socioeconômica que gera a produção de bens e serviços para o homem, visando à satisfação de diversas necessidades básicas e secundárias.

Neste viés, os autores colocam que o crescimento do turismo de massa acabou gerando, em diversos casos, muitos problemas sociais e ambientais. Por isso, têm-se notado a importância designada às políticas públicas, orientadas para a atividade turística em prol de um crescimento maduro e sustentado na qualidade. Eles consideram que esta é uma relação favorável para o processo de desenvolvimento turístico, e informam que o sucesso do turismo está subsidiado a uma política pública, que vise monitorar o crescimento e o desenvolvimento de todas as variáveis que interagem e integram o espaço turístico.

Os mesmos autores destacam ainda, que o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil é recente, sendo só a partir da década de 90 que se encontra uma agilidade no desenvolvimento da mesma, no momento que os governantes percebem a função e a definição real do turismo e passam a priorizá-lo em seus planos de desenvolvimento.

Sobre a formulação de políticas de turismo, Beni (2001a) afirma que é a melhor forma encontrada para minimizar os impactos negativos do turismo, pois a política de turismo é a espinha dorsal do planejamento, do plano, dos projetos, programas, da preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade, da estratégia e dos investimentos e vendas, do desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus

produtos finais.

O autor ainda afirma que política é o curso de ação calculado para alcançar objetivos específicos, e que políticas são orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo os inúmeros aspectos operacionais da atividade. Desta forma reconhecendo que o turismo é um ambiente moldado por forças distintas e que faz parte de uma rede de políticas, leis e outras ações do governo, e que está inter-relacionada com outras políticas (econômica, educacional, saúde, etc.) a fim de articularem metas e diretrizes para a busca do desenvolvimento desejado da sociedade moderna. Devendo-se entender, então, que política de turismo é o “conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país” (BENI, 2001b, p. 178).

Neste mesmo viés, Ribeiro e Gomes (2007b) colocam que compete aos órgãos públicos, a função específica de determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos. Cabendo, no âmbito federal, a criação de diretrizes e a coordenação dos planos de âmbito nacional e dos que se projetem para o exterior; e no âmbito estadual os projetos regionais e locais.

A esse respeito, Garcia e Ashton (2006) afirmam que cabe ao Estado estabelecer as políticas de atuação governamental em todos os setores, e que, no caso específico do turismo, por sua abrangência e complexidade, acaba por demandar políticas dinâmicas, flexíveis e adequadas às necessidades e características culturais, sociais, econômicas e ambientais da comunidade, com a devida atenção ao que ela estabelece como prioridade entre as obras e projetos de cunho econômico e social.

As autoras ressaltam que, deste modo, o setor público deve realizar um papel de mediador entre as reivindicações da sociedade e a realização da ação, no que tange os problemas do turismo, por meio da criação e implementação de projetos integrados entre os setores públicos e privados, com o objetivo de satisfazer a comunidade, evitando a descontinuidade desses projetos.

Em suma, pode-se inferir que, as políticas públicas exercem uma função primordial no turismo, já que, para seu desenvolvimento são necessárias ações dos governos no sentido de direcionar a atividade turística a obter os resultados finais desejados, mantendo as metas estabelecidas. E ainda que tais políticas devem atentar e contemplar as demandas culturais, sociais, econômicas e ambientais da comunidade, para que os projetos possam realmente alcançar os objetivos referentes ao desenvolvimento sustentável do turismo na localidade.

4.3 Propostas para a gestão sustentável da atividade turística

Mikhailova (2004) afirma que o primeiro grande passo global no âmbito do desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, onde se verificou a necessidade de reaprender a conviver com o planeta; e que somente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) é que o termo “desenvolvimento sustentável” passou a ser a questão principal de política ambiental sendo que A Organização das Nações Unidas (ONU), através do relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, elaborou o conceito a seguir: “Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.”

A autora coloca que desde então, esta definição ganhou inúmeras citações na literatura, e que posteriormente passou a ser utilizada em um sentido extremamente amplo; fazendo com que o termo “sustentabilidade” passasse a ser utilizado para justificar qualquer atividade, desde que ela reservasse recursos para as gerações futuras.

Leite (2007) define, de forma concisa, um projeto de desenvolvimento, ao afirmar que para ser

sustentável, ele precisará ser ao mesmo tempo, economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo. Carvalho (2010d) corrobora a definição do autor, e ressalta que tal afirmativa define bem os pilares do conceito da sustentabilidade, em qualquer atividade econômica, já que pela lógica capitalista, a viabilidade econômica é a primeira condição a ser cumprida.

A referida autora coloca que o caráter ecológico passou a ser mais considerado, a partir do momento em que o empresário de turismo passou a enxergar, cada vez mais, que a conservação do patrimônio, seja ele natural ou cultural, é o que vai garantir a viabilidade de sua empresa; e ainda que a responsabilidade, no que tange o uso dos recursos naturais no Brasil e no mundo, tem sido alvo de intensos movimentos ambientalistas e de consistente regulamentação, vide a atual legislação ambiental, criada nas últimas décadas. Porém, ela destaca que, em relação à justiça social, ainda há muito que se fazer na busca por evolução deste quesito.

Pires (2002) coloca que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente define os componentes do ecoturismo, onde é conceituado como uma versão de turismo na natureza orientada para a sustentabilidade. E nesses componentes podem-se encontrar princípios a serem seguidos para uma gestão sustentável do turismo; são eles:

- Contribuir para o bem-estar das populações locais;
- Contribuir para a conservação da biodiversidade;
- Incluir a interpretação ambiental, a experiência da aprendizagem no ambiente;
- Envolver ações responsáveis dos turistas e da indústria do turismo;
- Disseminar fundamentalmente em pequenos grupos envolvendo negócios de pequena escala;
- Requerer o mais baixo consumo possível de recursos não renováveis;
- Dar ênfase à participação local e à oportunidade de negócios e iniciativas empreendedoras, especialmente para a população rural.
- O turismo deve ser visto sob o enfoque do benefício à comunidade que recebe e não só como um meio de atender às expectativas do visitante.

Seguindo a perspectiva de Carvalho (2010e), a respeito das necessidades de aprimoramentos no que tange a justiça social, Rodrigues (1997), afirma que o turismo deve funcionar como uma alternativa para os “excluídos”. Para a autora, o governo deve executar políticas e ações no sentido de viabilizar uma “economia solidária”, ou seja, promover iniciativas para o desenvolvimento de um empreendedorismo social, como meio de gerar oportunidades de inserção das comunidades receptoras no resultado do crescimento do fluxo econômico gerado pelo crescimento do turismo naquela região.

A autora ainda ressalta que se devem adotar estratégias macroeconômicas de combate ao desemprego, inserindo os novos microempresários num setor econômico projetado para maximizar as chances de sucesso, como no caso do turismo, e que o mercado informal se configura, muitas vezes, como uma das únicas opções para a sobrevivência, com certa dignidade, de parte da comunidade.

Assim constata-se que além dos princípios elencados acima, pode-se acrescentar o desenvolvimento de economias solidárias e empreendimentos sociais, para se conseguir um bom modelo de gestão sustentável do turismo, e ainda que pode ser bastante viável a constituição de Conselhos Gestores, que possam atuar efetivamente, contando com a participação da sociedade nas tomadas de decisões quanto ao manejo e gerenciamento dos planos de fomento do turismo das localidades, incluindo as demandas relacionadas ao turismo no planejamento urbano, em um possível plano diretor da cidade, abrindo-se a possibilidade de se ter uma gestão socioambiental mais eficaz, e de um planejamento com adequação da atividade turística que objetive e proporcione sua sustentabilidade.

5. Considerações Finais

Para que haja a valorização do patrimônio histórico-cultural e natural às comunidades receptoras, primeiramente terão que refletir sobre os processos educativos sustentáveis dentro dos próprios locais, onde esse espírito de sensibilização e de apropriação promoverá o real valor que o patrimônio possui para aquela comunidade.

A partir dessa apropriação sobre o que é patrimônio para eles, o *trade* turístico poderá desenvolver em parcerias com as comunidades o turismo de maneira sustentável, onde os recursos referentes ao patrimônio seja ele histórico-cultural, arquitetônico e natural possam ser respeitados e preservados, de maneira consciente através dos principais atores sociais, nos quais podemos citar: as comunidades, os gestores públicos e privados e demais sujeitos que fazem parte ou não desta área, mas que contribuem para o desenvolvimento econômico dessas comunidades.

Ao longo do artigo, leitura e análise da bibliografia consultada, acredita-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado e com isso a questão problema foi respondida, pois quando a atividade turística sustentável envolve bens patrimoniais, ela poderá ser trabalhada, mediante três propostas: Planejamento e gestão do turismo; Políticas públicas de turismo e Propostas para a gestão sustentável da atividade turística.

Enquanto isso percebe-se que os teóricos que auxiliam na proposta de ação no campo da valorização dos bens patrimoniais para o turismo sustentável objetivam apresentar aos leitores a importância da mediação entre o patrimônio, turismo e sustentabilidade, como recurso à percepção sobre desenvolvimento econômico, turístico e sustentável dessas comunidades.

As propostas para a gestão sustentável da atividade turística requerem uma postura de compromisso entre as comunidades e os gestores (*trade* turístico), a partir de uma posição crítica, reflexiva sobre o espaço onde vive e principalmente sobre as dinâmicas culturais, econômicas, turísticas, sustentáveis, políticas e sociais presentes no mundo ao seu redor.

O maior desafio das comunidades receptoras e dos gestores é saber como incluir um bom modelo de gestão sustentável do turismo, por meio do desenvolvimento de planos de fomento do turismo das localidades, incluindo as demandas relacionadas ao turismo no planejamento urbano, em um possível plano diretor da cidade. Isso possibilitará ter uma gestão socioambiental mais eficaz, e de um planejamento com adequação e sustentável da atividade turística, de forma que pautar-se na conscientização da pluralidade cultural por meio da valorização dos bens patrimoniais.

Referências

ANDRADE, J. V. de. (2004). **Turismo, Fundamentos e Dimensões**. 8. ed. São Paulo: Afiliada.

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** (1988). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07/07/2015 às 14h47min.

BARRETO, M. (2003). **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas – SP: Papirus. (Coleção Turismo).

BENI, M.C. (2001). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo, Senac.

CARVALHO, G. L. de. (2010). **Análise preliminar da gestão do turismo na área de proteção**

ambiental da costa dos corais (AL/PE). XI encontro nacional de turismo com base local. Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói – RJ. 12 a 14 de abril.

CUNHA, M. C. da S. et al. (2002). **Turismo educacional: que viagem é essa?** São Paulo. Disponível em: http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Set_Artigos/Turismo%20educacional.pdf. Acesso em 20/08/2011 às 10h38min.

DELPHIM, C. F. de M. (2006). **Considerações sobre intervenções em paisagens protegidas por seu excepcional valor.** Rio de Janeiro: [s.n.].

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F.; (2013). trad. SOARES, Bruno Brulon e CURY, Marília Xavier. **Conceitos-chaves de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 100 p.

FILHO, C. J. M. (2005). **Concepções de políticas públicas: definição, viabilização e execução.** 3p. Rio Grande do Sul: Santo Ângelo, 03p. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-3-concep%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.pdf>>. Acesso em: 28/07/2015 às 15h51min.

GARCIA, R. K. de O; ASHTON, M. S. G. (2006). **Gestão Pública em Turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma sustentável.** IV SemintUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-2.pdf>. Acesso em: 27/06/2015 às 09h25min.

GIL, Antônio Carlos. (1991). **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas.

HALL, M. C. (2004). **Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos.** 2. ed. São Paulo: Contexto.

IPHAN. (2013). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 05/12/2013 às 10h46min.

LAGO, A. A. C. do (2007). Estocolmo, Rio, Joanesburgo – **O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 276 p.

LEITE J, P. P. (2007). **Empreendendo no Turismo.** Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/espacoaberto/viewEspacoAberto.php?codigo=8&titulo=EMPREENDENDO%20NO%20TURISMO>> Acesso em: 28/06/2015 às 08h15min.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** Trad. Sandra Venezuela. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LICKORISH, L; JENKINS, L. C. (2000). **Introdução ao turismo.** 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier. (Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos).

LOHMAM, G; PANOSSO NETO, A. (2008). **A Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistema.** São Paulo: Aleph.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. R. D. A. (1986). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU.

- MENESES, N. C. (2006). **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica.
- MIKHAILOVA, I. (2004). **Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática**. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16. Disponível em: < <http://casca-vel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/eed/article/view/3442/pdf>>. Acesso em: 29/06/2015 às 21h48min.
- MORAIS, J. L de. (2012). **A arqueologia e o turismo. Turismo e patrimônio cultural/ organização** Pedro Funari, Jaime Pinsk. – São Paulo: Contexto. 5. ed. – (Coleção Turismo Contexto).
- MOESCH, M. (2009). **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto.
- ORSI, R. (2012). Sustentabilidade e qualidade de vida: dimensões para o desenvolvimento urbano. In: **Terra: cidades, natureza e bem-estar**. Giovanni Seabra (Org.). João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- PEREIRA, E. M. (2013). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**/ Elson Manoel Pereira (Org.). 2. ed. rev. Atual. – Chapecó: Argos.
- PIRES, P. S. (2002). **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC.
- PINHEIRO, M. T. (2013). **Valorização do patrimônio histórico-cultural: uma perspectiva sustentável para o desenvolvimento turístico**. In: RUSCHAMANN, D. V. de M.; TOMELIN, Carlos Alberto (Orgs.) Turismo, ensino e práticas interdisciplinares. Barueri: SP: Manole.
- RIBEIRO, S. dos S; GOMES, C. M. (2007). **Políticas públicas de turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão**. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoF/0454da5b96ea8e5e76bbSaulo_Cristiane.pdf>. Acesso em: 28/06/2015 às 19h57min.
- RODRIGUES, A. B. (1997). **Turismo Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec.
- RODRIGUES, M. (2012). **Preservar e consumir: patrimônio histórico e o turismo**. In: FUNARI, D. V. de M; PINSKY, Jaime (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 5ª ed. São Paulo: Contexto. (Coleção Turismo Contexto).
- RONCAGLIO, C. (2007). **Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural**. (Tese de Doutorado). Curitiba. 209p. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/12359/TeseCynthiaRoncaglio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08/07/2015 às 13h17min.
- UNESCO. (2013). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/por.pdf>>. Acesso em 12/11/2013 às 16h54min.
- VARINE, H. de. (2013). **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz.
- VELHO, O. (2001). De Bateson a Ingold: Passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana**: Rio de Janeiro, v. 7, n 2, p133-140, Out. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 02/07/2015 às 14h55min.

VIVEIROS DE CASTRO, E; DANOWSKI, D. (2014). **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie/Socioambiental, 2014.

COSTUMES E HÁBITOS ALIMENTARES DE ALUNOS ESTRANGEIROS DE ORIGEM AFRICANA NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

LEOPOLDO GONDIM NETO

LEILANE OLIVEIRA CHAVES

ADRYANE GORAYEB

EDSON VICENTE DA SILVA

JOSÉ ARIMATÉA BARROS BEZERRA

Resumo

Nosso trabalho busca ,observar, a assiduidade e periodicidade na utilização do RU pelos estudantes africanos, seus rituais e formas de enfrentamento curricular de agrado/desagrado diante de alimentos neles servidos; verificar até que ponto o RU da UFC promove, no cotidiano formativo, a mediação de saberes do gosto (via cardápios), a imersão e troca de saberes de experiência entre alunos africanos. Buscamos também compreender as formas de integração/desintegração entre alunos africanos e brasileiros e funcionários da UFC, que se desenvolvem no RU, (des)ocultando cenários e cenas de bem estar, e hábitos alimentares; Mapear e registrar as trilhas de convivência alimentar de africanos- dentro da academia e no ser entorno e as relações de fabricação dos alimentos. Buscamos ainda, conhecer os hábitos alimentares africanos dos estudantes, em destaque os alunos da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Desta forma destacamos o fazer e o servir de preparações Tradicionais de África e a mesa como local de conagração e confraternização social dos grupos estudados.

Palavras-chave: Restaurante universitário, alimentação, cultura.

Abstract

Our work searches to observe attendance and frequency used of RU by African students, their rituals and ways of facing curricular grade. Pleasure / displeasure about food served to them; check until the point the RU of UFC promotes in the learning routine , the mediation of taste (via menus), immersion and experience exchange of knowledge among African students. We also seek to understand the ways of integration / desintegration among African students and Brazilian students and UFC staff, which happen in the RU, looking for scenarios and wellness scenes and eating habits; Also to map and to record food coexistence and habits between the africans students in the university and the relations of food producing. We seek to know the eating habits of African students, especially the students from Guine-Bissau, Cabo Verde and Sao Tome and Principe. In this way, we highlight the way to make and serve, and traditional preparations of the african culinary and the table as a place of reconciliation, union and social gathering of groups.

Keywords: University restaurant, feeding, culture.

1. Introdução

A alimentação não é um mero elemento na chamada “cultura material”, implica desde escolhas, passando por representações, imaginários, classificações e símbolos que organizam as diversas visões de mundo no tempo e no espaço. A alimentação é “muito mais que um ato biológico, a alimentação humana é um ato social e cultural” – um sistema simbólico no qual estão presentes códigos sociais que estabelecem as relações dos homens entre si e a natureza (MACIEL, 2004, p. 25).

A “comida não é apenas uma substância alimentar, mas também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. A forma como se come, define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”, dando oportunidade de se aprender à construção das chamadas “cozinhas”, ou seja, a forma de se alimentar culturalmente estabelecida, codificada e reconhecida (MACIEL, 2004).

Considerando o foco da análise centrada na alimentação, tornou-se necessário um aprofundamento da temática para poder compreender a dinâmica da cultura alimentar e suas trocas históricas sedimentadas nas relações entre a África e o Brasil, mediadas pelo sabor e pelo gosto da cozinha brasileira, por considerar que a alimentação de um povo também é patrimônio, algo que foi legado pelo passado e algo que se quer conservar.

Como patrimônio, a alimentação permite interpretar a história e o território no tempo e no espaço. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender os hábitos alimentares de alunos de origem africana que realizam suas refeições no restaurante universitário (RU) e de que forma esses hábitos são levados em consideração pelos profissionais que elaboram os cardápios. Logo, para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizado levantamento bibliográfico, aplicação de questionários, realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas e atividades de construção de cardápios com os atores sociais da pesquisa.

O estudo assumiu, portanto, a vertente analítica de pesquisa exploratória e descritiva com enfoque qualitativo. Fizeram parte da amostra estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC) originários de países de língua portuguesa, em especial de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau que consomem as refeições produzidas periodicamente no RU. A escolha dos participantes se deu considerando como critério alunos que já estão, há mais de um ano frequentando algum curso de graduação ou pós-graduação.

Assim, buscando compreender como a manutenção de velhos hábitos e a criação de novos, é que o presente trabalho estabeleceu discussões com alunos de Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a fim de identificar como ao logo de sua estadia no Brasil tem se dado a resistência e aquisição de novos hábitos alimentares.

As informações foram sistematizadas identificando-se as diferenças culturais, religiosas, ideológicas e de restrições alimentares impostas pela cultura, além de identificar o papel da Universidade na valorização dos aspectos alimentares e culturais dos diferentes estudantes estrangeiros que aqui chegam, em busca de uma formação educacional emancipadora. Portanto, a questão da integração e do aprendizado de alunos africanos nos espaços alimentares com destaque para o RU da UFC como lugar público torna-se importante, haja vista que, toda a relação vai traduzir sua forma de convivência no Brasil.

2. Espaços de Convivência Alimentar: Os Restaurantes Universitários

A alimentação é uma necessidade básica do ser humano. No desenrolar da história mundial, o aparecimento do comércio de alimentos prontos para consumo, que mais tarde se tornaram

restaurantes, foi uma dos fatos mais importantes, já que estes espaços alimentares trouxeram, nas suas mais variadas formas, uma série de discussões sobre a cultura alimentar.

A origem dos restaurantes nos transporta para o início da civilização humana, quando as feiras, onde se comercializavam e trocavam mercadorias, ocorriam muitas vezes em localidades distantes do lugar de moradia. Dessa forma, as longas viagens acarretavam na necessidade de alimentação pelo caminho, surgindo, assim, pessoas que faziam a comida para serem comercializadas durante o percurso da viagem, essa prática era realizada principalmente pelas civilizações egípcias, sumerianas e outros povos da Mesopotâmia (LEAL, 2007).

Franco destaca (2001) que na Idade Média, os mosteiros, verdadeiros celeiros de produtos agrícolas e de criação de animais, foram os responsáveis por abrigar viajantes para pernoitar, alimentar-se e tomar vinho, produzidos pelos monges. Era um serviço prestado em troca de donativos para a Igreja.

Foi na Europa que surgiram as primeiras casas de venda de alimento. Eram estabelecimentos que vendiam refeições prontas para serem levadas e consumidas em casa, eram conhecidas como *trateurs*, e que até hoje ainda persistem nas ruas de toda Paris. São dessa época as famosas *charcuteries*, onde os embutidos e as carnes cozidas eram servidas envoltas em massa crocante. Ainda em Paris, no ano de 1674, foi inaugurado o primeiro café, o Café Procope, que ainda hoje existe e mantém uma ótima clientela pela tradição (LEAL, 2007; FRANCO, 2001).

Estudos relatam que foi na França que surgiram as primeiras casas de restauração, estes estabelecimentos serviam caldos e outros pratos para restaurarem as forças perdidas em um dia de trabalho, entretanto a origem desses lugares é bastante controversa. Alguns autores, como Rebecca Spang (2000), em seu livro *"A Invenção do Restaurante"*, defendem que foi Marthurim Roze de Chanoiseau, francês e habitante de Paris, o verdadeiro inventor do primeiro restaurante. Após essa data esse tipo de estabelecimento começou a se multiplicar, fazendo surgir pratos centenários, como papas ou mingaus de aveia da Bretanha, os cremes de arroz muitas vezes aromatizados com flor de laranjeira e os queijos cremosos.

O primeiro restaurante com várias opções de pratos, com refeições preparadas individualmente foi inaugurado em 1782 por Beauvilliers, o qual havia sido *officer de bouche* do Conde de Provence. Beauvilleirs era um nostálgico e recebia apenas a aristocracia, um abuso para a época - à véspera da revolução - e que lhe acarretou uma prisão de um ano e meio. Mesmo com suas ideias reprimidas, abriu, logo que saiu da prisão, a Grande Taverna de Londres, onde servia a culinária inglesa com sucesso, o que lhe propiciou no final da vida a publicação do livro *"A Arte do Cozinheiro"* (FRANCO, 2001).

Ainda no século XVIII, floresceram outros grandes restaurantes, utilizados como espaços de discussões e conversas sobre o momento político da França pré-revolução. Um bom exemplo foi Meot, o qual servira o Duque de Orleans. Outros restaurantes, como o Café Conti e o Monsieur Véry, foram bem sucedido e mais tarde se uniram e viraram o *Grand Vefour*, que até hoje resiste ocupando o espaço sob as arcadas do *Palais Royal* (FRANCO, 2001). Observa-se que os restaurantes além de serem criados para alimentar e restaurar forças se tornou um espaço aglutinador de ideias, marcando as características pessoais e sociais de seus frequentadores.

Em outros países, o comércio de comidas populares também acontecia. Na Alemanha, com seus embutidos e chucrutes, pratos que marcaram a época, eram servidos nas Brauereien. Em Viena e na Alsácia, o comércio de alimentos acontecia acompanhado do chamado vinho novo. Na Espanha, as tapas eram servidas nas bodegas como pratinhos com azeite e folhas recheadas com feijões com caldo. Na Grécia, existiam as uzerias, tavernas e se destinavam à alimentação e repouso de viajantes, assim como os pubs ingleses que serviam bebida e comida. Na Itália, a *trattorie* - pequeno restaurante que servia vinhos e pratos rápidos - reuniam pessoas dispostas a pagar por

comida e boa bebida (FLANDRIN; MONTANARI, 1998).

Após a Revolução Francesa, foram muitos os “chefs” que surgiram. Do número de 100, os restaurantes passaram, após a Revolução Francesa, para aproximadamente 550 no período do império. Embora Napoleão, o imperador, não fosse considerado um gourmet, valorizava uma boa refeição como instrumento perfeito na prática da diplomacia, o que até hoje é valorizado nas mais diversas embaixadas mundo afora (FRANCO, 2001).

A palavra restaurante domina os mercados de toda a Europa e chega também ao novo mundo. O domínio da França na gastronomia mundial é representado por Scoffier, que também é responsável pela criação dos mais diversos postos em uma cozinha. Surgia o que hoje se chama de fichas técnicas, que traziam receitas e valores de ingredientes e deixavam os pratos padronizados em quantidade e custo.

No Brasil, já em 1599, em São Paulo, tem-se registro de uma espécie de restaurante para tropeiros, bandeirantes, religiosos que vieram para colonizar o Brasil (LEAL, 2007). Com o desenvolvimento do comércio, as feiras e mercados marcaram a atividade de alimentação na rua. Os escravos de ganho, negros que ganhavam dinheiro para seus donos, faziam diversas preparações culinárias nas casas de seus senhores e saíam às ruas para vender em tabuleiros ou mesmo em bancas fixas nos mercados e esquinas das cidades como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Até os dias de hoje, os restaurantes de mercado são atrativos para habitantes locais e estrangeiros em busca de uma cozinha de raiz (FREYRE, 1933).

Nosso primeiro grande salto no comércio de alimentos em restaurantes se deu com a chegada da família real portuguesa ao Brasil no ano de 1808. Os hábitos europeus até então pouco vistos na *terra brasilis*, trouxeram novas exigências de paladar e uma mudança cultural no desejo e necessidade de comer fora de casa. Novos “chefs” vieram de Portugal e com a abertura dos portos para o comércio passaram a chegar ingredientes antes impossíveis de serem encontrados.

As confeitarias e leiterias foram surgindo e marcando época na vida social e comercial das cidades mais prósperas. No Rio de Janeiro, o mais antigo restaurante é o Bar Luiz, datado de 1887 e que, até hoje, situa-se no mesmo lugar na Rua da Carioca no centro da cidade, bem como a Confeitaria Colombo, ainda existente, e que foi palco do desenrolar de muitas decisões marcantes para o nosso país. Em São Paulo, o primeiro restaurante, no sentido mais tradicional da palavra, surgiu em 1881 e foi fundado pelo italiano Carlo Cecchini que veio de Lucca, na Toscana o restaurante era o Carlindo e se localizava na famosa Avenida São João (LEAL, 2007).

Os emigrantes do final do século XIX e início do século XX foram os grandes responsáveis pelo salto de qualidade e quantidade de restaurantes no Brasil. Os italianos, em São Paulo, fizeram e fazem história com suas cantinas e/ou restaurantes mais sofisticados; os japoneses, da mesma forma, trouxeram a leveza e tradição de sua culinária milenar, culminando a partir dos anos 80 do século XX com uma grande quantidade de restaurantes orientais. No Rio de Janeiro, a presença marcante é de restaurantes portugueses, que desde a vinda da família real já se estabeleciam na cidade.

Em outras regiões, a cozinha regional brasileira era mais explorada, até mesmo pela falta de novos ingredientes que chegavam com mais facilidades no Sudeste. No Sul, as carnes dos fartos rebanhos bovinos e ovinos; no Norte, a fartura dos peixes de seus rios e as caças de suas florestas. No Nordeste, a grande faixa litorânea garantia um consumo de peixes e frutos do mar que iriam influenciar a abertura de casas especializadas nessa área, assim como as comidas do sertão com as carnes de bode e bovina salgadas e secas ao sol.

O hábito de comer fora de casa aumentou, e passou a ser além de um ato prazeroso, uma necessidade para muitos que trabalhavam ou estudavam, não dispondo de tempo para realizar suas refeições em casa. Assim, a alimentação doméstica passou a ficar para os finais de semana, sendo

necessária a utilização do serviço de alimentação, quer seja comercial ou institucional. O restaurante sempre desempenhou um papel importante na vida social e econômica de uma nação, ele disseminou novos sabores e saberes e atingiu pessoas com origens, classe social e conhecimentos diferentes (COLLAÇO, 2009).

O restaurante veio trazer mudanças culturais e de valorização das relações sociais, quer sejam profissionais, familiares ou mesmo de um grupo de estudantes. A instituição restaurante não limita a questão do gosto e do desejo de satisfazer uma vontade: cada tipo de restaurante tem uma função à qual se destina e tem um significado próprio que deve ser buscado e firmado facilitando as relações humanas com a alimentação. Restaurantes populares ou institucionais surgem no sentido de suprir necessidades de uma alimentação mais democrática e acessível.

3. O Restaurante Universitário como Espaço de Convivência entre Culturas e Costumes

No cenário acadêmico-universitário, os estabelecimentos de alimentação se apresentam com estruturas físicas que variam de grandes até pequenos espaços sejam: cantinas acadêmicas distribuídas em pontos estratégicos do campus universitário até restaurantes situados em edificações de grande porte.

No caso da UFC, a Coordenadoria do Restaurante e de Convivência é responsável pela administração do RU fornecendo refeições a baixo custo para atender às necessidades dos estudantes, professores e demais funcionários. O restaurante da UFC possui duas sedes. A primeira, que se localiza no Campus do Pici, com área que abriga produção e dois refeitórios. A outra, por sua vez, localiza-se no Campus do Benfica, possuindo um refeitório, que recebe a alimentação pronta em recipientes adequados.

O quadro de funcionários envolve 54 pessoas ligadas diretamente à UFC e 12 servidores terceirizados, que atuam nas áreas de Economia Doméstica, Contabilidade, Nutrição e Administração. Conta ainda com cozinheiros, auxiliares de cozinha, copeiro, armazenista, caldeireiro, auxiliar de serviços gerais, assistente administrativo, bolsistas do Programa de Bolsa de Assistência e da área de administração, além de estagiários do curso de Economia Doméstica, completando assim o quadro de funcionários.

O RU apesar de possuir capacidade para atender até 3000 refeições diárias, atualmente, serve cerca de 2500 pessoas para o almoço. Desse total, 280 são estudantes das residências universitárias, que são beneficiados com café da manhã e jantar gratuitos. Nos finais de semana, são enviados gêneros alimentícios para que os próprios estudantes realizem o preparo de suas refeições.

Assim, pode-se repensar a cozinha (e a culinária) como vetores de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido. Nessa perspectiva, passa-se a conceber o RU como um local de reuniões, encontros e convivência social, ajudando a descoberta de interseções de vidas, de interesses comuns, de identidades e diferenças de alunos locais e de alunos estrangeiros.

4. Hábitos e Costumes Alimentares de Alunos Africanos

(...) a comida fala da família, de homens e de mulheres [...]" (WOORTMANN, 2009, p.23).

A alimentação vai muito além de uma necessidade fisiológica, como destaca Woortmann (2009), aborda a relação da família e seus hábitos alimentares. A realização das refeições fora do ambiente doméstico influencia a criação de novos comportamentos. Ambientes onde a alimentação é produzida de forma praticamente industrial tornara-se para alunos estrangeiros espaço de

difícil adaptação aos temperos e sabores servidos diariamente.

A estrutura física do RU e as refeições servidas representam um lugar de sobrevivência alimentar para os alunos estrangeiros de origem africana, já que em outros espaços não conseguem estabelecer relações sociais, pois nada era convidativo, estar naquele espaço – RU, era diferente de sua cultura - desde o colorido das comidas ao cheiro e o jeito de prepará-las e servi-las, mas o aproximava do convívio com os demais alunos africanos.

Esses estranhamentos refletem-se na composição do cardápio semanal do restaurante que não leva em consideração a diversidade de nacionalidades e de preferências alimentares dos diversos alunos estrangeiros. A universidade através de projetos nacionais e internacionais incentivava a vinda desses alunos para dar continuidade a seus estudos, mas ao mesmo tempo não dispõe de projetos ou programas que representem culturalmente esses grupos, sejam em seus hábitos alimentares ou em outros aspectos de suas vidas.

A República de Cabo Verde é um arquipélago composto por 10 ilhas. Passou por uma crise econômica diante de sua frágil instituição e tenta, atualmente, reerguer-se. Desde os anos 50, luta por libertação. Em 1974, instaurou-se um governo de transição, mas, em 1975, conclui-se a independência do país, o qual tem como capital a cidade de Praia.

Em relação a São Tomé e Príncipe, é considerado um país insular, foi ocupado por portugueses em 1470. Muitas foram às rebeliões entre as etnias locais em decorrência da exploração econômica. Sua economia foi desenvolvida a partir das plantações de cana-de-açúcar e de café. Sua independência foi declarada em 1975.

Guiné Bissau também foi colônia portuguesa. É um país continental da costa ocidental da África e possui várias ilhas próximas ao continente. Explorado e violentado, o país declarou sua independência unilateralmente em 1972, sendo reconhecida pelo dominador apenas em 1975. Juntamente com Cabo Verde, foram as primeiras colônias a terem a independência reconhecida pelos portugueses.

Em nossa conversa inicial de caráter exploratório, realizada em ambientes da UFC constatou-se que os alunos participantes da pesquisa passam por muitas dificuldades, incluindo a alimentação. Apesar do valor mínimo de R\$ 1,10 cobrado pelas refeições no RU, muitos estudantes não possuem condições financeiras de realizar o pagamento diariamente. Já que a isenção do pagamento pelas refeições é dada somente para alunos que moram nas residências universitárias. Outra dificuldade, no que concerne à alimentação, é que os homens de alguns grupos dos países mencionados não possuem familiaridade com o ambiente doméstico, no caso a cozinha apresentando dificuldades em preparar suas refeições em casa.

Na sistematização das entrevistas e dos questionários foi possível compreender a diversidade de hábitos alimentares existentes nos países de língua portuguesa. Alunos de Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe relataram a diversidade de temperos e modos de preparados dos diferentes pratos consumidos cotidianamente. Nos depoimentos é possível identificar as manifestações da cultura alimentar de seus países. Em Guiné Bissau, Amílcar Cabral (2012) relata o cotidiano alimentar quando estava em seu país:

Pela manhã se come o pão, feito com farinha de trigo, destes que se tem no Brasil, Cuscuz de milho, de arroz e de farinha de mandioca, o que eu mais gosto. Come-se também Bata doce. Ao meio dia a comida é à base de arroz, peixe, legumes e verduras, até o macarrão é consumido. À noite come-se macarrão com pão, Cuscuz de milho, arroz ou farinha de mandioca e batata.

Pimenta (2012) também de Guiné Bissau ainda explicita que:

Muita gente pela manhã come pão com leite ou com suco importado de outros países, toma-se vinho e muitas outras coisas. Come-se mesmo o arroz porque é o mais consumido. Na hora do almoço, aí é arroz para todo mundo, os africanos tem esse hábito de consumir só arroz, mesmo que misturado com peixe ou carne. E no jantar têm os que comem arroz, têm os que comem macarrão e tem também quem come (toma) sopa.

Em São Tomé e Príncipe o ritual da alimentação tem variações. Segundo Miranda (2012)

Comumente, no café da manhã come-se o resto do jantar, caso não haja sobra da refeição da noite é preparado uma canja, uma espécie de pirão da farinha de mandioca, fubá, cuscuz, café com leite ou chá. Se tiver pão feito com trigo, ele não substitui outros pratos, mas é um agregado da refeição. Batata doce, mandioca, inhame, banana, fruta pão, arroz e macarrão são preparados de diversas formas para se degustar em qualquer refeição do dia. Entre as refeições não se percebe muitas diferenças. Banana cozida acompanhada de molho de peixe ou carne, mandioca, inhame, batata doce, etc., são pratos que separadamente compõe uma refeição. Arroz é presente na culinária Sãotomense, mas não é consumido todos os dias. Em alguns casos não se consome arroz por semanas, uma vez que muitos outros pratos o substitui. No jantar não se percebe muita diferença, em muitas das vezes é preparada no almoço uma quantidade de comida suficiente para ser consumida no jantar.

Esta relação se explicita diferentemente em Cabo Verde, revelando um cotidiano alimentar diferenciado dos demais países apresentados. Maria revela que “de manhã come-se pão de farinha de trigo, leite com café, queijo ou fiambre. No almoço arroz, legumes, carne ou peixe. À noite, às vezes, o mesmo que no almoço ou parecido, outras apenas leite com um lanche”.

Em São Tomé e Príncipe, foi especificado por Miranda (2012) que, “[...] a diferenciação de pratos acontece nos primeiros 3 anos de vida, após esse período em geral comem o mesmo que os outros integrantes da família”. Em Cabo Verde Maria afirma que:

As crianças comem pão, leite, fruta, arroz, peixe, carne, ovo, cereais, papas, sopas, batata frita, bolachas, sucos, cachupa. Muitos adultos comem cachupa, feijão, carnes, peixe, ovos, arroz, legumes, verduras, sopa, pão, café, chá, frutas, fritos, sucos. O idoso come o mesmo que os adultos, talvez comam mais papas, sopas, canja.

A preparação dos alimentos também possui rituais específicos. Sobre o cotidiano da elaboração e consumo dos alimentos os estudantes expuseram que de segunda a sexta em Guiné Bissau, o frango tem lugar de destaque na cozinha, preparações como cafriela a base de frango, limão, cebola, pimentão, cheiro verde e alho levando ao cozimento e posteriormente ao forno são servidos tradicionalmente.

Durante a semana alguns hábitos alimentares sofrem algumas modificações, como retrata Pimenta (2012) um dos alunos entrevistados: “Durante a semana as comidas consumidas variam, às vezes é caldo de peixe, feito com peixe, pimenta malagueta, caldo de galinha industrializado, óleo de soja, tomate, cebola e limão-cravo, às vezes se come cafriela”.

Em São Tomé e Príncipe, Miranda (2012) fala que o: “[...] cozido de banana com peixe, que leva banana, peixe, tomate, cebola, alho, óleo ou azeite de palma (dendê), pimentão, pimenta malagueta e limão”.

Nos finais de semana, em Guiné Bissau, Amilcar Cabral (2012) afirma que: “[...] não existem

especificamente pratos para o final de semana”. Já para Pimenta:

(...) Nos fins de semana o prato mais consumido pelo Guineense é o caldo de mancara (amendoim) feito com amendoim cru e torrado, passado no liquidificador com água, depois peneira para coar, os ingredientes são: carne de boi, cebola, alho, pimenta do reino, pimenta malagueta, tomate, caldo de galinha industrializado e limão-cravo.

Em Cabo Verde como relata Maria (2012) nos finais de semana o:

(...) Cachupa (nas zonas rurais pode ser durante a semana, mas somos urbanos e normalmente é durante o fim de semana), leva milho, feijão, carne de porco salgada ou fresca, atum, legumes (couve ou repolho), polpa de tomate, e outros temperos. Põe-se em uma panela média com mais da metade de água para aquecer, depois junta-se o milho e o feijão e deixa-se ferver até secar a água. À parte prepara-se a carne temperada que vai refogar ao lume. Depois junta-se mais água, a cachupa e adiciona-se os legumes e a carne.

Sobre a origem desses alimentos, é interessante destacar o que dizem os informantes fazendo menção às origens de produção e fabricação dos mesmos. Na Guiné Bissau, segundo Amílcar Cabral (2012) e Pimenta (2012)

O arroz, milho, feijão, alface, tomate, cenoura, repolho, mandioca, batata doce, milho, cebola, cenoura, quiabo, jiló, pepino, abobora são produzidos no ambiente familiar. Dentre os industrializados temos o macarrão, salsicha, óleos vegetais, arroz, farinha de trigo, macarrão, carne de lata, sardinhas em lata, caldo de galinha, e importados o alho e frutas como maçã, uva, pera, morango e melancia.

Em São Tomé e Príncipe, de acordo com Miranda (2012)

A banana, milho, inhame, batata, mandioca, verduras, legumes, frutas, pimentas, óleo de coco, óleo de palma (dendê) são produzidos em ambiente familiar. Em alguns casos pescam e caçam, criam cabra, porco, galinha, ovelha e pouco gado. É de salientar que o feijão é cultivado juntamente com outros produtos do campo. Quando aos alimentos industrializados como em Guiné Bissau, consumimos o arroz, carnes enlatadas, farinha de trigo, óleo de soja.

No Cabo Verde, Maria acrescenta que os cabo-verdianos consomem também algumas verduras e legumes, criações de animais, como porco, cabra, gado, galinha produzidos no ambiente familiar além do pescado. Os produtos industrializados se resumem as conservas (peixes, carnes, grãos, feijão, milho verde, ervilha).

Ao analisar a cultura alimentar de um povo, é interessante identificar que toda cultura tem suas peculiaridades na alimentação. Os hábitos alimentares contribuem para a diferenciação das camadas sociais, muitas vezes, manifestadas no mesmo espaço social. As diferenças são frutos de uma formação cultural diversa e singular em seus princípios. Muitos alimentos comuns a uma cultura são discriminados em outra, o que se pode ou não comer, como se deve comer e em quais situações e em que época ou fase da vida.

Existem, entre as mais diversas culturas alimentares, proibições nos diferentes grupos nacionais, étnicos, tribais ou regionais, sempre de acordo com suas tradições, decidindo-se o que deve

ou não comer. Os hábitos alimentares identificam um povo e muitas vezes uma mudança torna-se difícil com uma adaptação penosa e demorada.

Essas diferenciações refletem no tipo de clientela presentes nos restaurantes, sejam comerciais ou institucionais. Às vezes, em um determinado local não é servido uma alimentação adequada para seus clientes ou o administrar ou responsável pela preparação dos cardápios não observa as diferenças que existem entre os seus comensais.

Na atualidade, nos serviços de alimentação a identificação das preferências alimentares é uma preocupação constante. Muitos restaurantes dispõem de muitas opções de refeições. A rigor, em se tratando de restaurantes institucionais, as diferenças devem ser estudadas e analisadas por profissionais especializados e que busquem uma forma eficaz de aparar estas arestas, buscando servir uma comida que agrade e satisfaça a todos, sem distinção.

Percival Maricato (2009) em seu artigo *"Panorama Atual do Mercado de Restaurantes no Brasil – Gastronomia e Restaurantes: Globalização, Mercado e Tendências"* reflete que:

[...] Deve-se considerar ainda as alterações ditadas pela globalização e pela evolução tecnológica, cada vez mais acelerada. Diz-se que, a cada dezoito meses, são geradas tantas informações como em todo o período anterior da existência do Homem. Essa dinâmica implica alterações no marketing, na gestão, nos produtos, nos serviços, nos comportamentos, nos valores, entre outros, incluindo a gastronomia (p.128.).

Logo, acredita-se que o cardápio deve ser elaborado respeitando as diferenças e identificando os hábitos alimentares da clientela. É uma questão de responsabilidade social ou mesmo ética no serviço, uma comida não é considerada boa só por ser bem feita, mas boa se for bem feita e se for consumida com satisfação.

Diante desse panorama e com a falta de identificação com os alimentos comercializados no RU, os próprios alunos africanos já se ofereceram para fazer pratos típicos de seus países e assim, mostrar um pouco de sua cultura culinária. Os pratos escolhidos seriam aqueles mais simples com sabores aproximados com o paladar da gastronomia brasileira. Um exemplo, de refeição que foi preparada por alunos nas dependências da universidade foi a Cafriela, prato da cozinha de Guiné Bissau a base de frango e alguns temperos. No decorrer da elaboração dos pratos, como será demonstrado posteriormente, observou-se que a cozinha africana guarda semelhanças com a nossa cozinha nacional brasileira e possui sabores marcantes e aromas fortes e convidativos, que abrem o apetite.

5. Refazendo a Cozinha e Revivendo Hábitos Alimentares Africanos

A mesa posta com fartura, numa mistura da cozinha nacional brasileira com a cozinha nacional dos países de origem africana tornou-se espaço de extensão da universidade, indo além das dimensões do RU para um momento onde se consolidaram ideias e temperos resultando em momentos de troca cultural, reafirmação de identidades e diferenças, além do desejo de uma relação autêntica entre a comunidade acadêmica e os espaços da universidade.

Em um domingo ensolarado e com toques do clima africano os estudantes foram convidados a preparar seus pratos prediletos. A cozinha foi feita de uma forma generosa com a participação de todos, paralelamente era possível observar conversas informais sobre a cozinha, mercados e feiras e os tipos de plantações que davam origem aqueles alimentos.

Os alunos de São Tomé e Príncipe apresentaram uma refeição à base de peixe chamada "Peixe no Molho no Fogo" que é preparada com peixe defumado e com peixe salgado. Esse prato tam-

bém é comum em Guiné-Bissau, mas estranho para alunos de Cabo Verde. Um dos pratos que mais chamou atenção foi a “Cafriela”, que é preparada á base de frango em dois tipos de cocção, guisada e depois assada e servida com o molho do guisado como pode ser observado no quadro 1.

RECEITAS ELABORADAS POR ALUNOS DE CABO VERDE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E GUINÉ BISSAU		
PRATO	INGREDIENTES	MODO DE PREPARO
Cafriela	1 frango inteiro; 100g de cebola cortada em cubos; 50g de alho; 100g de pimentão verde em cubos; 30g de pimenta de cheiro; 20g de pimenta malagueta; 100g de tomate; 4 limões-cravo; 1 molho de salsa; 2 tabletes de caldo de galinha.	- Em uma panela cozinhe o milho e feijão, depois adicione os demais temperos e deixa cozinhar até secar a água. - À parte, refoga as carnes ao lume e cozinhas com temperos. - Depois junte a Cachupa (milho e feijão), a carne, os legumes e mais água, deixa cozinhar.
Caldo de Mancara	1Kg Carne bovina sem gordura; 100g de cebola cortada em cubos; 20g de alho picado; 80g de pimentão em cubos; 30g de pimenta malagueta amassada; 100g de tomate em cubos; 3 limões-cravo; 2 tabletes de caldo de galinha; 1Kg de amendoim cru com casca.	- Cozinhe a carne com todos os temperos, menos a malagueta e o limão, em uma panela de pressão por cerca de 1 hora; - Descasca o amendoim cru e coloca para assar no forno médio a 180°C por 20 minutos depois liquidifique com 500ml de água. - Coar o amendoim e adicionar ao caldo com a carne cozida, a pimenta malagueta e o suco dos limões-cravo; - Deixe cozinhar em fogo baixo até que o molho fique mais espesso.
São Tomé e Príncipe Peixe no Molho no Fogo	1 Kg de peixe defumado ou salgado; 20g de tomate em cubos; 100g de cebola em cubos; 1 maço de coentro picado; 3 folhas de louro; 800g de berinjela cortada em cubos; 3 limões; 20g de pimenta malagueta amassada; 30ml de óleo de dendê.	-Cozinhar a berinjela, com os demais ingredientes formando um molho; - Em uma assadeira dispor os pedaços de peixe e sobre o peixe adicionar o molho de berinjelas; - Levar ao forno médio, 180°C, para assar por 20 minutos

Cachupa de Cabo Verde	500g de milho; 500g de feijão marrom; 1kg de carne de porco salgada ou defumada cortada em pedaços médios; 1 lata de atum; 8 folhas de couve verde; 40g de repolho; 300ml de polpa de tomate; 100g de cebola; 100g de tomate; 100g de pimentão; 30g de alho; 10g de pimenta malagueta.	- Em uma panela cozinha o milho, feijão e os demais temperos e deixa cozinhar até secar a água; - À parte refoga as carnes ao lume, e deixa cozinhar com temperos; - Junte ao final a Cachupa (milho e feijão), a carne, os legumes e mais água, deixa cozinhar e ajusta-se os temperos como sal e pimenta do reino.
-----------------------	---	--

Quadro 1 – Refeições preparadas por alunos africanos

Fonte: Gondim, 2012.

A “Cachupa”, prato da cozinha de Cabo Verde se identifica na cozinha nordestina brasileira com o “Munguzá salgado”, que é feita com milho e feijão cozidos e acrescentados de carnes salgadas de suíno, além de levar legumes como, repolho, couve, mandioca e outros temperos. Ainda da Guiné foi apresentado um cozido de carne com quiabo que leva entre os temperos azeite de dendê e muita pimenta malagueta e limão. Aliás, a pimenta malagueta é um ponto em comum nas cozinhas apresentadas, o que dá um toque de originalidade às preparações culinárias. A figura 1 demonstra os pratos preparados pelos alunos africanos e pelo grupo de trabalho do curso de gastronomia da UFC.



Figura 1 – Pratos Cachupa, Cafriela, Peixe ao molho de fogo e Caldo de Mancara

Fonte: Gondim, 2012

Todos os pratos, independente do país de origem são acompanhados por um arroz branco feito de forma bem simples e com um mínimo de temperos e pouco sal.

Ficou claro durante a vivência, o desejo dos alunos africanos de participarem mais ativamente da vida acadêmica e dos espaços disponibilizados pela universidade, tanto no sentido do formal como do informal, criando espaços de convivência fraternos com alunos brasileiros, professores funcionários e gestores dos diversos departamentos da instituição.

Em certos momentos foi relatado o sentimento de abandono que passa pela falta de recepção dos alunos quando aqui chegam ao Brasil, assim como um acompanhamento de sua adaptação na universidade e na vida social.

Ressaltaram, a forma festiva como tratam a comida e a mesa africana. Com todos os povos do mundo, o africano tem na mesa um local de congregação e solidariedade.

Ficou claro que eles necessitam de mais momentos de comunhão, com os demais alunos e funcionários da UFC. A ansiedade e calor, demonstrados durante o preparo e degustação do banquete africano, demonstrou a simpatia, valorização e empenho em se sentirem inseridos na sociedade brasileira, incluindo aqui a academia.

6. Considerações Finais

O aparecimento da instituição do restaurante fez despertar na sociedade humana a necessidade de criar espaços que contribuíssem para desenvolvimento humano. O restaurante vem assim surgindo, não só como espaço de alimentação, mas um lugar de discussões e troca de ideias que valorizem o homem e o seu meio.

Os restaurantes comerciais tiveram grande desenvolvimento, novos cardápios, novas formas de comer, variedades de preparações e tipos de estabelecimentos. Surgem os *Fast Foods*, a alimentação por quilo, a *Nouvelle Cuisine* Francesa e sua preocupação com os ingredientes e suas formas de preparo. Da mesma forma, os restaurantes institucionais passam a ser mais bem estruturados, a merenda escolar, a alimentação de idosos, a comida de quartéis, e presídios tudo passa por uma intervenção, estudos e pesquisas que buscam melhorias nos produtos e serviços oferecidos.

Apesar do grande avanço na qualidade e quantidade das refeições servidas diariamente, pode-se com o resultado do represente trabalho compreender que ainda faz-se necessário avanços nas opções de refeições oferecidas no restaurante universitário da UFC. Com a criação de programas e projetos que incentivam os intercâmbios acadêmicos com diversas instituições de ensino pelo mundo é importante buscar inserir dentro do cotidiano da universidade espaços de vivência que permitam que o estudante passe pelo processo de adaptação de forma mais tranquila.

À mesa, espaço tradicional de confraternização e interação de seres humanos, ficou claro a satisfação apresentada pelos alunos africanos de poder pela primeira vez apresentar um pouco de sua cultura através da culinária para alunos, professores e demais funcionários da universidade oportunizando a troca de experiências gastronômicas entre a cozinha brasileira e a africana.

Referências

COLLAÇO, Janine Leicht . **Mudanças Conceituais dos Restaurantes**. Gastronomia: cortes & re-cortes. Nancy de Pilla Montebello e Janine Leicht Collaço (org.) 2ª Ed. Brasília: Editora Senac, 2009.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI , Massimo. **História da Alimentação**. Tradução Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRANCO, Ariovaldo. **De Caçador a gourmet: uma história da gastronomia**. 2ª Ed. Ver. – São

PAULO: Editora Senac, 2001

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande e Senzala**. São Paulo , Editora Record, 2001

LEAL, Maria Leonor. **A História da Gastronomia**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, janeiro-junho de 2004, n. 33, p. 25-3

MARICATO, Percival. **Como Administrar Bares e Restaurantes**. São Paulo, Editora Senac, 2002.

SPANG, Rebecca. **A Invenção do Restaurante**. São Paulo, Editora Record 2000

WOODWARD, K., Identidade e Diferença: uma introdução teórica conceitual in: Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis , RJ. : Vozes , 2000

EDUCADORES AMBIENTAIS E COMUNIDADE QUILOMBOLA EM BUSCA DA ECOLOGIA DE SABERES

MARCOS MORAES VALENÇA
RODOLFO JORGE BEZERRA

Resumo

A pluralidade do ser humano se apresenta nas mais diversas formas, dos mais diversos modos, porém a sociedade, na busca de um senso comum do que é certo ou errado, submete uma pressão excludente nas culturas que não estejam adequadas aos padrões formulados pela cultura ocidental europeia. Essa imposição sistemática, e dita elitizada, provoca uma perda de identidade cultural por parte das comunidades tradicionais afro-indígenas, que se vêem descrentes quanto à continuidade e promoção de seus modos e costumes. Abordar esse tema traz à luz o observar e cuidar do Outro, socialmente excluído, sem voz ativa e que se vê marginalizado à cultura alheia. Este trabalho busca essa discussão e traz a tona a necessidade de ser debatido, compreendido e divulgado, nas mais diferentes formas de promoção, a verdadeira cultura afrobrasileira que vem se perdendo com o passar do tempo. O trabalho apresenta o olhar da academia, seja pelo docente e pelo discente do curso superior de Gestão Ambiental e como essa relação com o outro excluído pode ter tanta ligação no que se diz respeito à cotidiano, conhecimento e aspectos socioambientais, através da interação academia x comunidade e a realização de atividades de intervenção junto com as lideranças e crianças quilombolas.

Palavras-chave: Ecologia de saberes, Movimento quilombola, Educação ambiental.

Abstract

The plurality of the human being is presented in various forms, in many different ways, but the society in pursuit of a common sense of what is right or wrong, puts an exclusionary pressure on crops that are not appropriate to the standards formulated by the western European culture. This systematic imposition, and said elitist, causes a loss of cultural identity by the traditional African-indigenous communities that have been disbelievers regarding the continuity and promotion of their manners and customs. Addressing this issue brings to light the observe and take care of the other, socially excluded, voiceless and marginalized towards each other culture. This work seeks this discussion and brings out the need to be discussed, understood and disclosed in the most different forms of promotion, the real Afro-Brazilian culture that has been lost over time. The work presents the academy look, either by the teacher and the graduation student in Environmental Management and how this relationship with the other excluded can have as much connection as it relates to daily life, knowledge and environmental aspects through the interaction academy x community and carrying out intervention activities together with leaders and maroon children.

Keywords: Knowledge of ecology, Maroon movement, Environmental education.

1. Introdução

Não é novo afirmar que a ciência moderna ocidental é reconhecida socialmente como um conhecimento absoluto, superior a outros conhecimentos e saberes, e se posiciona como o único detentor da verdade, oriundo da produção eurocêntrica do conhecimento no sistema-mundo. Esse comportamento expresso pela ciência ainda é mantido na contemporaneidade devido à colonialidade que produz, sob o seu comando: a hierarquização, inferiorização e subalternização de grupos sociais com os seus respectivos saberes.

Para contribuir com essa premissa do padrão global, esse sistema produz intencionalmente a invisibilização e exclusão de grupos sociais com suas culturas, práticas e saberes. Grupos que na escala hierárquica do sistema-mundi posicionam-se no Sul Global, na periferia, no entorno, pois o mundo é planejado e comandado pelo homem branco, europeu, heterossexual, cristão, e o que for diferente desse padrão passa a ser o Outro.

Nessa perspectiva, esse outro, o não europeu, deve possuir como meta atingir o ponto máximo civilizatório: tornar-se europeu, sair da condição de “primitivo” para a de “civilizado”, num processo linear de “evolução”.

Como um dos objetivos para combater essa invisibilização desse Outro, Boaventura de Souza Santos nos apresenta a sociologia das ausências e das emergências, ecologia de saberes e justiça cognitiva, que iremos abordar a seguir.

Fazemos parte de um processo de formação de educadores ambientais¹ no curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Uma das discussões desde a construção inicial do curso – que possui 15 anos de existência – é de que deveríamos formar o gestor ambiental enquanto educador ambiental, por se tratar de uma atribuição fundamental para cuidar do meio ambiente.

Acreditamos que o educador ambiental, em seu processo de formação, precisa conhecer e aprender, de forma crítica, com a diversidade social, ambiental e cultural.

O nosso país é o exemplo melhor sobre diversidade, a partir de seu nascimento, segundo Kabengele Munanga:

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades: os povos indígenas de diversas origens étnicas, os europeus de diversas origens étnicas, os africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturais, os orientais de diferentes origens, todos, sem exceção, deram suas notáveis contribuições para a formação do povo brasileiro, para a construção de sua cultura e de sua identidade plural. (MUNANGA, 2010: 47)

Nesse contexto de diversidade cultural e socioambiental, os movimentos sociais possibilitam uma rica troca de experiências. Dentre esses movimentos sociais, destacamos o movimento quilombola.

Sabemos que os movimentos sociais lutam por causas sociais e seus respectivos direitos. O movimento quilombola volta-se a uma questão central: a terra. Ao lutar por terra, paralelamente está-se reivindicando por produção, trabalho, educação, saúde, cultura. Ou seja, trata-se de uma luta, sobretudo, socioambiental. Destaque-se a afirmação de Roseli Caldart:

Lutar pela terra é lutar pela vida em sentido direto, literal, sem mediações. A terra que se quer conquistar é, ao mesmo tempo, o lugar de trabalhar, de produzir, de morar, de viver

¹ Um dos autores é educador e o outro, educando no curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

e de morrer (voltar à terra), e também de cultuar os mortos, principalmente aqueles feitos na própria luta para conquistá-la. (CALDART, 2004: 354)

Nesse contexto referente às comunidades quilombolas, dentro da diversidade cultural, faz-se necessário nos posicionarmos sobre qual o conceito de cultura que nos referendamos. Partimos da compreensão do conceito de cultura antropológico, que Isaura Botelho afirma como:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”. (...) A cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001: 3-4).

A cultura quilombola passou a ser estudada e vivenciada pelos educandos de Gestão Ambiental.

Ao fazermos parte do processo de formação de educadores ambientais consideramos essencial promover o contato entre os educandos e os sujeitos dos movimentos sociais, excluídos na hierarquia social e cultural e invisibilizados, apesar de possuidores de saberes e epistemologias próprias.

Daí, perguntamos: Por que ultrapassar os muros escolares e levar educandos de gestão ambiental a um quilombo? O que contribui para a formação de um educador ambiental conhecer uma cultura quilombola? Qual a importância de promover o contato com esse sujeito invisibilizado e excluído socialmente e culturalmente?

Hipótese: Acreditamos que o contato entre culturas distintas e distantes, como um espaço de educação formal, como o IFPE, e uma comunidade quilombola como o quilombo Siqueira – Rio Formoso-PE, num processo de educação ambiental, possibilita a ecologia de saberes.

Objetivos:

Analisar a educação ambiental crítica no processo de formação dos educandos;

Analisar a importância de promover, através do diálogo intercultural, a troca de saberes com comunidade quilombola para a formação do educador ambiental;

Analisar a efetivação da ecologia de saberes no processo de formação dos educadores ambientais.

2. Ecologia de saberes e justiça cognitiva na formação de educadores ambientais

Destaque-se que dentro dessa discussão sobre a continuidade do processo de colonização e dominação entre grupos sociais nos dias presentes, Maria Paula Meneses, aborda sobre a colonização epistêmica e revela o seu teor discriminatório e excludente:

Uma das expressões mais claras da colonialidade das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e formas de discriminação. Os grupos identitários considerados inferiores, ou seja, os que estão nos escalões mais baixos da hierarquia etno-racial estão normalmente associados a imagem e representações negativas. (MENESES, 2003:72)

A colonialidade expressa a permanência do colonialismo nos dias presentes (tempo pós-colonial), e produz uma relação entre sujeitos e contextos de hierarquização e subalternização social, política, econômica, geográfica, cultural, religiosa e epistemológica, dentre outras. Nesta discussão exposta, há o subalterno produzido como um ser inferior, considerado o Outro, um ser excluído do sistema-padrão que se distancia desse lugar de enunciação eurocêntrico.

A ciência moderna ocidental se apresenta com um exclusivismo epistemológico, como uma monocultura do saber que gerou hierarquias epistêmicas e sociais, subalternizando grupos sociais, produzindo violências e destruições e aniquilando culturas seculares, ricas na diversidade e nos múltiplos significados. Genocídios e epistemicídios (Santos, 2006) se proliferaram no Norte e Sul Global.

Essa ciência moderna ocidental rivaliza com conhecimento denominado de “local”, “periférico”, “alternativo”, classificado de limitado e monolítico, restrito àquelas pessoas e àquele lugar, que não ultrapassa aquele espaço nem aqueles sujeitos, em que não há aplicação fora dali, ou seja, não saber (SANTOS, NUNES e MENESES, 2004). O saber tradicional é baseado na ideia de que é prático, gera experiências exóticas e ocorre no local.

A ciência moderna não reconhece nem valoriza outras formas de conhecimento, provoca uma hierarquização entre conhecimentos e produz uma injustiça cognitiva. Destaque-se que a injustiça cognitiva está associada à injustiça social.

A injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva. Isto é particularmente óbvio à escala global já que os países periféricos, ricos em saberes não científicos, mas pobres em conhecimento científico, viram este último, sob a forma da ciência econômica, destruir as suas formas de sociabilidade, as suas economias, as suas comunidades indígenas e camponesas, o seu meio ambiente. (SANTOS, 2008: 54)

Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, a sociologia das emergências amplia simbolicamente os saberes, práticas e agentes, identificando neles as tendências de futuro. Nasce uma imaginação sociológica para tentar detectar as possibilidades de esperança e deixar claras as ações que promoverão a concretização dessas condições, atuando sobre as possibilidades e capacidades. A sociologia das ausências está relacionada às experiências sociais e a sociologia das emergências, às expectativas sociais.

Boaventura Santos afirma, ainda, que “o privilégio epistemológico que a ciência moderna se arroga pressupõe que a ciência é feita no mundo, mas não é feita de mundo.” (SANTOS, 2006: 138).

Repensar a forma pela qual a ciência moderna se relaciona epistemologicamente com os conhecimentos não científicos possibilita a produção da ecologia dos saberes. Esta nasce como um ato de luta cultural, como um alerta a respeito dos privilégios epistemológicos e das desigualdades existentes entre os conhecimentos em nossa sociedade. Conhecimentos valorizados hierarquicamente de forma desigual.

A ecologia de saberes centra-se nas relações entre saberes, nas hierarquias e poderes que se geram entre eles. O objetivo de criar relações horizontais entre saberes não é incompatível com a existência de hierarquias concretas e fixas no contexto de práticas de saber concretas. Aliás, nenhuma prática concreta seria possível sem tais hierarquias. O que a ecologia de saberes combate são as hierarquias e poderes universais e abstractos, naturalizados pela história e por epistemologias reducionistas. Ao contrário das epistemologias modernas, a ecologia de saberes não só admite a existência de muitas formas de conhecimento, como parte da dignidade e validade epistemológica de todos eles e propõe que as

desigualdades e hierarquias entre eles resultem dos resultados que se pretendem atingir com uma dada prática de saber. É a partir da valoração de uma dada intervenção no real em confronto com outras intervenções alternativas que devem emergir hierarquias concretas e situadas entre os saberes. (SANTOS, 2006: 359-360)

A ecologia dos saberes:

É um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegmonica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstracto, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes. (SANTOS, 2006 :154)

Compreender a ecologia dos saberes é possuir o entendimento de que todo conhecimento é parcial e situado e fazemos parte de um mundo de pluralidades e diversidade epistemológica. Assumirmos a diversidade epistemológica é renunciarmos a uma epistemologia geral (SANTOS, 2006).

Segundo o pensador português, a ecologia de saberes é chamada de ecologia por haver um reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, destacando a autonomia de cada saber e a articulação existente. Entre os saberes uma interrelação e uma interdependência; o conhecimento é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento (SANTOS, 2006).

Destacamos a importância de reconhecer, também, a ignorância, como afirma Santos: “A ecologia de saberes permite-nos ter uma visão mais ampla, tanto do que conhecemos, como do que desconhecemos. O importante é darmos conta do que não conhecemos como nossa ignorância, e não como ignorância em geral.” (SANTOS, 2006:363).

Sublinhamos a necessidade da vigilância epistemológica como um ato de autorreflexão devido à existência de múltiplas bússolas.

Na ecologia de saberes a vontade é guiada por várias bússolas com múltiplas orientações. Não há critérios absolutos nem monopólios de verdade. Cada saber é portador da sua epistemologia pessoal. Nestas condições não é possível seguir uma só bússola. É preciso avaliar a possível contribuição de cada uma em diferentes áreas, ou momentos ou para diferentes objectivos. A distância relativa em relação aos guias é um factor de consolidação da vontade. As escolhas permanentes resultam de que nenhuma intervenção no real, a partir de um só tipo de conhecimento, tem acesso à realidade toda. (SANTOS, 2006: 365)

Todas as formas de conhecimento são válidas. Ao se debater sobre a ecologia dos saberes, é essencial trazer ao debate o diálogo. Quanto a esse tema, Santos afirma que:

Deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo e o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes e um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. (SANTOS, 2003: 16)

A ecologia de saberes possibilita a produção de uma justiça cognitiva e social e para a sua existência faz-se necessário o diálogo e o respeito à diversidade de culturas distintas que juntas, em tal processo, contribuem para emancipações sociais. Discutir a respeito da ecologia de saberes é afirmar que se trata da epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva.

Justiça cognitiva é um ato de relacionar-se, gerando respeito entre os distintos saberes, oriundos de contextos diversos, desconsiderando privilégios, hierarquias e desigualdades. “O conceito de justiça cognitiva assenta exactamente na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo académico à diversidade epistémica no mundo” (MENESES, 2009: 235).

O conceito de justiça cognitiva é contra-hegemônico: “A justiça cognitiva, enquanto nova gramática global, contra-hegemônica, reclama, acima de tudo, a urgência da visibilidade de outras formas de conhecer e experimentar o mundo, especialmente dos saberes marginalizados e subalternizados” (MENESES, 2009: 236).

Comungamos da afirmação de Ramon Grosfoguel (2009): o Sistema-Mundo deve ser descolonizado epistemologicamente, pois o subalterno – sujeito periférico, como, por exemplo, o quilombola, tem de ter direito à voz e a ser escutado. De acordo com o pesquisador porto-riquenho, os saberes do subalterno são excluídos, omitidos e silenciados. Saberes considerados híbridos e transculturais que, segundo o autor representam formas de resistência.

Segundo Valença (2015):

Considero de suma importância enfatizar o subalterno como possuidor de saberes resistentes, oriundos de sua trajetória e condição de oprimido e excluído. Saberes produzidos nesse caminho. Saberes, portanto, relevantes em um diálogo com outros saberes. Mas com isso não quero considerá-lo como o detentor do maior dos saberes, apenas retirá-lo da condição de inferiorização e desprezo a qual lhe é imposta e chamar a atenção de que pode contribuir para uma melhor compreensão da realidade. (VALENÇA, 2015: 25)

Comungamos da perspectiva epistêmica posicionada do lado do subalterno, proposta por Ramón Grosfoguel (2009), com a possibilidade de criar uma perspectiva crítica, por considerar necessário descolonizar a epistemologia e o cânone ocidentais, com o intuito de produzir uma justiça cognitiva e social. Essa perspectiva epistêmica parte de lugares étnico-raciais subalternos e pode gerar uma teoria crítica descolonial radical.

Paulo Freire (1987) afirma que no processo de opressão o oprimido (subalterno) pode se desvincular dessa opressão, através do processo de desalienação. Ao referir-se ao conhecimento dos camponeses – que ele chama de natureza “experencial” – o educador sublinha que este conhecimento está condicionado:

Suas atitudes, por exemplo, em face da erosão, do reflorestamento, da semeadura, da colheita, têm que ver (precisamente porque se constituem em uma estrutura e não no ar) com suas atitudes com relação ao culto religioso, ao culto dos mortos, à enfermidade dos animais e à sua cura, contidas estas manifestações todas em sua totalidade cultural. Como estrutura, esta totalidade cultural reage globalmente. Uma de suas partes afetada provoca um automático reflexo nas demais. (FREIRE, 1987: 34)

Ao se basear nos conhecimentos produzidos pelos ativistas dos movimentos sociais, no processo de luta, Escobar (2003) chama a atenção de que o não acadêmico vem contribuindo para que o senso comum tenha passado para o primeiro plano. O autor enfatiza a importância do sen-

so comum para a ciência, para o subalterno e para a sua epistemologia.

Leff reconhece o conhecimento tradicional das comunidades camponesas, indígenas e afro-descendentes e ressalta a importância de que para essas comunidades se fortalecerem precisam possuir o conhecimento científico pois passam a adquirir uma competência técnica, cultural, administrativa e financeira no processo de auto-gestão em micro-organizações sustentáveis (LEFF, 2006).

Muniz Sodré apresenta a descolonização da crítica, destacando que a consciência crítica não é privilégio exclusivo dos detentores de educação formal:

Pois bem, no quadro de uma teoria crítica da sociedade – entendida como a recusa de redução da realidade ao mero existente e como orientação social no sentido das possibilidades de transformação e passagem – descolonizar o processo educacional significa liberá-lo, ou emancipá-lo, do monismo ocidentalista que reduz todas as possibilidades de saber e de enunciação da verdade à dinâmica cultural de um centro, bem sintetizado na expressão “pan-Europa”. Esse movimento traz consigo igualmente a descolonização da crítica, ou seja, a desconstrução da crença intelectualista de que a consciência crítica é apanágio exclusivo do letrado ou de que caberia a este último iluminar criticamente o Outro. (SODRÉ, 2013: 19)

Baseando-me em António Sousa Ribeiro, destaco a existência de um terceiro espaço – distante do sentido literal e transcendental – espaço de “intromissão”, ou seja, um espaço de fronteira – repleto de tensões e diálogos.

Tradução é a metáfora central para a situação contemporânea, constitui inteligibilidades múltiplas e revalorização dos saberes, ocupando o espaço antes dedicado ao epistemicídio colonial ou imperial. O trabalho de tradução tem como objetivo criar constelações de saberes, assim como de práticas, que são tão fortes a ponto de serem possíveis de se apresentar como alternativas à globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2006).

A tradução pode ocorrer entre saberes hegemônicos e saberes não hegemônicos e que só há possibilidade de construir a contra-hegemonia, por meio da inteligibilidade recíproca, assim como da possibilidade de agregação entre saberes não hegemônicos. Nesse espaço de tradução, o diálogo que possibilita o encontro intercultural é fundamental para gerar uma possível emancipação social.

“Nenhuma teoria da tradução pode, naturalmente, fundar-se numa perspectiva como a assim expressa, assente numa lógica de mútua exclusão e na definição da fronteira como linha divisória e não como espaço de encontro e de articulação.” (RIBEIRO, 2005: 81)

O educador Paulo Freire (1977), ao contextualizar um confronto entre agrônomos e camponeses em um assentamento de reforma agrária, alertou para o sentido de superioridade, de dominação, em que “o dominador” enfrenta o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional. Tais ações negam o camponês enquanto um ser transformador do mundo, “coisificando-o”.

Num processo de tradução, as relações de poder precisam ser redefinidas,

São exemplos reveladores de como um conhecimento rival do racionalismo eurocêntrico não surge reconhecido e valorizado na sua alteridade no acto de tradução, antes é simplesmente vazado no molde da modernidade ocidental, implicitamente assumido como o único válido. (RIBEIRO, 2005: 82)

A partir dessas discussões, apresentaremos o processo de formação de educadores ambien-

tais onde esse encontro entre saberes da ciência moderna ocidental com os saberes dos quilombolas é provocado com o intuito de produzir a ecologia de saberes.

3. Educação ambiental: processo de formação que ultrapassa os muros escolares

Posicionamo-nos a favor de uma Educação Ambiental crítico-transformadora que dialoga e respeita a diversidade cultural, social, econômica e epistemológica.

Ao se referir à educação ambiental crítica, Carlos Loureiro apresenta a seguinte afirmação:

A sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza (LOUREIRO, 67)

Nesse processo de intervenção da realidade, quando os educandos são levados a um quilombo, eles passam a compreender melhor a aproximação do Homem à Natureza, o significado de vida em coletividade, a complexidade do meio ambiente etc.

Os educandos de Gestão Ambiental participam de um processo de formação que vai além dos muros da escola, numa perspectiva crítica, como afirma Mauro Guimarães:

Um caminho percebido por esta perspectiva crítica é o da ampliação do ambiente educativo para além dos muros da escola superando a fragmentação e a dualidade que tradicionalmente não se complementam entre educação formal (escolar) e não-formal. É o processo educativo de a escola estar integrada, interagindo com os movimentos externos a ela, presentes nas comunidades. Isso se contextualiza no processo formativo das ações cotidianas de constituição da realidade próxima, local, na comunidade à qual a escola está inserida, mas sem perder o sentido que esta realidade próxima é influenciada e influi na constituição da realidade global. (GUIMARÃES, 91)

Antes dos educandos intervirem na realidade, vão participando do processo de construção do conhecimento, compreendendo que a realidade é bastante complexa, que o contexto do meio ambiente ultrapassa a compreensão fragmentada que é passada e passam a estudar sobre o quilombo, compreender sobre a questão fundiária, a resistência dos quilombos no processo de luta e sua relação com o meio ambiente. Fazemos visitas ao quilombo, com uma média de três vezes no semestre acadêmico e todo processo de intervenção na realidade é dialogado com a comunidade. A partir desse diálogo a comunidade quilombola sugeriu temas para que os educandos de Gestão Ambiental trabalhassem com eles, como resíduos sólidos, políticas públicas e manguezal.

Esse contato com a realidade gera uma reflexão crítica e ultrapassa a dimensão da razão, levando os educandos a contribuírem com a transformação socioambiental, como afirma Mauro Guimarães:

No processo, o educando deve ser estimulado a uma reflexão crítica para se transformar individualmente e, ao mesmo tempo, subsidiar uma prática que busque intencional e coletivamente transformar a sociedade. Esse processo de conscientização se dá por intermédio de uma formação cidadã comprometida com o exercício do enfrentamento das questões socioambientais da atualidade. Esse exercício por meio de intervenções educativas se contextualiza para além dos muros das escolas, já que na interação com sua

comunidade, pode, se aplicando criticamente os conhecimentos acumulados (conteúdos curriculares), produzir uma interpretação da realidade vivida (local/global) e que nesse processo de experiência que envolve o saber, sentir e fazer (individual e coletivamente) promove uma reformulação do que é esta realidade e como ela se constitui gerando, assim, a construção de um novo conhecimento, alimentador de novas práticas que promovem transformações. (GUIMARÃES, 92)

4. Ações de Educação Ambiental desenvolvidas no quilombo Siqueira

Geralmente, quando surge a proposta de conhecermos uma comunidade tradicional, a primeira reação é a de imaginarmos que iremos conhecer pessoas distantes da sociedade contemporânea, num modo de viver inteiramente diferente do nosso. Essa reação é natural, visto que essas comunidades tradicionais são invisibilizadas, como afirma Boaventura de Sousa Santos, onde não há uma divulgação em larga escala de reais informações sobre aquela comunidade e sua cultura, além do que não temos o hábito rotineiro de buscar por tais informações. Entretanto, esse pré-conceito é quebrado assim que há o primeiro contato com a comunidade tradicional, visto que não há uma discrepância entre seu modo de vida e costumes com o nosso. Rotinas de trabalho, escola, afazeres de casa, festas e convívio social e religioso, porém com suas peculiaridades. Longas horas preso no congestionamento das grandes cidades no trajeto de casa para o trabalho é substituído por uma caminhada matinal até o manguetal, que fica alguns poucos metros da sua casa, para a coleta de especiarias, ou até mesmo encontrar na agricultura, feita no terreno no fundo de casa, a sua fonte de renda. Na escola, há uma troca de saberes mais dinâmica com o envolvimento de crianças, de diversas séries, na mesma sala de aula e uma luta por suas lideranças no reforço da identidade quilombola. A relação entre vizinhos, de sentar na porta de casa e conversar por horas ainda se mantém viva e não foi substituída por interfonos ou troca de mensagens via celular. Essa forte cultura que vêm de seus antepassados ainda perduram nas comunidades tradicionais e buscam, nos jovens e crianças, a manutenção desses valores.

Todavia, há um processo natural na sociedade de geração de novos valores e esquecimento daqueles que não satisfazem mesmo uma grande parcela da população, ou são lembradas quando se desejam procurar no passado a inspiração para o futuro, tal como acontece rotineiramente no mundo da moda, quando modelos e peças de vestuário vêm e vão numa tentativa de criar o novo sem esquecer o que já existe. Essa geração de novos valores também se dá em comunidades tradicionais, pois com o acesso facilitado de informação e cultura através de meios de comunicação, principalmente pela televisão e acesso à internet, tais povos buscam o novo para satisfação pessoal, melhores condições de vida e até mesmo para não se sentirem socialmente excluídos. Porém, a não manutenção de costumes, hábitos e cultura provenientes dos seus antepassados deixa em xeque a sobrevivência desse modo de vida.

Enrique Leff (2008) aborda questões sobre globalização, ambiente e desenvolvimento, direitos culturais, educação ambiental, desenvolvimento, dentre outros temas, e diz, em linhas gerais, que a sustentabilidade é a forma como o homem utiliza, de forma racional, os recursos naturais e seus beneficiamentos na manutenção da continuidade da espécie, promoção da vida e a sua relação com o meio ambiente. Ele também traz à tona a mudança do comportamento e modo de vida do ser humano, que está amplamente baseada no capital, na produção de bens, no consumo desenfreado e na superexploração dos recursos naturais. Esse ponto de vista abordado por Leff repercute nas tradições e costumes das comunidades tradicionais, visto que, esse comportamento “racional” inflige diretamente nos valores dos antepassados, deixando-as de lado e sucumbindo a essa pressão externa proveniente de grandes centros urbanos.

Faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada sobre o real valor das culturas excluídas pela sociedade e da necessidade de permutá-las através das várias esferas sociais que existem, tais como, governo, academia, empresa e a sociedade como um todo. Estreitar a relação academia x comunidade é uma via de livre acesso para a permutação, promoção e propagação desses conceitos e culturas esquecidas e que lutam e resistem, dia após dia, para não se perderem na história e na memória dos homens.

5. Análise de resultados

Um exemplo dessa relação da academia com uma comunidade tradicional vem ocorrendo entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Recife e Comunidade Quilombola Engenho Siqueira, situada no município de Rio Formoso, Pernambuco. Os graduandos em Tecnologia em Gestão Ambiental vêm executando atividades de intervenção junto com essa comunidade tradicional como forma de estreitar relações e produzir frutos para ambos os atores. Essas atividades se desenvolvem em torno de temas como proteção do meio ambiente, saúde local, fortalecimento da identidade cultural da comunidade e apoio, junto com a Associação de Moradores do Quilombo Siqueira, em atividades locais.

Iniciada em meados de junho de 2015, essa relação já vem trazendo benefícios para a comunidade, onde os graduandos em Gestão Ambiental realizaram atividades envolvendo as lideranças e as crianças da comunidade. Foram realizadas rodas de conversas com as lideranças (Figura 1), onde foram discutidos temas como políticas públicas, resíduos sólidos, saúde e educação, e como o Instituto, representante da academia na esfera federal, poderia contribuir de forma significativa para a comunidade, e quais possíveis passos poderiam ser dados a fim de trazer uma melhor qualidade de vida para os moradores daquela comunidade.



Figura 1 – Roda de conversa entre os graduandos em Gestão Ambiental e as lideranças da comunidade quilombola Engenho Siqueira, Rio Formoso/PE.

Um grupo de graduandos, observando a necessidade de preservar a identidade local, realizou uma atividade de criação de um book fotográfico, que registraria, através de fotos, os costumes, culturas e modos de vida daquela comunidade, tendo como principal referência a Corrida do Tronco (Figura 2), que faz parte do calendário da cidade e é um forte trabalho das lideranças quilombolas para fortalecer a identidade quilombola, através da corrida - onde os homens correm com um tronco de coqueiro e as mulheres e crianças com tronco de bananeira -, do concurso da garota quilombola (Figura 3), onde foi valorizada a criação da vestimenta com materiais locais – ostras, sisal, fuxico etc, o concurso gastronômico onde os ingredientes e receitas da comunidade foram valorizados além do memorial quilombola e da feira com produtos de hortas orgânicas. Essa festa promove, principalmente, a relação dos moradores da comunidade quilombola e promoção da cultura afro-brasileira.



Figura 2 – Tradicional festa da Corrida do Tronco da comunidade quilombola Engenho Siqueira, Rio Formoso/PE.



Figura 3 – Concurso da Garota Quilombola, realizado durante a festa da Corrida do Tronco, promovendo a manutenção da cultura e dos costumes quilombola, Rio Formoso/PE.

Os graduandos também contribuíram como educadores ambientais, onde foram realizadas aulas na escola da comunidade abordando os temas de manguezal e resíduos sólidos, envolvendo as crianças da escola e desenvolvendo atividades lúdicas com as mesmas (Figura 4). Essas aulas encantaram as professoras da escola, que enalteciam a necessidade e a importância dessas ações de educação ambiental junto com as crianças, visto que os mesmos estão sendo preparados para a continuidade da comunidade e que eles já podem atuar como atores ambientais mirins.



Figura 4 – Graduandos de Gestão Ambiental desenvolvendo atividades de educação ambiental com as crianças da comunidade quilombola Engenho Siqueira, Rio Formoso/PE.

O que pôde ser observado é que o mesmo problema encontrado nas grandes cidades relacionado a resíduos sólidos, também é encontrado nas comunidades tradicionais, e que se fazem necessárias mais ações de prevenção, educação e correção.

Ainda no âmbito de preservação do meio ambiente, houve uma reunião com comunidade local, a Associação de Marisqueiros e Pescadores, Associação de Barqueiros, a Secretaria de Educação de Rio Formoso e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Essa reunião, liderada por agente de saúde, pescador, criador e líder do museu quilombola do quilombo Siqueira, Moacir, tinha como finalidade fazer uma intervenção nas praias de Rio Formoso a fim de limpar toda a praia e estuário, gerando assim um ambiente mais salubre e agradável para os habitantes da região, além de promover o turismo local, que vem diminuindo devido a essa falta de manutenção dos ambientes turísticos da região. Durante a reunião, alguns representantes do município não puderam se fazer presente, porém com a divulgação das propostas e resultados daquela reunião e cientes da presença do IFPE, a Secretaria do Meio Ambiente do município passou a contribuir com o evento da limpeza das praias.

O envolvimento de educandos de gestão ambiental junto à comunidade quilombola gerou algumas reflexões significativas no processo de formação de um educador ambiental. Como educando, sua participação gera um conhecimento prático, de vivência, de exploração de uma realidade distante, cotidianamente falando, porém tão próxima, agregando valor cultural, educacional e cognitiva. Outro grande aspecto envolvido nesse contexto é a troca de saberes entre educando e a comunidade quilombola, onde há uma mútua experiência e pontos de vista entre quem está ensinando e quem está aprendendo. No caso específico da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, o quilombola Moacir, morador e agente de saúde da comunidade, traz consigo uma bagagem de conhecimento admirável, tanto de vivência quanto de história. Destaque-se o Museu Quilombola (Figura 5), fundado e mantido por ele, que apresenta o valor histórico e cultural de vários pertences encontrados pelas redondezas da comunidade e outros trazidos de locais mais remotos.



Figura 5 – Fachada do Museu Quilombola, centro de arte, cultura e resistência das tradições quilombolas e seus antepassados, Rio Formoso/PE.

Tais pertences contam um pouco da história da comunidade quilombola, seus antepassados, sua cultura e seus valores. Trata-se de um conhecimento que não se adquire em livros ou bibliotecas e sim através desse envolvimento entre academia e comunidades tradicionais afro-brasileiras.

Uma vez havendo esse contato entre educandos e comunidade, o ator social gestor ambiental adquire uma nova percepção dos fatos através de um novo modelo de visão, diferenciado daquele tradicional cartesiano, trazendo a tona o sentimento de empatia com o movimento e com aqueles que fazem parte deste movimento, ou seja, o gestor ambiental deixa de ser apenas mais um simples observador para fazer parte da transformação daquela realidade, junto com a comunidade.

O contato entre esses atores sociais trazem benefícios mútuos e em larga escala. Entender o outro, entender sua realidade, seu cotidiano, sua cultura, usos e costumes, sua forma de enxergar o meio ambiente e aquilo que o cerca, diminui o sentimento de exclusão social, promove a troca de saberes, o conhecer e respeitar a cultura alheia e transformar o meio ambiente de forma sustentável. Aproximar os povos é gerar a visibilização e excluir as diferenças.

6. Considerações Finais

- Efetivação de uma educação ambiental crítica por proporcionar aos educandos conhecer e transformar a realidade quilombola ao estudarem sobre a identidade cultural quilombola, a terra, os problemas socioambientais; ao ministrarem aulas na escola quilombola, discutir temas socioambientais, como políticas públicas, manguezal, identidade cultural e resíduos sólidos, com as lideranças quilombolas, fazerem um book fotográfico junto com a comunidade para reforçar identidade quilombola etc.

- A visibilização da comunidade quilombola e seus sujeitos e o diálogo intercultural entre educandos e educadores do IFPE com os quilombolas do quilombo Siqueira que proporcionou a construção de um conhecimento bem mais próximo da realidade complexa.

- A efetivação da ecologia de saberes, onde os sujeitos e a epistemologia quilombola foram respeitados, contribuindo significativamente à formação dos educandos em Gestão Ambiental, assim como para a comunidade quilombola.

Referências

BOTELHO, I. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2001.

CALDART, R. S. (2004). **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expresso Popular.

ESCOBAR, A. «Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências», in: Boaventura de Sousa Santos (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Porto: Afrontamento, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 13ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GROSFOGUEL, R. «Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global», in: Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, 383 – 417.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: participação para além dos muros da escola**. in: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios in: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007.

MENESES, M. P. «Agentes do conhecimento?. A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique», in: Santos, B. S. (org.), **Conhecimento Prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003, 717-734.

MENESES, M. P. «Justiça Cognitiva», in: António Cattani, Jean Louis Laville, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009, 231-236.

MUNANGA, K. **Educação e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Cadernos Penesb, 2010.

MUNIZ, S. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RIBEIRO, A. S. «A tradução como metáfora da contemporaneidade”. “Póscolonialismo, fronteiras e identidades», in: Ana G. Macedo e Maria E. Keating (orgs.). **Colóquio de Outono: Estudos de tradução**. Estudos Pós-Coloniais. Braga: Universidade do Minho, 2005, 77-87.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS (org.). in: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 19-101.

SANTOS, B. S. «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», in: Boaventura de Sousa Santos (org.), **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003, 735-775.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade do Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

VALENÇA, M. M. **Ecologia de saberes e justiça cognitiva: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução?** Tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Universidade de Coimbra, 2014.

ENTRE BATUQUES E BADALOS: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FATOR DE DIVERSIDADE CULTURAL E TOLERÂNCIA RELIGIOSA

JÉSSICA MESQUITA BARBOSA

MARCOS DA SILVA ROCHA

CHRISTIAN DENNYS MONTEIRO DE OLIVEIRA

Resumo

O presente artigo centra sua reflexão na Educação Patrimonial como um fator de valorização da diversidade cultural e religiosa dentro escola pública brasileira. Dialoga-se também com a questão da laicidade do Estado brasileiro e os limites que este encontra dentro da esfera educacional. Dessa forma, é fundamental compreender que a realidade escolar não é um espaço desassociado do seu entorno, e sim uma peça crucial da construção de uma sociedade mais justa e tolerante. Levanta-se, inclusive, a discussão a respeito de patrimônios oficiais e populares, e como estes irão representar determinado segmento social em detrimento de outro, inclusive no âmbito escolar. Os conceitos de identidade e alteridade são basilares no debate acerca da valorização da diversidade cultural presente na contemporaneidade, pois entendemos que para haver respeito e apreço, devemos ser capazes de se enxergar no outro. Os batuques e os badalos, nesse sentido, configuram-se como a metáfora de uma paisagem sonora que dá suporte para iniciarmos nossa discussão.

Palavras-chave: Laicidade, Educação Patrimonial, Diversidade Cultural.

Abstract

This article focuses its reflection on Patrimonial Education as a recovery factor of cultural and religious diversity in Brazilian public schools. Dialogue also with the question of secularity of the Brazilian State and the limits that this is within the educational sphere. Thus, it is essential to understand that the school environment is not a disaffiliated space of your surroundings, but a crucial part of building a more just and tolerant society. He gets up, including the discussion of official and popular heritage, and how these will represent particular social group over another, including in schools. The concepts of identity and otherness are fundamental in the debate about the value of cultural diversity present in contemporary society, as we understand that to be respect and appreciation, we should be able to see the other. The drums and clappers, accordingly, are configured as a metaphor of a soundscape that supports to begin our discussion.

Keywords: Secularity, Patrimonial Education, Cultural Diversity.

1. Primeiros Contornos

Quando pensamos em patrimônio, o termo “posse” está diretamente relacionado com nossas concepções preliminares. Podendo esta concepção ser individual, como por exemplo: uma casa, um carro; ou coletivo: como uma dança, uma rua, uma receita tradicional, etc. O patrimônio, pode também contar a história de alguma coisa, de alguém, ou de um povo. Os valores que o patrimônio possui vão do econômico ao cultural, passando inclusive por valores sentimentais e de pertencimento. Porém o patrimônio, em certa medida, também está relacionado com questões de identidade. A identidade por sua vez é definida por muitos fatores, entre eles podemos citar a religião como um dos mais relevantes. Esta envolve os seus seguidores, quem a pratica, quem se envolve com os ritos e marcas de cada religião e até quem está na área de proximidade. A religião é uma forma de representação do sagrado e da fé, um modo de buscar subterfúgio da realidade como meio de alcançar algo relacionado à “paz” - interior ou exterior - através de elementos de transcendência. Em consonância com o dizer de Sahr (2001, p.57), podemos definir religião como sendo “uma interpretação do mundo” e esta “representa uma forma de conhecimento”.

Historicamente a diversidade de religiões vem demonstrando como a própria sociedade é diversificada. Naturalmente, é fácil compreender que existam religiões com inúmeros adeptos e outras com números mais reduzidos, religiões hegemônicas e outras que a sociedade se acostumou a chamar de “minorias”. O número de adeptos varia em cada religião bem como os dogmas de cada uma delas influenciarão no modo como essas religiões irão relacionar-se, fazendo com que, em alguns casos, determinados credos sejam discriminadas ou sofram perseguição, incentivando a formação de “grupos rivais” e dessa forma, os princípios positivos são substituídos pela adversidade ao diferente, o ódio ao outro.

Nesse contexto, a realidade escolar, assim como a própria sociedade, não está isenta das influências da religião na sua estruturação. É preciso refletir então como a realidade escolar pode ser um significativo instrumento para pensarmos um contexto educativo no qual patrimônio e religião sejam formas de educar através da apreciação da diversidade e do respeito mútuo entre as religiões.

O senso comum costuma afirmar que a escola é uma das principais maneiras de “formar cidadãos”. Em termos modernos tal afirmação teria pertinência. Todavia na contemporaneidade, como essa “principal maneira” se sustenta? Mais do que nunca, hoje, a escola deve assumir novos papéis e novas posturas frente aos desafios que se apresentam. Devemos questionar até que ponto a formulação de propostas de organização escolar centradas no quesito de uma formação cidadã sem pertinente substância sociocultural e patrimonial têm valor na sociedade brasileira atual.

Diante desta, este debate deve ser posto em relevo para questionarmos como a escola pública poderá pensar em formas de incrementar seu potencial educador patrimonial nos processos de ensino e aprendizagem. Pois a escola, enquanto atual centro do processo educacional é um espaço potencialmente propiciador do debate da multiculturalidade. A escola deverá ser aberta à novas ideias, a educação deverá ser de fato laica. Sendo assim, poderemos ter uma sociedade mais religiosamente tolerante e culturalmente rica.

Os batuques e os badalos, nesse sentido, configuram-se como a metáfora de uma paisagem sonora que dá suporte para iniciarmos nossa discussão. Centramos nossa reflexão a partir dos diálogos religiosos possíveis em educação patrimonial, buscando os vínculos entre as tradições cristãs - representadas pelos tradicionais balados em seus cerimoniais - e as religiões de matriz africana - onde os batuques marcam o ritmo ritualístico. A partir da melodia que se desenvolverá ao longo do artigo pretendemos formatar uma proposta de trabalho que ajude a perceber como as diversas religiões constroem seus espaços e tempos nas representações escolares e nos proje-

tos educacionais de cada escola.

Na seção seguinte do presente artigo discutiremos como, na realidade escolar contemporânea, estão cada vez presentes distintos grupos culturais religiosos e os desafios presentes nesta realidade tendo em vista uma sociedade que ainda tem raízes culturais muito fortes ligadas às tradições do catolicismo. Em seguida, abordaremos os diálogos que são tão necessários quanto possíveis no contexto religioso dentro do ambiente educacional considerando este um ambiente de contato de diversas culturas. Apresentamos então na quarta seção deste texto, como a Educação Patrimonial pode ser uma poderosa aliada no debate sobre tolerância cultural e religiosa e consequentemente um fator de valorização da diversidade cultural. Apontamos então, nas nossas conclusões, uma reflexão sobre caminhos que possam servir de subsídio para quem pretende realizar um projeto educacional voltado para prática social da tolerância, o diálogo inter-religioso, bem como a valorização da diversidade, características de suma importância para se viver em uma sociedade a cada dia mais plural como a nossa.

2. Multiculturalismo na Escola e a Questão Religiosa

A laicidade na sociedade brasileira pode ser considerada uma religião cujos devotos em sua grande maioria, fazem parte do grupo dos “não praticantes”, e a escola pública como peça da engrenagem social segue o mesmo caminho. De sul a norte do Brasil, escolas públicas constitucionalmente laicas professam, de forma implícita ou explícita, algum tipo de confissão religiosa. Não é raro termos escolas expondo ícones religiosos e praticando rituais/cerimônias majoritariamente da tradição cristã, isto reflete o que acontece também fora dos muros escolares, onde mesmo existindo religiões diversas, assim como praticantes de singulares grupos, o cristianismo, por contraste, torna-se o mais visível.

“Em feriado religioso, no Brasil, até ateu comemora” A máxima faz parte do imaginário social do brasileiro, afinal o calendário oficial do país é permeado por feriados de cunho religiosamente católico. Isso não mais surpreende, muito menos é questionado, ou seja, o confronto com tais “tradições” atingiria diretamente a opinião pública, abalaria o senso comum majoritário das relações do cotidiano, afinal, quem gostaria de perder um dia de folga no aniversário do padroeiro católico do estado, mesmo sendo evangélico, umbandista, budista ou ateu, a títulos de exemplo? Podemos estender nossos questionamentos e ir além na questão das barreiras à laicidade do Estado brasileiro, ou seja, quem ousa tirar o crucifixo da assembleia legislativa de Fortaleza? Quiçá intitular o Cristo Redentor de “monumento da em prol intolerância”, na cidade do Rio de Janeiro? Esses exemplos servem para ilustrar a forte presença das tradições católicas elegidas à oficialidade, muitas vezes de forma inconstitucional, inclusive esbarrando em questões legais.

2.1 As raízes católicas nacionais e a educação brasileira

O cristianismo está enraizado em nossa sociedade, isto é um fato, pois o Brasil é um país que tem na sua gênese desde os tempos pré-coloniais a poderosa e quase onipresente Igreja Católica no processo de formação das bases do território nacional e na formação de uma identidade nacional. Nossa sociedade colonizada predominantemente por europeus ainda hoje guarda traços em suas camadas sociais que nos fazem lembrar quem foram os colonizadores e os colonizados. Este fato esbarra também em uma questão religiosa, visto que as religiões indígenas e africanas começam a ser substituídas pela religião vinda da Europa, ou seja, índios e negros perdem inclusive os direitos de professar sua fé.

Todo esse processo ainda hoje pode ser percebido através do sincretismo religioso presente

em nossa sociedade. Uma das principais marcas da religiosidade brasileira é essa mistura entre diferentes confissões, um verdadeiro caldeirão de cultos e crenças de distintas matrizes. Como aponta Gaarde et al. (1999) por sincretismo podemos entender “a seita ou comunidade religiosa que contém elementos de várias religiões diferentes”.

No Brasil, a umbanda e o candomblé apresentam características muito sincréticas, visto que em períodos onde a perseguição religiosa era uma realidade mais forte, os cultos africanos aos orixás e outras divindades precisavam ser “mascarado” com adornos do catolicismo – a religião oficial da Colônia e do Império, para não falarmos da República.

Dialogando conosco nesse sentido, importante trazermos a contribuição de Luiz Antônio Cunha a respeito das influências católicas desde a colonização:

A colonização portuguesa, iniciada no século XVI, em plena contra-reforma, deu o tom não só de estreita ligação entre Estado e Igreja Católica, como também, do caráter impositivo da religião. Os africanos e seus descendentes, escravos e livres, tinham seus cultos reprimidos, considerados contrários à fé, à moral e aos bons costumes. Restava-lhes o sincretismo com ritos cristãos como forma de resistência e sobrevivência. Os cultos indígenas, por sua vez, recuados para regiões cada vez mais distantes das cidades, não representavam ameaça ao cristianismo dominante. (CUNHA, 2010, p. 4)

É comum vermos junto aos terreiros, centros e tendas de umbanda e candomblé, imagens e cultos à divindades católicas, o que ora foi usado como subterfúgio hoje faz parte da ritualística dessas religiões. É importante lembrar que o catolicismo, principalmente o de caráter popular, também carrega traços sincréticos muito fortes em diversas partes do Brasil. Como por exemplo, em Salvador, parcela dos católicos consideram tudo sendo obra de um mesmo deus, podendo ser reverenciado como Oxalá ou como o Senhor do Bonfim.

2.2 Multiculturalismo: a realidade escolar como choque cultural

Um ponto fundamental que merece destaque na presente reflexão é a contribuição da Lana Cavalcanti (2012). A autora nos aponta para a existência de diversas culturas dentro da sala de aula - a escola como palco de um choque cultural. A saber: a cultura escolar, a cultura da escola e a cultura dos alunos e professores. Sendo a cultura escolar esse modelo da escola se organizar nas diversas localidades, estruturas físicas e ideológicas que fazem com que os indivíduos identifiquem que determinada estrutura enquanto uma escola.

A cultura da escola é mais variável, é aquela que vai mudar de escola pra escola, seus costumes próprios, seus ritmos e ritos particulares, sendo importante destacar os aspectos marcantes da cultura de quem gerencia a escola, pois estes irão influenciar diretamente como a escola se “comportará”. Imaginemos as diferenças possíveis entre duas escolas privadas, uma delas gerida por indivíduos evangélicos e outra com gerência de católicos, o enfoque nos rituais, nas datas festivas, nos feriados e mesmo no comportamento farão com que estas duas escolas apesar de terem culturas escolares similares, terão a cultura própria da escola distintas entre si.

A cultura dos alunos e professores se relaciona com a própria identidade dos personagens escolares principais. E é justamente nesse ponto que temos que focar a análise da discussão. Cada sujeito pode compartilhar ou não da cultura dos demais. E a grande problemática inerente a essa questão da multiculturalidade na sala de aula é quando ocorre a valorização de determinada cultura em detrimento de outra. Um modo interessante de perceber isso é quando nos debruçamos sobre o estudo da religiosidade dos alunos dentro de uma sala de aula, isto é, em uma escola

pública do Brasil, dentro de um Estado que é laico, os alunos antes do início da aula devem fazer uma oração de uma religião de confissão cristã. “Ah! Mas é a tradição, é a religião da maioria, merece respeito.”, essas falas não são raras para defender esse tipo de atitude. Contudo não podemos esquecer que nosso país apesar de não parecer é um Estado Laico, e por ser laico deve não excluir as religiões da esfera social, mas sim respeitar todas igualmente e defender sua expressão. O que nós sabemos que não ocorre. Determinadas culturas, nesse e em outros aspectos são negadas, são silenciadas. Santomé tem uma contribuição relevante na discussão porque aborda a questão das culturas negadas e silenciadas na escola. Assim o índio, o homossexual, o surdo, o negro, o umbandista, o ateu, todo tipo de cultura que vai de encontro aos “valores” da maioria passa por processos de silenciamento e intolerância em ambientes escolares.

Os apontamentos de Santomé (1995) sobre a questão das culturas silenciadas dentro da sala de aula assume posição de destaque na presente discussão, pois conforme o autor

São numerosas as formas através das quais o racismo aflora no sistema educacional, de forma consciente ou oculta. Assim, por exemplo, podem-se detectar manifestações de racismo nos livros didáticos de Ciências Sociais, História, Geografia, Literatura, etc., especialmente através dos silêncios que são produzidos em relação aos direitos e características de comunidades, etnias e povos minoritários. (SANTOMÉ, 1995, p.169)

Podemos perceber no fragmento acima que assim como o racismo exposto pelo autor, o preconceito religioso também aparece das mais diversas formas no contexto escolar. Na grande maioria dos casos as escolas não irão abordar a questão religiosa como se deve, quando esta é abordada, em grande parte dos casos, ocorre a escolha de momentos pontuais, estritamente esporádicos, ao longo do ano para se realizar atividades sobre as culturas marginalizadas, contudo devemos pensar em estratégias que evitem esse tipo de silenciamento. Conforme Santomé, uma proposta educacional que pensa uma educação não preconceituosa deverá efetivamente construir “um currículo anti-marginalização” que em sua estrutura deverá ser “aquele em que todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos estão presentes as culturas silenciadas sobre as quais vimos falando” (SANTOMÉ, 1995, p. 172).

3. O Diálogo Inter-religioso

Para iniciamos a discussão sobre os diálogos necessários e possíveis em educação entre distintas religiões a contribuição de Vianna (2011) nesse caso parece-nos indispensável, conforme a autora

para viver democraticamente em uma sociedade multicultural é preciso conhecer e respeitar as diferentes culturas que a constituem. E o ambiente escolar é o espaço privilegiado para promover o conhecimento e a valorização da trajetória dos diferentes grupos sociais, pois só assim será possível superar atitudes de intolerância em relação às diferenças culturais.

Os desafios da tolerância cultural e religiosa são realidades latentes. Vivemos em tempos de intolerância, seja ela política, cultural ou religiosa. Concordamos com Vianna (2011) ao elencar a escola como um espaço privilegiado para a realização do debate sobre as diversas tolerâncias que precisam ser cultivadas. Debiasi (2011) é incisivo ao afirmar que “a natureza não nos fez tolerantes”, contudo é preciso ter em mente que a vida em sociedade impõe desafios e a questão da tolerân-

cia é um deles.

3.1 Religiões afrobrasileiras e marginalização social e escolar

O artigo “Espaço e expressões religiosas: Teoria e prática na geografia escolar”, de Marcelo Alonso de Moraes, trata da cultura de origem africana e seus cultos na região metropolitana de do Rio de Janeiro. Nele, é tratado o quanto elas são desvalorizadas, sofrem preconceito, tem seus espaços invadidos e acabam por ser expulsas das favelas pelos chefes do tráfico. Isso é uma amostra do que acontece Brasil a fora. O artigo foca precisamente no trato desse assunto na escola, especificamente junto à disciplina de Geografia, contudo vale lembrar que apesar do ponto focal do autor estar centrado em uma disciplina específica sua reflexão é válida para pensarmos o contexto escolar como um todo. Afinal, devemos ter em mente que o trato da tolerância na sala de aula é também um desafio interdisciplinar. O autor aponta como as religiões afrobrasileiras sofrem perseguição religiosa de diversas formas, um exemplo abordado pelo autor sobre casos de intolerância e como estes podem ser trabalhados em sala pode ser visto abaixo:

Pelo menos quarenta pais e mães de santo foram expulsos de favelas. Esse conflito pode ser trabalhado pelo professor de Geografia, pois quando os líderes religiosos evangélicos e os traficantes, convertidos à fé cristã, negam aos candombledistas o acesso ao espaço, estão impedindo, no processo de construção das identidades, uma maior solidez do poder simbólico. (MORAIS, 2014, p. 25)

Apesar de se tratar de uma região aonde as religiões de matrizes africanas têm grande representação, podemos perceber o quanto elas ainda são tratadas de forma inferior. O grupo de “maior força” tem ações diretas conta o mais fraco. E como bem sabemos, a escola acaba reproduzindo o que se passa na sociedade (para o bem ou para o mal). Interessante perceber no exemplo acima as formas de inserção dos temas ligados à religião no contexto escolar. A abordagem feita pelo autor privilegia temas ligados à construção de identidades e o acesso ao espaço. Uma abordagem interdisciplinar dessa temática poderia trabalhar com os estudantes temas ligados também à violência urbana, a colonização, os conflitos sociais, etc.

3.2 Debatendo diversidade e intolerância na sala de aula

Tendo em vista mudanças no comportamento em busca da abrangência e pluralidade cultural dos alunos e cidadãos, algumas escolas estão direcionando parte da sua carga horária para o ensino religioso. Ao contrário do senso comum, essa proposta de ensino religioso se desvia da tentativa de “catequetização”, não se direciona apenas ao cristianismo. A Prefeitura de Fortaleza, por exemplo, oferece e estimula esse tipo de ensino, que é voltado para a leitura das histórias das religiões no geral, como Cristianismo, Judaísmo, Islamismo, Budismo, Candomblé e Umbanda, respeitando a Lei 9334/96, que assegura a obrigatoriedade do ensino religioso na escola e a opção do aluno participar ou não.

Em reportagem intitulada “Saiba como é a aula de história das religiões ofertada em escolas públicas de Fortaleza” do veículo jornalístico Tribuna do Ceará é apresentada uma interessante proposta de trabalho dos conteúdos ligados à religião no contexto escolar. A reportagem traz que “o objetivo da disciplina é ensinar sobre a história das religiões, e não de repassar as doutrinas. É, por exemplo, abordar o fundamentalismo, terrorismo e guerra religiosa. Relacionar as diversas religiões com questões sociais e a atualidade.” (TRIBUNA DO CEARÁ, 2016). Indispensável destacar

ainda o que o texto traz no tocante à opinião de pais e alunos:

De acordo com o professor, dificilmente um pai opta que o filho não assista às aulas de ensino religioso. A aluna Ana Clara de Santana tem 14 anos e mãe evangélica. “Ela apoia, tem contato com a professora e acompanha. Eu acho bom porque você cria uma cultura maior, fica mais atualizada e aprende a conviver com pessoas diferentes”, opina. O mesmo acontece com o aluno Marcos Vinícius Santiago, do 9º ano. “Estudo desde a o 5º ano e me ajuda muito”, declara. (TRIBUNA DO CEARÁ, 2016).

Essa atitude pode ser mais fortalecida ainda com a Campanha da Fraternidade 2016, tradicional celebração católica na quaresma, que na presente edição, assim como nas anteriores, traz um caráter ecumênico e visa a discussão sobre o saneamento básico das nossas cidades. Aí vemos que até a mais tradicional das instituições, a católica, está aberta a novos horizontes e fazendo alianças, porque a escola, base de uma sociedade civilizada, não faria? Atrelada a questão do saneamento básico, é importante que pontuemos novamente que isto é mais uma grande porta para a escolar poder trabalhar a questão religiosa, sobretudo de forma interdisciplinar.

Como então fazer com que um professor, que assim como os alunos, tem uma bagagem cultural, e provavelmente, uma religião, converse sobre laicidade ou ecumenismo? A resposta para a presente questão não é tarefa simples, muito menos deverá ser buscada somente no âmbito escolar. Contudo os caminhos iniciais começam a ser delineados em propostas como as apresentadas acima.

Muito se falou até então sobre o trabalho interdisciplinar como uma ferramenta para se tratar a questão da religião na escola. De fato, o fazer pedagógico de forma interdisciplinar é imprescindível, porém, podemos ainda buscar metodologias aliadas. Nesse sentido, sugere-se aqui a Educação Patrimonial como forma de reforçar os vínculos entre os estudantes e o tema abordado, pois “a Educação Patrimonial tem papel fundamental construção, conservação e ampliação das identidades de um povo.” (ROCHA et al. 2013, p. 3)

A Educação Patrimonial dentro do sistema de ensino brasileiro além de ser muito negligenciada ainda encontra uma série de desafios, podemos destacar a contribuição de ROCHA et al. (2013) sobre as dificuldades enfrentadas:

O Brasil é exemplo de um país onde a Educação Patrimonial ainda não é tratada com a devida importância, pois até em cidades ditas como Patrimônio Histórico da Humanidade, ainda existem casos de degradação dos bens patrimoniais. Além deste descaso e degradação, as cidades tidas como representativas do período Colonial brasileiro convivem a violência do furto de suas relíquias, muitas vezes naturalizada pela inoperância das administrações locais. (ROCHA et al., 2013, p. 3)

É seguindo esta perspectiva, então, que construímos o centro de nossa reflexão: uma proposta de trabalho utilizando-se da Educação Patrimonial que também toca a interdisciplinaridade e a partir da escola básica que possa servir de base para uma educação fortemente tolerante e verdadeiramente laica. O diálogo possível entre as diversas religiões é o escopo fundamental da reflexão aqui apresentada. Pensamos em termos escolares, contudo, temos a expectativa que tais debates e atividades construídas no seio escolar extravasem seus muros da escola e cheguem as mais diversas esferas sociais.

4. Educação Patrimonial e Laicidade Educacional

“A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”, de acordo Silva (2000, p. 81), se existe diferenciação, aí está presente o poder. É justamente através da diferenciação que irá se construir e reproduzir a alteridade, foco da discussão pretendida na presente seção. A identidade é além de tudo, uma forma do sujeito se reconhecer no mundo e não deixa de ser uma relação social (PACHECO, 2004). Pacheco trata ainda sobre a questão da identidade cultural, pois ao se produzir uma identidade por semelhanças, serão produzidas alteridades por exclusão, a autora inclusive excluirá a questão da naturalidade, pois

cabe destacar que a identidade cultural não é “natural”, nem inerente ao indivíduo, ela é preexistente a ele, e como a própria cultura se transforma, a identidade cultural do sujeito não é estática e permanente, mas é fluída, móvel, e principalmente, não é uma imposição inocente, nem uma apropriação, de todo, inconsciente. A identidade cultural é por sua vez construída, manipulada e política. (PACHECO, 2004, p. 3)

É nesse sentido que o docente deve ter muita atenção ao tratar questões ligadas à identidade, pois esta é uma marca muito forte do sujeito. Contudo é justamente por essa força que as questões ligadas às identidades assumem frente ao social e ao relacional que um projeto educacional visando trabalhar a religiosidade sob uma ótica patrimonial deve ter ciência que a Educação Patrimonial possui uma metodologia que poderá ser importante aliada. Soares e Klamt [2006?] discutindo a respeito da Educação Patrimonial tem uma contribuição no tocante a metodologia de trabalho e objetos da mesma, conforme os autores:

Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural. Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procuramos incentivar o uso dos objetos, locais, monumentos e prédios históricos para realizar o ensino de história, junto a outras disciplinas, ao mesmo tempo em que valorizar o patrimônio local para formação da identidade e da cidadania. (SOARES E KLAMT, [2006?], p. 139)

O objeto cultural sob o ponto de vista do presente seria a própria religiosidade dos estudantes, contudo não se pretende fazer com que os estudantes pratiquem discursos de auto-afirmação, tampouco disseminem ideias de valorização da religiosidade pessoal. Caminhar nesse sentido é como querer combater um preconceito com outro. O importante é ter atenção, pois a maior parte dos discursos e causas anti-racistas utilizam-se da mais racista das argumentações: “o mal está no outro!”, e por isso que qualquer defesa de identidades precisa do antídoto ético da alteridade, isto é, ou eu me identifico com o outro ou eu morro do próprio veneno que presunçosamente digo ter descoberto e agora denuncio.

A Educação Patrimonial é, também, um espaço de comunicação das representações culturais. Portanto, defendemos que seu papel seja contribuir na articulação, no intercâmbio, na simultaneidade cultural. Em termos religiosos, no convívio de práticas litúrgicas e confessionais diversas, tendo por pressuposto que a escola é pública, portanto, laica. A Educação Patrimonial que defendemos não deve veicular a auto-afirmação de qualquer grupo. Mas demonstrar a força da alteridade: da presença do nós nos outros (e vice-versa).

Fundamental destacar que a presente pesquisa não negligenciou o posicionamento dos do-

centes sobre o assunto em debate. O tópico seguinte vai debruçar-se sobre os resultados obtidos de questionários aplicados com docentes, especificamente da área de Ciências Humanas. Caminhamos então para uma discussão a respeito da escola pública, as concepções docentes sobre a laicidade praticada (ou não) nas escolas e que premissas fundamentais um projeto de educação que se utiliza também do viés religioso da sociedade deverá buscar.

4.1 Escola Pública Laica? Multi, Trans ou Arreligiosa?

O ponto de partida dos questionários aplicados com os docentes foram suas concepções preliminares sobre a educação brasileira no quesito da laicidade. Estes foram indagados de como viam a educação no Brasil neste aspecto. Em resposta unânime, os professores responderam que não viam a prática da laicidade nas escolas que já tiveram contato. Interessante perceber entre as justificativas foram apresentadas, tomam posição de relevo os seguintes relatos: “[não vejo a escola como laica] porque as estruturas curriculares, os ritos da escola e seu funcionamento se pautam a partir do calendário religioso (catolicismo)”, o professor ARC¹ completa: “a própria disciplina de religião, que é opcional, é confundida com uma catequese, da qual negligencia as demais religiões.” Outro relato que merece destaque é a fala do professor HJR que afirma que nossa educação não é laica, principalmente devido ao “favoritismo instaurado na educação pública em decorrência do nosso passado, em detrimento a outras crenças que são bases da nossa história e pouco são trabalhadas na educação.”

Qual formato deveria ter a dimensão religiosa dentro de uma proposta educativa laica foi o ponto central do segundo questionamento. Os professores que responderam poderiam optar por três vieses distintos. A saber:

- i. Multi-religiosa – Considerando todos os seguimentos religiosos como igualmente importantes, praticando a tolerância religiosa, contudo sem um diálogo direto entre eles.
- ii. Transreligiosa – Considerando o aprendizado dos diversos conhecimentos religiosos importantes, contudo sem o caráter de dogmatismo, mas sim de pluralidade das diversas religiões e suas riquezas culturais.
- iii. Arreligiosa – Excluindo os componentes referentes às religiões do currículo e deixando esta tarefa educacional de perspectiva filosófica-espiritual para outros segmentos da vida social.

Os professores optaram, em sua grande maioria, pela opção da dimensão transreligiosa, tal dimensão dialoga diretamente com a proposta trazida na presente discussão, que visa uma educação religiosa que se paute também no diálogo patrimonial, bem como na interdisciplinaridade. Deste modo, o diálogo não se daria apenas entre diferentes disciplinas, mas também entre diferentes confissões religiosas, num caráter de conteúdos valorativos e atitudinais (ZABALA, 1998) incluindo valores e atitudes de tolerância e respeito, articulando assim ações formativas a fim de desenvolver o senso crítico, valores e atitudes dos alunos e na própria comunidade escolar.

A última questão da investigação com os docentes pedia que estes apontassem termos ou palavras-chave que em suas concepções demonstrassem aspectos importantes que uma educação verdadeiramente laica deveria considerar como fundamentais. Entre as palavras ou termos que apareceram, alguns merecem destaque na presente discussão, pois fazem relação direta com nossa reflexão, entre eles podemos citar: Direitos Humanos, tolerância, liberdade, pluralidade, sincretismo religioso, aspectos históricos, diálogo, etc. Importante perceber como a questão novamente da alteridade, da educação patrimonial e da interdisciplinaridade voltam a aparecer, demonstrando que o caminho a ser seguida na construção do processo educacional defendido

¹ Optou-se por não incluir os nomes dos professores que responderam os questionários por razões éticas. Contudo estes serão identificados através das suas iniciais.

ao longo do artigo encontro reforço e é endossado, inclusive nas falas dos atores, talvez mais importantes do processo educacional, os professores.

5. Conclusões

A dimensão política-relacional da religiosidade do Homem é pano de fundo de muitos acontecimentos importantes na atualidade. Política e religião estão estritamente ligadas na nossa sociedade. Portanto, um tema como esse se torna indispensável dentro dos projetos educacionais, visto que eles vêm para expor muitos preconceitos existentes, pois um dos objetivos da reflexão proposta é chegar junto com os alunos à conclusão de que as múltiplas intolerâncias são produto de múltiplas ignorâncias, do desconhecimento, da falta de saber ou até de saberes deturpados por parte da religião alheia. Devemos ter uma educação que ensine a conhecer para aceitar, demonstre que é importante entender antes de tecer críticas ou ataques e instrua os estudantes a apreciar a maior dádiva de se viver em sociedades democráticas que é o convívio com a diversidade.

É neste sentido que voltamos em insistir nas melodias (diálogos) possíveis entre os batuques e os badalos (e as mais diversas sonoridades), apresentados aqui como metáfora de uma realidade que deve ser buscada: a realidade da valorização do diferente, do conhecimento transreligioso, da tolerância religiosa e da virtude ética de se reconhecer também nos outros.

Educação Patrimonial e interdisciplinaridade figuram como mais algumas ferramentas que o professores e alunos possuem para que possam continuar na construção do projeto de uma sociedade mais justa. Sociedade esta que ainda está por vir, afinal vivemos em tempos de intolerância, da banalização mal, da efemeridade das relações e da liquidez do homem. Portanto, na busca por processos de ensino e aprendizagem que sejam significativos devemos ter coragem de assumir compromissos com a educação, compromissos melódicos, metaforicamente falando, que consigam envolver todos os atores do processo sob uma mesma melodia, a melodia da tolerância religiosa e da valorização da diversidade cultural que se afinadas corretamente serão poderosas aliadas na construção de uma cultura de paz.

Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CUNHA, Luiz Antônio. **Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira**: ontem e hoje. *Visioni LatinoAmericane*. Anno III, Numero 4, Gennaio 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6288142-Confessionalismo-versus-laicidade-na-educacao-brasileira-ontem-e-hoje.html>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

DEBIASI, Miguel. **TEOLOGIA DA TOLERÂNCIA**: Um *modus vivendi* cristão. Porto Alegre: PUCRS, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5287>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

GAARDE, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**; tradução de Isa Mara Lando; revisão técnica e apêndice Antônio Flavio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

MORAIS, Marcelo Alonso. "Espaço e expressões religiosas: Teoria e prática na geografia escolar". In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso. **Ensino de geografia**: novos temas para

a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência: 2014.

PACHECO, Joice Oliveira. **Identidade Cultural e Alteridade:** problematizações necessárias. Revista eletrônica da UNISC. Santa Catarina, 2004.

ROCHA, M. S.; MOREIRA, K. S.; COSTA, L. C. **RESENHA DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.** Geosaberes, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 100-109, jul / dez. 2013. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/view/243/207>>. Acesso em: 02 de março de 2016.

SAHR, Wolf Dietrich. "O mundo de São Jorge e Ogum: contribuição para uma geografia da religiosidade sincrética". In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sergio Célio. **Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em sala de Aula: um estudo de caso.** Portal Eletrônico do NEP-UFSM. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep3.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Saiba como é a aula de história das religiões ofertada em escolas públicas de Fortaleza.** Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/educacao/saiba-como-e-a-aula-de-historia-das-religioes-ofertada-em-escolas-publicas-de-fortaleza/>>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

VIANNA, Marielle de Souza. **DIVERSIDADE RELIGIOSA NO CONTEXTO ESCOLAR.** Uberlândia: Revista da Católica, 2011. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo01.pdf>>. Acesso em: 21 de março de 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.